



ESCOLA NAVAL



talant de obier faire

Afonso Moreira Semblano de Melo e Castro

Martinho de Melo e Castro

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências
Militares Navais, na especialidade de Marinha



Alfeite

[2020]



Afonso Moreira Semblano de Melo e Castro

Martinho de Melo e Castro

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências
Militares Navais, na especialidade de Marinha

Orientação de: CFR FZ Semedo de Matos

O Aluno Mestrando

O Orientador

ASPOF M Melo e Castro

CFR FZ Semedo de Matos

Alfente

[2020]

Dedico este estudo à Marinha que me
formou e a todos os meus entes queridos que me rodeiam.

Agradecimentos

O decorrer da realização da presente Dissertação de Mestrado, foi muito desafiante, e com a sua finalização tenho de agradecer a várias pessoas que proporcionaram o meu sucesso e me foram transmitindo os seus saberes.

Começo por um agradecimento ao meu orientador Capitão de Fragata Semedo de Matos, pela sua disponibilidade, pelo apoio e paciência que demonstrou e por todos os conhecimentos que me transmitiu.

Continuo por agradecer aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Central de Marinha, da Biblioteca da Escola Naval e do Arquivo Histórico Ultramarino, por me terem recebido e atendido sempre da melhor forma, e se revelaram um pilar importante para a realização da Dissertação de Mestrado.

A todas as pessoas que me acompanharam durante o meu percurso na Escola Naval.

Aos meus camaradas do Curso João Batista Lavanha.

À minha família, por ser o meu ponto de abrigo.

E à Beatriz, por tudo.

Resumo

Martinho de Melo e Castro foi uma figura histórica importante para o desenvolvimento da Marinha Portuguesa. Nasceu no ano de 1716, descendente da Casa das Galveias. Estudou na Universidade de Évora e na Universidade de Coimbra, sendo um aluno exemplar e com grandes capacidades. Iniciou a sua carreira diplomática em Haia e foi anos mais tarde enviado para Londres, onde teve um impacto importante na defesa do território Português. Foi nomeado em 1770 Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, cargo que desempenhou até ao ano da sua morte em 1795. Até ao final do reinado de D. José I, que terminou com o seu falecimento em 1777, Melo e Castro trabalhava em conjunto com o Marquês de Pombal. No entanto, este sai do governo quando D. Maria I é coroada. Deste modo, Melo e Castro assume na totalidade a pasta de Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Tendo em conta a situação precária da Marinha na época, o ministro foi responsável por várias reformas na mesma, constituindo uma Marinha de Guerra moderna. Ao longo da Dissertação de Mestrado pode ser observada a forma como Melo e Castro reorganizou vários aspetos da Marinha, tais como a regulamentação dos postos da Armada, a fixação dos vencimentos da Armada, a reorganização do Dique da Ribeira das Naus, a estruturação da Cordoaria Nacional, entre outras, e a sua relação com os dois governos pelos quais passou, assim como estas medidas eram derivadas da situação de Portugal enquanto potência Europeia.

Palavras-Chave: Marinha Portuguesa, Martinho de Melo e Castro, Reformas na Marinha, Secretário de Estado, Século XVIII.

ABSTRACT

Martinho de Melo e Castro was an important historical figure for the development of the Portuguese Navy. He was born in 1716, descended from *Casa das Galveias*. He studied at the University of Evora and at the University of Coimbra, where he was an exemplary student with unequal skills. He started his diplomatic career in Haia and was sent to London a couple of years later, where he had an important impact on the defense of the Portuguese territory. In 1770, he was appointed as Secretary of State for the Navy and Overseas Domain, a position he held until the year of his death in 1795. Until the end of the reign of D. José I, which ended with his death in 1777, Melo e Castro worked alongside Marquês de Pombal, however, he leaves the government when D. Maria I is crowned. After that, Melo e Castro fully assumes the role of Secretary of State for the Navy and Overseas Domains. Taking into account the precarious situation of the Navy at the time, the minister was responsible for several reforms in it, constituting a modern Navy. Throughout the master's thesis, it can be noted how Melo e Castro reorganized several aspects of the Navy, such as the regulation of the Navy rank, the new Navy's wages, the reorganization of the Dique da Ribeira das Naus, the structuring of the Cordoaria Nacional, among others, and his relationship with the two governments through which he passed, just as these measures were derived from the situation of Portugal as a European power.

Key-Words: Martinho de Melo e Castro, Navy reorganization, Secretary of State, The Portuguese Navy, 18th century.

Índice

Introdução	1
1. O Século XVIII	3
1.1. A Europa do século XVIII	3
1.2. Portugal no século XVIII	15
1.2.1. Marquês de Pombal	22
1.2.2. D. Maria I e a “Viradeira”	24
1.2.2.1. Demissão do Marquês de Pombal	29
1.2.2.2. Constituição do Governo	31
2. Martinho de Melo e Castro	33
2.1. Origens familiares e formação	33
2.2. Carreira Diplomática	41
2.2.1. Embaixador em Haia	41
2.2.2. Embaixador em Londres	43
3. Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos	57
3.1. Fábrica Nacional da Cordoaria	61
3.2. Fábrica de Pólvora de Barcarena	64
3.3. Dique da Ribeira das Naus	66
3.4. Reformas da Marinha	69
3.5. O Ensino na Marinha	73
4. Brasil durante o mandato de Martinho de Melo e Castro	79
5. O Legado de Martinho de Melo e Castro	87
Conclusão	93
Fontes e Bibliografia	97
Fontes	97
Bibliografia	97

Introdução

A presente dissertação de Mestrado, conducente ao grau de Mestre em Ciências Militares Navais, contextualiza-se na área de conhecimento de História Marítima e pretende estudar uma figura histórica que foi responsável por uma profunda remodelação da Marinha, que em muito contribuiu para a Marinha de hoje e com a qual me identifico.

Martinho de Melo e Castro foi um embaixador, diplomata e político português que viveu no século XVIII durante os reinados de D. José I e D. Maria I, com uma enorme relevância nas relações externas de Portugal, num século marcado pela conflitualidade e pelas disputas europeias, onde a diplomacia desempenhou um papel fundamental, sobretudo, no desenho de alianças que se faziam e desfaziam.

A sua ação teve um grande impacto no sistema colonial português quando exerceu a função de Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. Tiveram uma especial importância as medidas que tomou no sentido de reformular e modernizar a Marinha Portuguesa, confiando de que esta era a forma do país se desenvolver, dada a importância que o mar tinha nas relações diplomáticas entre as potências e como principal fonte de rendimento, otimizando o contacto com o mundo ultramarino. Estudando os seus feitos e o seu percurso, é possível perceber os desafios que se faziam sentir na altura em que era Secretário de Estado da Marinha e a forma como ele os desafiou.

A investigação é um processo sistemático e rigoroso de aquisição de conhecimentos, sendo essencial para o avanço das disciplinas. Após a escolha do tema, procedeu-se à realização da revisão da literatura e posteriormente do quadro de referência, analisando fontes bibliográficas com relevância para o tema e construindo a relação entre as mesmas. A investigação para a concretização deste trabalho foi baseada em fontes primárias e secundárias.

Esta Dissertação de Mestrado tem como objetivo estudar alguns aspetos específicos da vida de Melo e Castro, nomeadamente os contributos e feitos do mesmo para a remodelação da Marinha, apresentando detalhadamente essas contribuições e analisando a influência das mesmas.

A presente Dissertação encontra-se estruturalmente dividida em Introdução, onde é descrita a contextualização do trabalho e do tema, apresentados os objetivos e a estrutura do trabalho. O primeiro capítulo pretende dar a conhecer o enquadramento

histórico na Europa e em Portugal ao longo do século XVIII, salientando os aspetos mais importantes no decorrer da época, fazendo uma breve apresentação do Marquês de Pombal e a sua relação com Martinho de Melo e Castro e aprofundar o reinado de D. Maria I. Seguidamente, o segundo capítulo começa por apresentar Melo e Castro e a sua ascendência, referindo a origem da Casa das Galveias e a sua história, e engloba também a sua infância e a formação académica. No capítulo seguinte, é estudada a carreira diplomática de Melo e Castro, e aprofundada a mesma enquanto embaixador em Haia e em Londres. De seguida, irá ser descrita a sua carreira enquanto Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, realçando os seus feitos a nível da Fábrica Nacional de Cordoaria, a Fábrica de Barcarena e o Dique da Ribeira das Naus. Posteriormente, são apresentadas as reformas na Marinha por ele realizadas, aprofundando os seus contributos para a criação do ensino de oficiais. Seguidamente, é exposta a forma de exploração e desenvolvimento do Brasil durante o mandato de Martinho de Melo e Castro, desempenhando um papel fundamental como fonte de riqueza para Portugal. No capítulo seguinte é descrito o seu legado, deixado ao seu sucessor Rodrigo de Sousa Coutinho. Para finalizar, a conclusão inclui uma síntese dos aspetos principais ao longo do trabalho, permitindo ao leitor uma breve ideia dos tópicos descritos ao longo da Dissertação de Mestrado. São também expostas as dificuldades sentidas e sugestões para a continuidade do saber ao nível da História Marítima.

O presente trabalho de âmbito académico encontra-se redigido de acordo com a norma de referência *Oxford Style*, segundo o novo acordo ortográfico e de acordo com as *Normas para a elaboração de dissertações, trabalhos de projeto ou relatórios* em vigor na Escola Naval.

1. O Século XVIII

1.1. A Europa do século XVIII

O Século XVIII ficou marcado por um amplo movimento de ideias, pela ascensão da burguesia e pela alteração radical do velho regime; por diversas revoluções, tanto a nível económico com o início da Revolução Industrial, tanto a nível social como político; são disso exemplo a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

A maioria dos países europeus vivia sob o regime de monarquia absoluta, acreditando que o poder do soberano lhe era devido por desígnio divino. Neste regime, os reis representavam a autoridade máxima e seguiam uma linha de sucessão, em que o poder passava de pais para filhos. Exemplos de países onde predominava este tipo de governo: França com Luís XIV e Portugal com o rei D. João V.

Ao longo do século, surgiram novas formas de pensar, tanto na população como nos próprios monarcas que inovaram as formas de governo do seu povo. Surgiu um interesse pela saúde, pela educação e em geral pelo bem-estar da população, como refere Timothy Charles Blanning¹.

Apesar de na Europa existirem diversos tipos de sistemas políticos, é com esta nova forma de pensar, que os reis deste período ficaram conhecidos como “absolutistas esclarecidos” pois procuravam aumentar o seu conhecimento e utilizá-lo para governar da melhor forma os seus súbditos, já que estes não teriam as mesmas possibilidades de aprendizagem. Alguns são recordados pelas capacidades e dedicação que prestaram na regência do seu país, como Catarina II da Rússia, Carlos III de Espanha e Maria Teresa da Áustria. Outros optaram por nomear ministros, como Robert Walpole na Grã-Bretanha, e em Portugal, o Marquês de Pombal².

Independentemente da forma de governo dos monarcas, este súbito interesse pela qualidade de vida da população não podia surgir sem um motivo que lhes trouxesse alguma vantagem. Timothy Blanning, na sua obra refere que esta mudança é uma reação direta à disseminação de ideias iluminadas. Mas a perspetiva que descreve sobre a necessidade de os governantes quererem os soldados dos seus exércitos com melhores condições de vida e desta forma promoverem o seu melhor desempenho, parece um ponto

¹ Timothy Charles William Blanning, *The Eighteenth Century Europe 1688-1815*, New York, University of Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 12.

² *Ibidem*, pp. 18.

de vista mais realista. Isto devido à importância que na altura era dada às forças militares, representantes não só da capacidade de defesa de um país, mas também do seu poder de conquista³.

Esta nova forma de pensamento levou a uma maior perceção, por parte da população, dos factos relacionados com a política do próprio país, crescendo o interesse pelas inovações que iam surgindo no resto da Europa. Esta informação era passada através de jornais, que acabavam por ser censurados pelo governo, com receio que surgissem novas ideias que comprometessem o poder do soberano.

No entanto, era por demais evidente a crescente consciencialização da população que no final do século acabou por se desenrolar naquilo que os governantes temiam, a Revolução Americana e mais tarde a Revolução Francesa. Nestas revoluções, o povo tomou medidas para retirar o poder que estava concentrado apenas no rei, enquanto implementavam os conceitos de liberdade e igualdade para todos.

No século XVIII, o mundo era disputado por potências europeias que entravam em conflitos pela sucessão dos monarcas ao trono de certos países; num jogo de interesses com o fim de alcançarem o poder e influência na forma como evoluía a Europa e também como forma de impedirem que outras potências conseguissem o mesmo. Na sua maioria, os confrontos davam-se nas colónias, pela importância que estas tinham e pelas vantagens que traziam. Quase todos os países queriam aumentar o seu território ultramarino e consequentemente controlar as rotas marítimas. Isto levou a que o mar se tornasse um foco importante nas relações diplomáticas, bem como um fator indispensável para a hegemonia de qualquer potência europeia.

Por estes motivos, os países formavam e quebravam alianças entre si. Predominava a “*Raison d’etat*”, em que cada estado agia de acordo com os seus interesses. Um diplomata austríaco escreveu em 1787 “Mas alguém me irá dizer, quantas mais guerras, quantas mais conquistas”⁴, citação que descreve a política a meio do século XVIII⁵.

No início do século, estas alianças europeias tornam-se evidentes na Guerra de Sucessão de Espanha, em que os países se debatiam sobre quem deveria suceder ao trono depois da morte do rei Carlos II. Colocaram-se de um lado, a Grã-Bretanha, Áustria e a

³ *Ibidem*, pp. 23.

⁴ “But, one will say to me, always more war, always more conquests!”

⁵ Timothy Charles Blanning, *op. cit.* pp. 185.

Holanda, que se juntaram na Grande Aliança com o objetivo de impedir a união entre França e Espanha, com receio que se tornassem numa superpotência. No Pacto de Londres (1700), onde participaram todas as potências interessadas na sucessão de Espanha, ficou acordado que o herdeiro seria Carlos VI, segundo filho do imperador da Áustria, e, como retribuição, a França receberia o reino de Nápoles, a Silésia e o Milanês⁶.

Carlos II, contudo, não desejava que a Espanha perdesse quaisquer possessões na Europa e o seu testamento indicava Filipe de Anjou, neto de Luís XIV, como seu sucessor na coroa espanhola. Naturalmente que o rei francês aceitava as disposições testamentárias de Carlos II e recusava o pacto de Londres, e começam assim uma série de conflitos que colocam a França a combater em várias frentes.

Neste confronto, Portugal não poderia deixar de participar pois tratava-se do futuro da Espanha, sua vizinha, o que teria grande impacto no reino português. Inicialmente toma uma posição favorável ao lado da posição francesa, mas depois das ameaças de declaração de guerra por parte da Holanda e de Inglaterra, e pelo receio de França não conseguir assegurar a sua proteção, Portugal muda de lado. Tal fica acordado no Tratado de Methuen (1703), o que proporciona uma grande vantagem à Áustria que utiliza a posição geográfica de Portugal como forma de atacar Espanha pelo ocidente⁷.

França era uma potência com poder maioritariamente continental, e as suas prioridades estavam voltadas nesse sentido. Portugal sabia deste facto, e como os seus interesses estavam ligados às colónias sul americanas, apercebia-se de que França não estaria disposta em empenhar esforços para assegurar a defesa do território ultramarino português. Assim sendo, para conseguir esta proteção, Portugal vira as suas atenções para Inglaterra, uma potência marítima. E esta decisão de cortar relações com França e de se juntar a Inglaterra, estará na base de toda a política portuguesa, (que irá ser abordado mais à frente) e com os interesses que Portugal tinha no comércio ultramarino.

A Guerra de Sucessão de Espanha termina com o tratado de Utreque (1713) e o de Rastadt em 1714, ficando acordado que Filipe Anjou seria o rei de Espanha, mas

⁶ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força, Estudo de Geopolítica*, Vol. 1, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História-Edição de Livros e revistas, Lda, 2006, pp. 258-259.

⁷ *Ibidem*, pp. 260-263.

renunciava ao trono de França o que impediria a junção da França e da Espanha como uma superpotência⁸.

Outro conflito que surgiu no continente europeu, foi a Guerra de Sucessão da Áustria, que teve início com a morte do rei Carlos VI em outubro de 1740, cessando a linha dos Habsburgos por este ser o seu último descendente masculino. O rei, por não ter nenhum filho, deixa o trono à sua filha mais velha Maria Teresa, mas havia outros governantes que acreditavam ter mais direito ao trono. Tudo isto levou a uma série de conflitos entre potências europeias. Neles participaram, Frederico, *O Grande*, da Prússia, que acreditava que tinha o direito à Silésia, Carlos da Bavária que aliado a França ataca a Bohemia e ainda a Saxónia e Piemonte que se uniram contra Maria Teresa⁹.

Apesar da desvantagem, a sucessora ao trono da Áustria, consegue retaliar com a ajuda da Grã-Bretanha e da Holanda e recupera o território da Bohemia aos franceses e aos bávaros. A disputa pela Silésia continuou acabando em 1745 por ficar na posse de Frederico, *O Grande*¹⁰.

As diferentes posições dos países e as alianças que iam criando acabavam por levar as suas disputas para fora do continente, defrontando-se franceses e ingleses na América do Norte e na Ásia em guerras que perduraram até depois de se assinar a paz¹¹.

Com o fim da guerra, Maria Teresa demonstrou a sua capacidade de defesa em diversas frentes e manteve todos os seus territórios à exceção da Silésia, que perdeu para o rei da Prússia. A Grã-Bretanha sai vitoriosa com a conquista de colónias, e por ter, ao longo da guerra, bloqueado muitos dos portos franceses, afeta o seu comércio e impede a sua fonte de rendimento, o que mais uma vez mostra o poder naval dos ingleses e as consequências que este trazia para os seus inimigos.

Apesar das suas vitórias em terra, a França acabou por sofrer grandes prejuízos na frente marítima graças aos ingleses, e à perda de colónias. No final da guerra em 1748 com a assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle, os franceses foram quem perdeu mais, acabando por ter de devolver à Áustria todos os territórios que lhe havia conquistado¹².

⁸ *Ibidem*, pp. 260.

⁹ Timothy Charles Blanning, *op. cit.* pp. 196-197.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 197.

¹¹ *Ibidem*, pp. 198.

¹² *Ibidem*, pp. 199.

A Guerra da Sucessão da Áustria teve a intervenção de vários países na expectativa de aumentarem o seu território na Europa, mas acabaram por não conseguir alcançar esse objetivo e as disputas entre as potências mantiveram-se.

Estas duas guerras, são exemplos das disputas entre potências europeias, por territórios europeus, com o fim de aumentarem a sua influência no continente. No entanto, a ambição dos países europeus não se limitava apenas a ganhar poder no continente, aliás, as potências da Europa Ocidental tinham um interesse ainda maior pelo Ultramar e entravam em conflitos por todo o globo para os conquistarem. A posse de colónias representava um aumento da riqueza na metrópole, devido à quantidade de recursos que forneciam.

A exploração dos recursos era feita a todos os níveis, desde os recursos minerais do Brasil como o ouro e a prata, que fizeram aumentar na Europa a circulação monetária, contribuindo para a prosperidade financeira dos países, como as matérias-primas: açúcar, café e cacau da América do Sul e tabaco e algodão proveniente em grandes quantidades da América do Norte bem como das especiarias oriundas da Ásia, entre outros¹³.

Para que gerassem o máximo de lucro, e com base no Sistema Colonial, estes produtos eram vendidos à metrópole a preços bastante reduzidos, preços definidos pela própria metrópole. Posteriormente, no caso das matérias-primas, eram manufaturadas e transformadas em produtos acabados que depois seriam revendidos a preços elevados (também definidos pela capital) de volta às colónias¹⁴. Este processo era também realizado passando por África, onde estes produtos manufaturados eram trocados por escravos, que depois eram vendidos nas colónias do continente americano para trabalharem na recolha das mesmas matérias-primas que eram compradas pela metrópole. Tal processo ficou conhecido como o ‘comércio triangular’¹⁵.

Por este motivo, o acesso a estas matérias-primas tinham um grande valor, que era conhecido e ambicionado por todos os países europeus, e por forma a que as metrópoles assegurassem o comércio particular com os seus territórios ultramarinos a relação que predominava entre ambos era de exclusividade comercial. Assim, a metrópole garantia que as matérias-primas que tivessem origem nas suas colónias eram vendidas

¹³ *Ibidem*, pp. 238-239.

¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 283.

¹⁵ Timothy Charles Blanning, *op. cit.* pp. 122.

unicamente a ela, proibindo-as de vender os seus produtos a outros países ao mesmo tempo que eram impedidas de comprar produtos manufacturados estrangeiros¹⁶.

Este processo, não era nada vantajoso para os colonos. Por outro lado, na metrópole, iam surgindo vários grupos (nem sempre membros da nobreza) principalmente da burguesia, que aumentavam bastante a sua riqueza graças a este processo, e que ambicionavam alcançar um título nobre¹⁷.

Como se pode perceber, a relação com as colónias era para uma grande parte das potências europeias um aspeto de grande relevância, pois constituía uma das suas maiores fontes de rendimento. Os países aproveitavam-se deste comércio colonial de diferentes formas. Inicialmente a França mostrou uma abordagem que teria uma grande vantagem em termos lucrativos com a produção de artigos de luxo, executado com grande pormenor e que eram vendidos por quantias bastante elevadas. A Grã-Bretanha por seu lado, tomara um caminho diferente direccionada para o comércio de grande consumo e com a produção de artigos de qualidade média, mas em grandes quantidades e a preços mais acessíveis¹⁸.

A venda destes produtos acabados, era feita na sua grande maioria nos mercados externos e assim os países europeus tomam consciência que conseguem aumentar o seu rendimento com um maior número de portos de forma a assegurar a venda destes artigos.

Com o avançar do tempo torna-se evidente que o método utilizado pela Grã-Bretanha era o mais rentável, com o elevado consumo dos seus produtos em comparação com os artigos de qualidade e de perfeição comercializado pelos franceses. Neste sentido, deu-se uma evolução dos processos de produção, que levaram ao estabelecimento da maquinofatura, inicialmente na indústria algodoeira e que mais tarde se espalhou para os lanifícios, para a indústria do ferro e para as minas de carvão¹⁹. Assim, ainda no século XVIII iniciou-se o processo que mais tarde se iria chamar de Revolução Industrial, com uma maior relevância em Inglaterra. Sobretudo devido ao seu elevado comércio ultramarino, mas também graças à sua marinha evoluída que assegurava o controlo das rotas marítimas comerciais.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 123

¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Vol. VI, Lisboa, Editorial VERBO, 1997, pp. 13.

¹⁸ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 283.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 338.

Desta forma é possível compreender que as colónias representavam uma enorme vantagem para os países que as detinham. A formação de alianças entre os países europeus dava-se devido à necessidade de se aliarem a potências que permitissem o controlo das colónias. Um exemplo destas alianças, era o de Portugal e Inglaterra, em que um dos interesses por trás da sua junção, eram as vantagens que os ingleses ganhavam com a colónia brasileira portuguesa.

Os territórios das colónias foram também motivo de conflito e ao longo do século XVIII, países como a Grã-Bretanha e a França entraram em guerra pelo domínio da América do Norte e da Índia, e Espanha competia com Portugal por territórios na América do Sul.

Para Portugal, a maior fonte de riqueza era o Brasil. Território rico em matérias-primas, como madeira, tabaco e em especial o cacau com campos férteis para o cultivo destes produtos e para criação de gado²⁰. A metrópole tinha um especial interesse sobretudo pelo ouro, prata e pedras preciosas que ali existiam, e que levavam à procura destas riquezas. Uma fonte com grandes quantidades destes produtos e na qual a coroa portuguesa tinha grande interesse era o Rio da Prata, dado o comércio que por aí se realizava, com a prata do Perú e gado do Uruguai. Outra vantagem que trazia, era a passagem clandestina de material aurífero, que atraía o comércio de contrabando estrangeiro e que causava prejuízo para a coroa espanhola²¹.

As disputas entre Portugal e Espanha pela definição dos limites na América do Sul tinham no seu cerne o monopólio do Rio da Prata e o controlo do seu comércio. Para assegurar este controlo, Portugal pretendia ter na sua posse a colónia de Sacramento, no entanto, os Espanhóis consideravam este local uma ameaça ao seu domínio do Rio da Prata e muitos dos conflitos surgiram na disputa por este território²².

Com o fim da Guerra de Sucessão de Espanha é assinado o Tratado de Utreque, no qual, Portugal fica com a soberania da colónia de Sacramento que tanto ambicionava. No entanto, esta iria ser novamente disputada entre espanhóis e portugueses²³.

²⁰ Madalena Serrão Franco Schedel, *Guerra na Europa e interesses de Portugal: As colónias e o comércio ultramarino: A ação política e diplomática de D. João de Melo e Castro, conde das Galveias, (1792-1814)*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011, pp. 10.

²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 305.

²² *Ibidem*, pp. 305.

²³ *Ibidem*, pp. 305.

É fundamental saber e compreender a importância que os territórios ultramarinos e nomeadamente a colónia de Sacramento tinha para Portugal para se poder relacionar com a necessidade de proteção destes domínios, proteção que seria conseguida pela ligação com Inglaterra, e que no pensamento de Martinho de Melo e Castro seria possível com o investimento numa marinha forte e preparada.

As vantagens que surgiam com o desenvolvimento da marinha eram para um país bastante desejadas. Como foi referido anteriormente, as colónias desempenhavam um papel fundamental para a evolução de uma potência. Para que a metrópole mantivesse este fluxo constante de compra e venda de produtos que faziam crescer a sua economia era fundamental que as rotas comerciais entre ambos fossem asseguradas, e, é aqui que o poder naval entra como forma de proteger o comércio marítimo. Outro fator importante e do qual se começou a ganhar consciência, foi a forma decisiva como as batalhas marítimas podiam alterar o rumo da guerra.

É com base nestes fatores essenciais que os países se apercebem da importância que o mar desempenha para a sua evolução e que este se torna um elemento de grande relevância a ter em conta nas decisões do país e que afeta as suas relações diplomáticas. Com esta nova percepção, surge o interesse e o investimento na evolução das Marinhas, especialmente nos países da Europa ocidental. Com o desenvolvimento de novas técnicas de construção naval, surgiram navios com maiores dimensões e conseqüentemente com maior poder de fogo. Foram também construídas novas bases navais e as existentes foram melhoradas, como a de Brest e de Plymouth, que tinham acesso direto ao Atlântico, e por isso eram de grande valor para Inglaterra e para a França²⁴.

Graças à sua superioridade naval, que advinha do facto de não ter de investir os seus recursos num grande exército, podendo concentrá-los na sua frota, e, sobretudo, devido ao rendimento que colhia do seu vasto território ultramarino, Inglaterra tinha uma enorme vantagem perante os restantes países do continente²⁵. Acabaria por alcançar a hegemonia no mar em 1747, com as vitórias do cabo Finisterra, que mostraram que a Marinha Francesa não conseguia proteger o comércio longe da metrópole. Este fator era decisivo, pois se uma força naval conseguisse destruir o comércio das colónias do inimigo, causaria grandes danos ao seu sistema económico²⁶.

²⁴ Jeremy Black, *Warfare in the Eighteenth Century*, Londres, Cassell, 1999, pp. 133.

²⁵ Timothy Charles Blanning, *op. cit.* pp. 185.

²⁶ Jeremy Black, *op. cit.* pp. 138.

O objetivo da França, tinha sempre sido o de se tornar uma hegemonia continental e para tal pretendia juntar as potências da Europa Central (Áustria, Prússia, Polónia, Rússia e Turquia). Mas tornava-se difícil a junção entre a Áustria e a Prússia devido à sua rivalidade. Assim, entre 1749 e 1751, dirige os seus esforços para o desenvolvimento da Marinha de Guerra, e pretendia conseguir, juntamente com os países da Europa Central, disputar a hegemonia marítima com a Grã-Bretanha, e ter uma maior possibilidade de a derrotar. E este passa então a ser o seu grande objetivo²⁷.

Em Espanha, com a subida ao trono do rei Fernando VI e com o seu casamento com D. Maria Bárbara de Bragança, filha de D. João V, a sua relação com Portugal tendia para a aproximação, com o objetivo de estabelecer ligações com a Inglaterra. Espanha pretendia estabelecer um acordo com Inglaterra no sentido de reaver Gibraltar, e por este acordo não ter sido feito, pelo desinteresse dos ingleses se unirem com os espanhóis, a sua posição vira-se no sentido de se aliar à França e à Áustria. Desta forma, a Áustria podia tomar a iniciativa na sua guerra com a Prússia, a Espanha podia virar a sua atenção para o Mediterrâneo Ocidental, e a França, devido à sua decisão de investir numa Marinha mais robusta, podia tomar a iniciativa contra a Grã-Bretanha, direcionando os seus esforços para o mar do Norte, para a entrada do Mediterrâneo, e para o oceano Atlântico²⁸.

Tendo em conta estes objetivos dos países europeus, no período entre a guerra da Sucessão da Áustria (1740-48) até a Guerra dos Sete Anos (1756-63) deu-se uma revolução diplomática. A Grã-Bretanha uniu-se à Prússia, França uniu-se à Áustria, estes países tinham estado em lados opostos durante a Guerra de Sucessão da Áustria²⁹. Estas alterações de alianças seguiam o princípio do equilíbrio de poder e para este ser assegurado, os países teriam de estar dispostos a ser flexíveis nas suas coligações, e para tal a diplomacia tinha um papel fundamental.

Desde o início do século que as guerras se faziam em conflitos terrestres, ou em conflitos navais, mas estas novas coligações contribuíram para o aumento dos palcos de guerra. Os países juntaram-se de forma a terem um aliado com poder naval (Inglaterra ou França), e outro com poder no continente (Prússia ou Áustria)³⁰. Isto fez com que a Guerra

²⁷ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 301.

²⁸ *Ibidem*, pp. 308-310.

²⁹ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, 1ª edição, Lisboa, Tribuna da História-Edição de Livros e revistas, Lda, 2008, pp. 145.

³⁰ *Ibidem*, pp. 146.

dos Sete Anos se fizesse sentir por todos os continentes. Enquanto na Europa, a guerra continental que Maria Teresa travava com Frederico, *O Grande*, para reaver a Silésia tinha também como inimigos a Rússia e a Suécia, na América do Sul, travava-se entre Espanha e Portugal uma guerra pela definição dos seus limites. No Mediterrâneo, as batalhas entre a Grã-Bretanha e a França travavam-se numa perspetiva marítima, estendendo-se estes conflitos aos oceanos da América do Norte e da Índia.

A grande vencedora da Guerra dos Sete Anos é a Inglaterra, que apesar de algumas derrotas contra os franceses, na América do Norte, consegue assegurar uma série de vitórias consecutivas, tanto aos espanhóis como aos franceses na América, em África e na Índia. A sua dominância é o resultado da capacidade de projetar os seus recursos a longas distâncias, transportando tropas e munições por via marítima em segurança. Neste aspeto, um fator que permitia uma vantagem sobre o inimigo, foi o estabelecimento de locais de armazenamento, tanto de provisões, como munições, armamento e até de tropas, que podiam ser empenhadas quando necessário, permitindo-lhe um planeamento estratégico de maior confiança³¹.

O controlo das rotas marítimas era crucial para se manter uma guerra, algo que a França não conseguiu assegurar, tendo o seu sistema económico sido afetado antes de os ingleses terem conquistado as suas colónias. O domínio naval nas águas europeias, permitia a iniciativa em territórios fora da Europa e foi com base neste princípio que Inglaterra conseguiu uma série de vitórias durante a Guerra dos Sete Anos³². Esta terminou com a expulsão quase completa dos franceses da América do Norte, e com a assinatura do Tratado de Paris (1763)³³.

A posição de França manteve-se mesmo depois da assinatura do tratado em 1763 que pôs fim à guerra, com o foco na disputa pela hegemonia marítima com a Grã-Bretanha. Com este fim, mesmo antes do tratado de Paris, França cria juntamente com Espanha um Pacto de Família a 15 de agosto de 1761, com o objetivo comum de derrotarem a Grã-Bretanha³⁴. Ambos sabiam que a Grã-Bretanha e Portugal mantinham uma aliança que era muito vantajosa para os portugueses, que necessitavam do apoio da força marítima inglesa, a posse de Gibraltar pelo aliado dos portugueses ajudava a manter

³¹ Jeremy Black, *op. cit.* pp. 102.

³² *Ibidem*, pp. 106-107.

³³ Jorge Borges de Macedo *op. cit.* pp. 335.

³⁴ *Ibidem*, pp. 311.

o controlo do Mediterrâneo e, sobretudo, ajudava no controlo das colónias da América do Sul. Mas a aliança também era vantajosa para Inglaterra, que ganhava bastante com a utilização dos portos portugueses, com o comércio que realizava em Lisboa e o investimento no comércio do Brasil, bem como a posição geográfica de Portugal, que em conjunto com Gibraltar, asseguravam o controlo da navegação no Mediterrâneo, sendo este um ponto estratégico de entrada na Europa bem como de partida para o mundo ultramarino³⁵.

França pretendia que Portugal se juntasse à sua aliança com Espanha de forma a enfraquecer a Grã-Bretanha, e esperava uma reviravolta na Diplomacia portuguesa nesse sentido. E é nesta altura que é possível compreender que, independentemente do conflito, o mar era o principal fator, a ser tido em conta por todos os intervenientes na guerra. Disto apercebe-se a França e é devido a este pensamento que Portugal se torna essencial para as decisões políticas e militares.

Mas devido a estas vantagens, Portugal manteve ao longo do século uma política de neutralidade, evitando quaisquer acordos que pudessem comprometer a sua aliança com os ingleses. Assim, recusa-se aderir ao Pacto de Família, o que dá origem a conflitos e Portugal é invadido por um exército franco-espanhol³⁶. Martinho de Melo e Castro, como irá ser abordado adiante, teve uma grande influência nestes conflitos.

Com o término da Guerra dos Sete Anos, Inglaterra assegurara o domínio do oceano Atlântico na sua maioria e foram criadas condições para o aumento da emigração para a América do Norte. No entanto, as potências europeias tiveram grandes despesas com a guerra, nomeadamente a Inglaterra, que ficou bastante endividada. Para se conseguir livrar da dívida, recorreu à colónia norte americana, com a aplicação de elevadas taxas e o imposto de selo nos produtos importados. Ao mesmo tempo, os colonos ganhavam consciência das suas capacidades administrativas, políticas e militares³⁷.

Descontentes com a política da Grã-Bretanha de se aproveitar da colónia para pagar as suas dívidas, surge nesse território, uma iniciativa contra o governo Britânico: Com a revolta dos norte-americanos, em 1775, começam uma série de conflitos na América do Norte com o objetivo da conquista da liberdade, para este território

³⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 256.

³⁶ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 311.

³⁷ *Ibidem*, pp. 335-336.

pertencente a Inglaterra, dando-se deste modo início à Guerra de Independência dos Estados Unidos³⁸.

Vários países europeus ficaram do lado da colónia americana por quererem ver reduzido o poder dos ingleses. Um destes países era a França, o inimigo habitual de Inglaterra, que se junta aos americanos em 1778 para enfraquecer o poder naval britânico, defrontando-os em conflitos essencialmente marítimos. Mas, em 1779, aconteceu o mesmo com a Espanha, que se coloca ao lado dos franceses, na guerra contra a Inglaterra.

Este conflito termina em 1783, com a assinatura do Tratado de Versalhes, pelo qual a Grã-Bretanha reconhece a independência dos Estados Unidos, entregando o Senegal e algumas ilhas nas Antilhas, à soberania francesa, e a Flórida à tutela espanhola.³⁹ Com os Estados Unidos a atingirem o objetivo da independência surgem uma série de movimentos nesse sentido, noutros locais como em Minas Gerais no Brasil, com o intuito da independência de Portugal, mas que terminou com a prisão e execução dos revolucionários⁴⁰. No período a seguir à revolução, Portugal e a Grã-Bretanha afastaram-se em certas medidas⁴¹.

Nesta altura, na Europa dá-se uma mudança de poder entre as potências: a Suécia e a Turquia perdem o domínio que antes tinham; e a Polónia deixa de existir, tendo sido dividida entre a Áustria, a Prússia e a Rússia, que nesse momento crescem como potências europeias⁴².

O final do século ficou marcado pela Revolução Francesa que teve o seu início em 1789. Esta revolução veio mudar o destino de toda a Europa com uma nova forma de governo imposta à força pelo povo e ficou conhecida como um dos momentos mais importantes da história, com importantes consequências políticas, sociais, económicas e culturais⁴³.

A revolução deu-se devido ao degradante estado em que o país se encontrava, atravessando um período difícil de crise, especialmente devido às despesas que tivera com a Guerra dos Sete Anos, e com o investimento feito na guerra de independência americana. No entanto, apesar das dificuldades em que a população em geral vivia, a

³⁸ *Ibidem*, pp. 336.

³⁹ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 336.

⁴⁰ António Pedro Vicente, *op. cit.* pp. 29.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 26.

⁴² *Ibidem*, pp. 29-30.

⁴³ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 310.

nobreza mantinha um estilo de vida luxuoso e não abdicava de nada. Nesta situação, os revolucionários tomaram medidas para acabar com a monarquia absoluta e implementar uma monarquia constitucional com o fim de retirar o poder às classes mais altas.

Esta revolução teve impacto em toda a Europa, que seguia atentamente os acontecimentos em França, em especial os soberanos, que viam a sua forma de governo posta em risco e receavam que o mesmo sucedesse nos seus países.

Para Inglaterra, a passagem da França de um regime de monarquia absoluta para uma monarquia constitucional era inicialmente apoiada, mas a execução do rei Luís XVI, em 1792, acabou com a tolerância inglesa com a Revolução e criou um sentimento de repúdio em quase todos os países da Europa. Desta forma, para evitar que os ideais de revolução se espalhassem para os seus reinos, a Áustria e a Prússia juntam-se com intuito de invadir a França. A Espanha, pela primeira vez, fica contra os franceses, expulsando os residentes franceses do seu país declarando guerra à velha aliada. Todas estas mudanças afetam também Portugal, que se junta a Espanha e a Inglaterra contra os franceses chamada Guerra do Roussilhão⁴⁴.

O século XVIII, ficou assim marcado por uma série de conflitos entre as grandes potências da Europa, pela importância do mar como fonte de poder e hegemonia para quem tivesse o seu monopólio, não só pelo controlo das colónias e do comércio marítimo, mas também como uma mais valia em termos militares. É com esta perceção que os países, ao longo do século, passam a fazer um maior investimento no desenvolvimento das diversas marinhas. Foi neste período da História que se deu uma reestruturação da sociedade com a afirmação do povo que lutou contra a monarquia absoluta: na América com a Revolução Americana; e na Europa com a Revolução Francesa, implantando a primeira república, cujas repercussões tiveram eco no resto da Europa.

1.2. Portugal no século XVIII

A sociedade, em Portugal, encontrava-se hierarquizada e nela existiam essencialmente três grandes grupos que detinham o controlo da forma como evoluía o país. O clero que como principal órgão de apoio ao Estado tinha o privilégio de isenção fiscal e que se aproveitava da renda nacional com valores bastante reduzidos e das

⁴⁴ António Pedro Vicente, *Anunciando as invasões Francesas, O Domínio Inglês em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, pp. 37-40.

doações que recebia. A nobreza que sendo também privilegiada era proprietária de metade das terras do reino⁴⁵, tinha também a vantagem de ser nomeada pelo monarca para preencher os cargos mais importantes, por forma a que este (o monarca) tivesse, no setor da administração, pessoas de confiança. Assim, os membros desta classe desempenhavam funções de altos postos militares, cargos de Vice-Reis e de governadores no ultramar⁴⁶. O terceiro grupo e a grande classe ascendente: a burguesia. Composta por funcionários públicos, comerciantes e empresários manufatureiros⁴⁷ que como referido no capítulo anterior, em grande parte enriquecia devido às vantagens que o comércio ultramarino lhes providenciava. Apesar de partilharem da opinião de oposição à nobreza e ao clero, ambicionavam alcançar o título de nobre e as regalias que daí resultavam.

Durante o século XVIII eram a nobreza e o clero que detinham o poder e a influência no reino. A Companhia de Jesus era um bom exemplo disso. Detinha o controlo da educação portuguesa e dificultava a entrada de novas ideias em Portugal, pelo receio da sua existência ser comprometida, mantendo assim o reino afastado do resto da Europa⁴⁸.

Com a crescente influência e controlo do país por parte do clero e da nobreza que beneficiavam tanto do aumento de ouro vindo do Brasil como do enfraquecimento da burguesia e do Estado (o que se fazia sentir especialmente nas colónias) levaram a um aumento do contrabando e da desorganização administrativa⁴⁹.

Com a morte do rei D. João V em julho de 1750, sobe ao trono o seu filho primogénito, D. José I, casado com D. Mariana Vitória de Espanha. D. José enquanto jovem teve uma educação completa, tendo aprendido Latim, Italiano, Francês, Espanhol, Geografia, Náutica, Matemática, Física e recebia ainda lições de História, ministradas por uma série de professores dedicados à sua formação. Contudo, ao subir ao poder, o rei foi alvo de críticas, sendo considerado como um rei à mercê do poder do seu ministro⁵⁰.

⁴⁵ Virgínia Maria Valadares, *“A sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)”*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997, pp. 28.

⁴⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 123.

⁴⁷ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 28.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 28.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 34-35.

⁵⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 15.

Neste novo reinado as Secretarias de Estado passaram a ser dirigidas por Pedro da Mota e Silva na pasta do Reino, Diogo de Mendonça Corte-Real a substituir Guedes Pereira, após a sua morte, Martinho de Melo e Castro como secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Sebastião José de Carvalho e Melo no lugar de Marco António de Azevedo Coutinho, responsável pelos Negócios Estrangeiros e a Guerra. A escolha dos novos membros foi feita por terem todos servido o país com carreiras diplomáticas e como governadores de outros estados, para além de pertencerem à Academia Real da História de Portugal, sendo esta pertença vista como um sinal de notoriedade social⁵¹.

Com a aclamação de D. José I e com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como Secretário de Estado do Reino, foram feitas alterações no sentido de transformar a forma de administração do reino de D. João V, eliminando a oposição e corrigindo os abusos cometidos. As novas medidas foram tomadas no sentido de alterar a distribuição de poder, através da diminuição da influência do clero e da nobreza, com o controlo dos órgãos consultivos e das nomeações para os cargos militares, financeiros e judiciais do reino e do ultramar⁵².

As propostas feitas por Pombal foram sempre no sentido de aumentar o poder do Estado. Para isso, criou órgãos administrativos para a economia e para as finanças, fez reformas nas alfândegas e portos secos do reino, fundou as companhias monopolistas para a metrópole e para o ultramar, procedeu à reorganização do exército depois da Guerra dos Sete Anos, mandou criar uma Intendência-Geral da Polícia, reformou o ensino elementar e universitário e implementou uma série de outras medidas nas quais o Estado intervinha⁵³.

O poder que o rei deu ao Marquês de Pombal fez-se sentir também na medida que este tomou em expulsar a Companhia de Jesus. Tal rivalidade com os Jesuítas teve origem no incumprimento das leis por parte da Companhia, notícias estas que chegavam do Brasil a Portugal enviadas pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês. Foi assim criada a Companhia do Grão-Pará e Maranhão com o fim de limitar as ações tomadas pela Companhia de Jesus e a

⁵¹ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 18.

⁵² Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 85.

⁵³ *Ibidem*, pp. 86.

partir dessa altura, vários membros da Companhia foram expulsos, pelo crime de criticarem as leis do rei. Estas medidas também começaram a ser implementadas em Portugal no ano de 1757, e o Marquês muitas vezes recorria à violência para as implementar.

Aquando o atentado a D. José I no dia 3 de setembro de 1758, por exemplo, a culpa foi atribuída à família dos Távoras tendo estes sido condenados e executados e a sua ligação à Companhia acabou por servir como mais um incentivo à expulsão dos membros da mesma. Pombal envia também instruções ao ministro em Roma, no âmbito das acusações feitas aos jesuítas, e estas ações levaram ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, sendo proibida qualquer forma de comunicação com Roma⁵⁴. Entretanto, o Governo português acaba por decretar a expulsão dos membros da Companhia de Jesus de Portugal e dos domínios ultramarinos, a 3 de setembro de 1759⁵⁵.

Esta iniciativa teve repercussões em Espanha e também em França que seguiram o mesmo caminho, o da expulsão de membros da companhia que mostravam atitudes que iam contra a forma de governo do monarca. Mais tarde, estas medidas foram também apoiadas por Roma, que no pontificado de Clemente XIV, procedeu da mesma forma, e em 21 de julho de 1773, por meio da bula *Dominus ac Remptor Noster Jesus Christus*, extinguiu a Companhia de Jesus, acabando com os seus cargos e benefícios bem como as suas escolas, colégios e hospitais, que se encontravam sob a sua gerência⁵⁶.

Devido ao apoio que a medida do Marquês teve em França e Espanha foi possível voltar a restabelecer as relações ente Portugal e o Papado. Desta forma, Pombal consegue alcançar os seus dois objetivos: acabar com a Companhia de Jesus e reatar as relações com Roma, ficando possibilitado de realizar a sua ideia de ter uma igreja nacional que estivesse sob o comando das leis régias⁵⁷.

Com a expulsão da companhia de Jesus, novas reformas foram feitas na educação, começando pela Universidade de Coimbra. Esta reforma foi executada em duas etapas, substituiu-se os ensinamentos dos jesuítas pelas aulas régias e criando-se a Junta

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 67.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 48-54.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 66-67.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 67.

da Providência Literária em 1770, supervisionada por Carvalho e Melo, com o fim de alterar o estatuto da Universidade⁵⁸.

A política pombalina teve em vista o aumento da indústria e do controlo alfandegário, e, para tal, recuperou-se a Real Fábrica das Sedas e estabeleceu-se a Fábrica de Portalegre que produzia lanifícios e estava sob a responsabilidade de Martinho de Melo e Castro. Foi também retomada a produção de vidro na fábrica da Marinha Grande em Leiria, e o Marquês de Pombal deu proteção ao fabrico de louças, proibindo a sua importação⁵⁹.

Com Carvalho e Melo as finanças receberam uma grande reforma com o estabelecimento do Erário Régio como forma de nova administração do dinheiro do país e para a recolha de impostos. Esta foi uma entre outras medidas para assegurar a boa ordem das finanças. No entanto, o período da administração de Pombal foi complicado, pois, a partir de 1761, diminuiu drasticamente o fluxo de ouro do Brasil e a isto juntaram-se as despesas com o terramoto de 1755 e as da entrada na Guerra dos Sete Anos.

Portugal mantinha uma forte ligação com o Brasil pois este constituía a sua principal fonte de rendimento e para que isso se mantivesse, Carvalho e Melo alterou o sistema de cobrança de quintos do ouro do Brasil tendo restaurado as Casas de Fundição. Ordenou também a criação de um regimento para as Casas da Inspeção da Baía, de Pernambuco, do Maranhão e do Rio de Janeiro com o objetivo de reformular o comércio do tabaco e do açúcar que juntamente com o ouro eram as maiores fontes de riqueza da metrópole já que durante o reinado anterior o tráfego destes produtos havia entrado em decadência⁶⁰.

No âmbito judicial, o Marquês procedeu à criação de um Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, o que evitava que os processos do Brasil fossem enviados e tratados pela metrópole, permitindo uma melhor aplicação da justiça na colónia. Interferiu também na economia brasileira com a proibição de transporte de escravos para locais que não pertencessem ao império com vista a evitar prejuízos para a administração⁶¹.

⁵⁸ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 38.

⁵⁹ *Ibidem*, pp. 40.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 169.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 170.

Relativamente às relações com os outros países europeus, como qualquer outra potência, Portugal tinha as suas prioridades. Estabeleceu como primordiais os problemas no Atlântico e os peninsulares, sobre estes focava maior dedicação e empenhamento de esforços pois achava que valiam a pena o risco. Em segundo lugar, estariam os assuntos relacionados com o Mediterrâneo, pois este poderia constituir uma potencial ameaça para a costa portuguesa. Por fim, tinha em conta as relações com a Santa Sé, já que estas envolviam o prestígio de Portugal em todas as cortes europeias⁶².

Quanto ao primeiro ponto, o Atlântico era a principal preocupação para Portugal, e como vimos no primeiro capítulo esta preocupação está diretamente relacionada com a política de neutralidade do país que teve um grande ênfase na Guerra da Sucessão da Áustria. Contudo, esta política de neutralidade era, de facto, mais virada para uma perspectiva de não intervenção, uma vez que a Grã-Bretanha assegurava a segurança marítima do Atlântico e Portugal mantinha uma ligação estreita com ela. Para não perder este vínculo, Portugal mantinha-se afastado de todos os compromissos que pudessem pôr em causa essa união⁶³.

O investimento que a Grã-Bretanha fazia na sua marinha, e o seu crescimento como potência naval, eram uma segurança para Portugal e mais uma razão para que não quisesse pôr em risco a relação entre as duas potências. Para Portugal esta ligação assegurava as suas maiores necessidades: o apoio contra a França no mar e as rotas marítimas com o Brasil.

No entanto, como foi referido anteriormente, os interesses das potências da Europa Ocidental estavam virados para o Atlântico. A França, para conseguir esse controlo marítimo e por sua vez retirá-lo a Inglaterra, testa a neutralidade de Portugal com a criação do Pacto de Família, do qual fazem parte Espanha e Áustria e ao qual pretendiam que Portugal aderisse. Esta tentativa de mudar a posição dos portugueses deveu-se a Portugal estar presente em todos os pontos estratégicos dos conflitos anglo-franceses no Atlântico - à entrada do Mediterrâneo, na rota da Índia e na foz do Rio Prata⁶⁴. Devido às

⁶² Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 289.

⁶³ *Ibidem*, pp. 307-308.

⁶⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 310-311.

vantagens que a união com Inglaterra trazia, Portugal recusa a participação no Pacto de Família revelando a sua verdadeira posição.

Esta é a posição de Portugal na política europeia do século XVIII, em que o seu objetivo de manter a neutralidade perante os conflitos entre as restantes potências da Europa era constantemente contestado devido à sua posição geográfica estratégica.

permitindo o controlo do tráfego no Mediterrâneo, possibilitando o acesso terrestre à Europa pelo Sul, e como ponto de partida no extremo sudoeste da Europa para os territórios ultramarinos e, por último, graças às colónias na América do Sul que eram ambicionadas por grande parte dos países europeus.

O último ponto menciona o aspeto fundamental que se fazia sentir nas relações entre Portugal e Espanha, que se confrontavam pelo estabelecimento de limites na América do Sul. Vários foram os tratados criados para tentar resolver esta disputa, tais como o Tratado de Utreque, assinado com o fim da Guerra de Sucessão de Espanha, em que Portugal toma posse da Colónia do Sacramento⁶⁵.

Contudo, apesar da assinatura do tratado, os conflitos perduraram entre espanhóis e portugueses, que se defrontavam pelo domínio do território que assegurava o controlo do Rio da Prata. Desta forma, foi criado um tratado com o mesmo objetivo de delimitar estas fronteiras, o Tratado de Madrid, ou o Tratado dos “Limites”, de 13 de janeiro de 1750. Este Tratado tinha como objetivo definir os limites dos territórios pertencentes a Portugal e Espanha na América do Sul, pois isto nunca teria ficado bem definido⁶⁶.

Este novo acordo viria a anular as disposições anteriormente estabelecidas no Tratado de Tordesilhas, no Tratado de Utreque e na escritura de Saragoça, pois assim seriam estabelecidos novos limites com base em fronteiras naturais⁶⁷. O seu principal foco estava na região do Rio da Prata e em especial na Colónia do Sacramento que era o centro de toda a disputa entre as duas potências. Desta forma, neste Tratado ficou estabelecido que Espanha passaria novamente a deter a soberania sobre a Colónia do Sacramento e Portugal receberia o território dos Sete Povos das Missões situado a leste

⁶⁵ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 138.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 144.

⁶⁷ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 309.

do Rio Uruguai⁶⁸. Mesmo esta nova disposição de limites não foi suficiente para que os conflitos entre espanhóis e portugueses terminassem, o que levou à criação de novos tratados como o Tratado do Pardo em 1761 e o de Santo Ildefonso em 1777.

Grande parte da política externa portuguesa estava relacionada com a colônia brasileira, que era ambicionada por muitos dos países europeus e que levou a diversos conflitos com Espanha sobre a definição de fronteiras na América do Sul, tendo havido vários tratados pelo controle das suas riquezas. Estas riquezas eram escoadas pelo Rio da Prata e para manterem o seu controle, Portugal e Espanha disputavam a soberania da Colônia do Sacramento.

1.2.1. Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo, intitulado como Marquês de Pombal, foi uma figura bastante marcante na história de Portugal e também uma das mais controversas⁶⁹. É adorado por muitos pela grande reestruturação feita em Lisboa depois do terramoto de 1755 e por outro lado odiado pela violência das suas decisões, e acusações de utilizar o seu poder para satisfazer as suas ambições e vinganças. Muitos dos seus inimigos chamavam-lhe-iam “Fidalgote da Rua Formosa” com o objetivo de comprometerem o seu nome⁷⁰.

Carvalho e Melo nasceu a 13 de maio de 1699, primeiro filho de Manuel de Carvalho de Ataíde e de D^a Teresa Luísa de Mendonça e Melo. Tinha dois irmãos: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que esteve no Brasil com a armada de D. Luís Brederode, em 1736 e 1737, no socorro à Colônia de Sacramento, voltando em 1751, com o cargo de Governador e Capitão-General do Estado de Grão-Pará e Maranhão. Mais tarde, foi Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, de 1760 a 1769, ano em que faleceu. O terceiro dos filhos era Paulo de Carvalho e Mendonça que exerceu as funções de Presidente do Senado de Lisboa e Inquisidor-Geral do reino⁷¹.

⁶⁸ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 144.

⁶⁹ José Eduardo Franco, “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memória e mito”, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano VIII, Nº 15, Lisboa, 2009, pp. 283.

⁷⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 23-25.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 19-20.

Embora não se conheça qualquer registo de matrícula, crê-se que Carvalho e Melo tenha estudado Direito na Universidade de Coimbra⁷². Contudo, não terminou os estudos e pensa-se que tenha sido devido ao seu casamento com D. Teresa de Noronha e Bourbon de Mendonça e Almada, no ano de 1723⁷³.

Em 1739 foi para Londres com o objetivo de trazer trigo para Portugal. No entanto, dedicou o seu tempo no estrangeiro às dívidas cobradas por Inglaterra aos mercantes Portugueses. Foi também este o ano em que faleceu a sua esposa, em Lisboa⁷⁴.

Marquês de Pombal viajou para a Viena de Áustria em 1745 para servir de mediador no conflito existente entre o Papa Bento XIV e Maria Teresa, rainha da Hungria e da Boémia, devido a promessas outrora feitas⁷⁵.

Em Viena de Áustria, acabou por se casar pela segunda vez, com D. Maria Leonor de Daun, filha do Conde Heinrich Reichard Lorenz Von Daun, o que permitiu abrir as portas para a nobreza. Permaneceu na Áustria por mais quatro anos, instruindo-se sobre os princípios do despotismo iluminado e obtendo novas ideias económicas e culturais para implementar durante o seu governo em Portugal⁷⁶.

A 31 de Julho de 1750, morre D. João V, e a 2 de agosto, após a morte de Marco António de Azevedo Coutinho, e por sugestão de Francisco Luís da Cunha de Ataíde, Carvalho e Melo é nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁷⁷.

D. Luís da Cunha, foi representante da diplomacia Portuguesa em Paris⁷⁸, era tio de Carvalho e Melo, Governador da Casa da Relação e *Chanceler* do reino de 1750 a 1755, figura bastante importante na ascensão política do jovem Marquês⁷⁹.

A reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, ficou a mando de Marquês de Pombal, que realizou várias iniciativas políticas, tais como a criação

⁷² *Ibidem*, pp. 20.

⁷³ *Ibidem*, pp. 20.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 20-22.

⁷⁵ *Ibidem*, pp. 22.

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 22

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 23.

⁷⁸ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 144.

⁷⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 23.

do Erário Régio em 1761 e da Imprensa Régia em 1769, e a publicação da Lei da Boa Razão no mesmo ano, para além da criação de várias companhias que desenvolviam a atividade produtiva e comercial de Portugal⁸⁰.

A 6 de junho de 1759, recebe do rei D. José I o o título de Conde de Oeiras, pelo seu serviço ao longo de vinte anos, quando esteve como embaixador em Londres e em Viena, e pelos seus contributos quando entrou para o governo. Apesar de não ser referido no diploma que o novo título se devia aos seus atos e reformas tomadas durante e depois do terramoto, acredita-se que estes também tenham sido motivos que tiveram peso na decisão do monarca. Pelo novo título entregue ao ministro, é relatado na *Gazeta de Lisboa*, que foram feitas festas, iluminações públicas e cerimónias religiosas, pelas cidades, tudo para assinalar o louvor de Carvalho e Melo⁸¹.

1.2.2. D. Maria I e a “Viradeira”

Em novembro de 1776, agrava-se o estado de saúde do rei D. José I, levando o Marquês de Pombal a preocupar-se pelo estado do monarca, não só pelo afeto que lhe tinha, por todos os favores que teria recebido do soberano, mas também porque ligado à existência de D. José, estava o poder e influência como ministro⁸².

Devido ao seu estado debilitado, e de não conseguir exercer a autoridade sobre o governo, por decreto de 29 de novembro de 1776, esta função passa para D. Mariana Victoria de Bourbon, sua esposa, que apesar de não ter uma relação pessoal com o Marques de Pombal, aproveita os seus conselhos para tratar dos negócios do governo⁸³.

Desde o dia 7 de fevereiro de 1777 que foram ordenadas preces publicas pela saúde do Rei. Nas igrejas faziam-se suplicações à divindade, que continuaram até ao final do ano. Deu-se por terminado o reinado de D. José I, tendo falecido a 24 de fevereiro de 1777 à uma da manhã⁸⁴.

⁸⁰ José Eduardo Franco, *op. cit.* pp. 290.

⁸¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 46.

⁸² José Maria Latino Coelho, *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*, Vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 77.

⁸³ *Ibidem*, pp. 77.

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 80.

Sobe assim ao trono D. Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana, filha de D. José I e Mariana Vitória de Bourbon, nascida a 17 de dezembro de 1734 e que reina até à data da sua morte em 1816⁸⁵.

No dia do seu nascimento, a princesa foi celebrada por todo o reino e era aguardada por muitos⁸⁶. Muito cedo recebeu o título de ‘Princesa da Beira’, passando mais tarde a ser intitulada como ‘Princesa do Brasil’, com a subida de seu pai ao trono⁸⁷.

Conforme as referências culturais da época, D. Maria foi educada através de um mestre eclesiástico, tendo sido o primeiro Frei José Pereira de Sant’Ana, doutorado em Teologia na Universidade de Coimbra, iniciando-a nas letras e bons costumes⁸⁸. Foi também educada pelo Padre Timóteo de Oliveira, que esteve encarregue da formação moral da princesa, incutindo-lhe os princípios que deveriam nortear a sua conduta enquanto princesa e monarca⁸⁹.

A sua aia, D. Ana Catarina de Lorena, filha do Marquês de Abrantes e Camareiro-mor, ensinava-lhe os comportamentos sociais⁹⁰.

A Princesa teve também à sua disposição mestres de desenho e pintura, inicialmente Domingos Rosa e depois o seu filho, José da Rosa; um mestre de música, David Perez; e mestres de picaria, sendo eles D. Pedro de Meneses, Marquês de Marialva e o Sargento-Mor Carlos António Ferreira Monte⁹¹.

As suas virtudes eram conhecidas e enumeras pelo padre Timóteo de Oliveira como uma princesa pia, devota, prudente, sábia, afável, liberal, pacífica, benévola e ornada de uma rara modéstia⁹².

A sua infância foi passada na corte do avô D. João V, habituada a festas onde era incentivada a recitar poemas, orações ou contos perante os presentes, sendo referido que desde muito pequena possuía dotes para recitar orações e epigramas latinos. Teve

⁸⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 293

⁸⁶ Isabel Ferreira da Mota, *D. Maria I: A Piedosa: Dinastia de Bragança 1777-1816*, Lisboa, QuidNovi, 2009, pp. 5.

⁸⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 293

⁸⁸ Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 16.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 17.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 16.

⁹¹ *Ibidem*, pp. 17.

⁹² *Ibidem*, pp. 19.

aulas de Latim, Francês e Inglês, apesar de D. José ter designado mestres de desenho e pintura para uma educação, mostrando as influências derivadas do século das luzes. A sua ligação às pinturas desde muito cedo ajuda a perceber os seus incentivos ao ensino artístico durante o seu reinado com a criação, em 27 de novembro de 1779, da Aula Pública de Debuxo e Desenho no Porto, a 23 de agosto de 1791 a criação da Aula Régia de Desenho, em Lisboa, e com a proteção da Academia do Nu, criada em 1748⁹³. A sua juventude deu-se também entre passeios de barcos, pescarias, caçadas na Tapada da Ajuda e visitas às Igrejas⁹⁴. D. Maria viveu anos muito felizes. Era vista com a mãe e irmãs em passeios a cavalo e em touradas durante o dia e à noite na ópera italiana, repleta de diamantes⁹⁵.

Quanto ao seu casamento, D. João V escolheu para noivo D. Pedro, seu tio. Embora D. José não concordasse com a escolha, uma vez que não simpatizava com o seu irmão por ser o preferido de D. João V, D. Maria aceitou a escolha. No entanto, D. João V. faleceu e o casamento ainda não tinha sido oficializado⁹⁶.

No início do reinado de D. José I falava-se muito do casamento da princesa. No entanto, este apenas se realizou anos mais tarde, em 1760, quando Maria tinha 25 anos e Pedro 42 anos⁹⁷.

Nasceu a 20 de agosto de 1761 o primeiro filho de D. Maria, batizado como José⁹⁸. D. José I ficou muito alegre, tal como podemos observar numa carta enviada ao Bispo, sobre o nascimento do seu neto, príncipe da beira:

“Reverendo Bispo da Guarda, Amigo. Eu El Rey vos ínvio muito saudar. Hoje foi Deos servido dar a aestes Reinos hum Príncipe da Beira com bom sucesso da Princeza minha sobre todas muito amada e presada Filha. E porque conheço o grande contentamento, que recebereis com esta desejada, e alegre notícia: Ordenei quelogo se vos participasse para que me acompanheis, não só em celebrar hum tão fauto successo mas também em dar a Deos as graças

⁹³ Maria do Céu Borrêcho, *D. Maria Francisca de Princesa da Beira a Princesa do Brasil*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011, pp. 116-117.

⁹⁴ Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 26.

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 30.

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 28.

⁹⁷ *Ibidem*, pp. 29-31.

⁹⁸ *Ibidem*, pp. 35.

por tão particular MercÊ. E tereis entendido, que esta felicidade se há de celebrar com aquellas demonstraões dealegria, que são do Costume sem similhantes ocasiões...”⁹⁹.

Tiveram mais 5 filhos: O Infante D. João, nascido em setembro de 1763 e falecido em outubro do mesmo ano; D. João, nascido em 1767 que veio a ser D. João VI; Infanta D. Maria Clementina, nascida em 1774 e falecida em 1776; Infanta D. Maria Isabel, nascida em 1776 e falecida em 1777; e por fim D. Mariana Vitória Josefa, nascida em 1768 e falecida 20 anos mais tarde em 1788¹⁰⁰.

Dizia-se que D. José I e o Marquês de Pombal queriam que a sucessão do trono passasse diretamente para o seu neto, João, o que retirava a D. Maria a sucessão ao turno. No entanto, a rainha Mariana Vitória opunha-se¹⁰¹.

No ano de 1786, D. Pedro, marido de D. Maria morre, causando um profundo desgosto à rainha. As esperanças de sucessão do trono eram postas por D. Maria no seu príncipe herdeiro, que morre no dia 11 de setembro de 1788, vítima de varíola¹⁰².

Logo depois da morte de D. José I, D. Maria foi coroada e nomeou o seu governo. Os quatro ministros de estado vieram ao seu encontro como soberana, sendo eles Marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro, Aires de Sá e Melo e o Cardeal da Cunha¹⁰³.

A cerimónia da sua coroação deu-se apenas a 13 de maio de 1777, devido a uma epidemia de sarampo¹⁰⁴.

D. Maria chegou ao governo com poucos conhecimentos sobre a governação, uma vez que esteve sempre afastada do Conselho de Estado. D. Pedro era pouco ligado à política, o que dificultou também a capacidade de reinar de D. Maria¹⁰⁵.

Um dos pilares da sua formação foi a forma como devia ver e tratar os seus subordinados. Era aconselhada a amar ‘os seus vassallos não como escravos, mas como

⁹⁹ Adriano Vasco Rodrigues, *O despotismo e a Igreja: Catas régias para o Bispo da Guarda na época pombalina.*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 1981, pp. 114-115.

¹⁰⁰ Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 35.

¹⁰¹ *Ibidem*, pp. 36.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 39.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 40.

¹⁰⁴ *Ibidem*, pp. 43.

¹⁰⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 295.

súbditos; não so como súbditos, mas como filhos”¹⁰⁶. A opinião quanto ao seu povo era de não os considerar como propriedade, mas sim, como seus filhos, e de se preocupar com a sua felicidade e o seu bem-estar. A monarquia era imposta com base num poder maternal¹⁰⁷.

Antes de morrer, D. José I deu-lhe algumas recomendações: “que se lembre dos meus criados, especialmente daqueles, que sabe me tem servido com amor, e fidelidade”¹⁰⁸. Assim a rainha quando subiu ao trono, pretendia governar com o sentido de proximidade dos seus súbditos, o que já era um costume do tempo do seu avô, o rei D. João V, e através desse contacto fortalecer a relação entre a soberana e o povo¹⁰⁹, promovendo a paz e a justiça. E um dos aspetos onde isto se verificou, foi apesar das ideias de vingança que os opositores de Pombal queriam implementar com o novo regime, a rainha apenas afastou do poder os mais diretos colaboradores de Carvalho e Melo, evitando sentenças mais injustas¹¹⁰. Ainda nos seus últimos momentos, D. José tentou fazer do Marquês de Pombal um futuro ministro para a sua filha, recomendando-a a aceitá-lo como seu conselheiro¹¹¹.

No testamento que D. José deixava à sua filha, com conselhos para a nova soberana começar o seu reinado, o sexto artigo dizia para esta “conceder o perdão aqueles réus de estado, a quem houvesse por mercedores de sua clemencia”, no que o povo acreditava que o monarca tentava remediar os malefícios, e as decisões cruéis do seu ministro¹¹².

O termo *Viradeira* é utilizado para rotular o reinado de D. Maria I como um período de retrocesso¹¹³, uma vez que esta impôs-se às ações tomadas no Governo do

¹⁰⁶ Timóteo de Oliveira, *Coleção de Várias Obras Latinas e Portugueza. Anagrama do nome do auctor Tito Aurelio Hemides [...] Oração a Fidelíssima Rainha Nossa Senhora no dia da sua feliz Acclamação*, manuscrito, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1751-1800 *apud* Maria do Céu Borrêcho, *op. cit.* pp. 116-117.

¹⁰⁷ *Ibidem*, pp. 126-127.

¹⁰⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 296-298.

¹⁰⁹ Maria do Céu Borrêcho, *op. cit.* pp. 127.

¹¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 296-298.

¹¹¹ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 77.

¹¹² *Ibidem*, pp. 83-84.

¹¹³ Maria Luísa Rosendo Cabral, *Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800*, Vol. 1, Tese de Doutoramento em História Moderna, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas, 2013, pp. 6.

Marquês de Pombal. Assim, um dos primeiros atos de D. Maria I, foi a libertação de 800 pessoas das prisões da Junqueira, São Julião, Pedrouços e de Setúbal. Restituiu Honras e bens a famílias que tudo tinham perdido e ilibou pessoas que tinham sido acusadas durante a administração Pombalina, como as famílias envolvidas na tentativa de regicídio em 1758, tendo sido autorizada a revisão do processo por alvará de 9 de outubro de 1780, levando a absolvição dos marqueses de Távora e respetivas famílias. Deu ordem para que regressassem ao reino os que aviam sido desterrados por motivos políticos e afastou do Governo os colaboradores diretos do Conde de Oeiras.¹¹⁴.

1.2.2.1. Demissão do Marquês de Pombal

Ainda no reinado de D. José I, os membros da corte tinham ódio e rancor pelo Marquês de Pombal, pelo que desde cedo se dirigiam à princesa com o fim de a influenciar contra Sebastião de Carvalho¹¹⁵.

O Marquês de Pombal sabia o que D. Maria achava dele, e, ainda com D. José vivo, apresentou um pedido de demissão que veio a ser recusado. Após a sua morte, voltou a solicitar a sua demissão a 27 de fevereiro, que foi aceite a 4 de março¹¹⁶.

A mando da rainha D. Maria I e após nomear o seu governo, Martinho de Melo e Castro, que vinha já do gabinete anterior, foi encarregue de informar o Marquês de Pombal que estava demitido das suas funções no Governo, como se verifica na carta que enviou ao Conde:

"p^a ler e entregar ao lim^o e Exm^o Marquês d'Pom-bal. A Raynha Nossa Snr^o foi servida ordenarme q. entrequando (sic) a V. EX^a o Real decreto da sua Demissão, lhe deixasse por escritoda m^a Propria Letra e Assignado por mim o seq.^{te}. Que no ditto decreto não atendeu Sua Mag.^{de} a outra alguma couza, q. não fosse a veneração e resp.^o q. conserva e conservara sempre à saudavel Memoria de seu Augusto (sic) Pay, e Senhor; E à clemencia, e Benignidade, q. serão inseparáveis (sic) das Relações de seu Gabinete, em tudo aquilo que for compatível com a retidão, e a justiça. Que S. Mag.^{de} não se achando, nem

¹¹⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 296-298.

¹¹⁵ *Ibidem*, pp. 295

¹¹⁶ Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 40-41.

podendo ainda ser exactamente informada, do que constam as Memorias, q. V. EX^a levou a sua Real Prezença relativas aos Empregos, e Logares, q. seu Augusto Pay, e Snr. lhe confiou; nem do precizo e individual Estado em q. todas, e cada hua das Repartições, de q. V. Ex^a teve administraçã em consequencia dos ditos lugares, e Empregos. Estando a mesma Snr^a que, ainda nesta inserteza era da sua Innacta, e Real Benignidade Honrar a V. Ex.^a na forma em q. presente o honra: Que S. Mag.^{de} mandará ver, e examinar com a mais escrupuloza circunspecção todos, e cada hum dos objectos deq. tratão, e que endição as Memorias de V. EX^a. A vista das demonstrações, e evidentes, que rezultarem do refferido exame:

Pode V. Ex^a estar serto q. com a mesma Constante e Perpetua vontade com que S. Mag.^{de} quer q. se administre justiça aos seos vassalos, segundo o Merecimento de cada hum se fará a V. Ex^a o q. lhe for devida. Paço em 4 de março de 1777"¹¹⁷.

Já na época da *Viradeira*, os inimigos de Pombal não o pouparam ao julgamento, pelo ódio e rancor que guardavam do seu tempo de ministro, mesmo com a avançada idade e vítima de grave doença. A três de setembro de 1779, D. Maria I ordenou que Carvalho e Melo fosse ouvido, nomeando uma junta de desembargadores, para encaminhar o processo e recolher o seu depoimento¹¹⁸.

Apesar dos desentendimentos dos juízes, que hora propunham um castigo por se terem provado as acusações, outros pretendiam averiguar mais casos de delitos praticados por Carvalho e Melo, e uns ainda acreditavam não existir argumentos suficientes para ser aplicada uma pena, foi por fim, emitido pela rainha a 16 agosto 1781, um decreto que penalizava Pombal com um grave castigo. Contudo, atendendo à sua idade avançada, estado de saúde e tendo em conta que o Conde havia pedido o perdão Régio, a rainha concedeu-lhe o pretendido, na condição de que este permanecesse na sua vila de Pombal¹¹⁹.

¹¹⁷ António Ferrão, “Martinho de Melo e Castro e o Marques de Pombal: O princípio a o fim de uma amizade (1752-1777), in *BOLETIM da Segunda Classe - Actas e pareceres, estudos, documentos e notícias*, Vol. 20, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Ottes Gráfica, 1926, pp. 341 *apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 55-56.

¹¹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 300.

¹¹⁹ *Ibidem*, pp. 301.

Foi esta a medida tomada pela rainha, tendo em conta o bom senso do seu confessor Dom Frei Inácio de S. Caetano, mesmo que a corte achasse Pombal merecedor da pena máxima pelos seus atos¹²⁰.

A 17 maio 1782, saía na *Gazeta de Lisboa*: “veio notícia de Pombal de haver morrido ali, depois d’hum prolixa molestia, o Marquez daquelle titulo, a 12 deste mez, no 83º anno da sua idade “¹²¹.

1.2.2.2. Constituição do Governo

Com a subida ao trono de D. Maria I, deram-se várias alterações no governo, de forma a concretizar a objetivo da rainha de reconstruir a vida nacional, e atualizar os processos culturais do país¹²². Desde a criação das secretarias de estado por D. João V, que os membros que eram chamados para desempenhar os cargos, provinham de famílias nobres secundárias e tinham atingido a visibilidade pelo público, através da sua educação e conhecimentos. Contudo, sob uma nova gerência, a escolha dos representantes do governo era feita com tendência para satisfazer os interesses da nobreza e do clero¹²³.

Com a demissão de Marquês de Pombal, este foi substituído na pasta do reino por Dom Pedro José de Noronha, terceiro Marquês de Angeja¹²⁴, com já 66 anos, idade avançada para quem iria começar a aprender sobre os negócios do Estado, pois não tinha experiência nas matérias do governo, foi-lhe atribuída a administração das armadas, como Capitão-General dos galeões de alto bordo¹²⁵, e a quem a rainha iria mais tarde dera o Comando Supremo das Forças da Armada¹²⁶, passou também a fazer parte da presidência do conselho de ministros, recebendo o título de assistente ao despacho do gabinete, e a administrar a fazenda pública, sendo o presidente do Erário Régio¹²⁷. D. Tomás Xavier De Lima, 14º visconde de vila nova de Cerveira, assumiu a gerência administrativa,

¹²⁰ *Ibidem*, pp. 301-302.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 302.

¹²² José Carlos Amado, “*Martinho de Melo e Castro*”, *Duzentos Anos da Companhia de Guardas-Marinha e da sua Real Academia: discursos das / Comemorações do Bicentenário da Companhia de Guardas-Marinha e da sua Real Academia*, Lisboa, maio 1982 - março 1983, 1985, pp. 147.

¹²³ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 188.

¹²⁴ Quirino da Fonseca “A Marinha Portuguesa sob a gerência de Martinho de Melo e Castro (1770 a 1795)”, in *Revista de Marinha*, Vol. 2, n. 19, Lisboa, 1938, pp. 16.

¹²⁵ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 187.

¹²⁶ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 16.

¹²⁷ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 187.

tendo-lhe atribuída a pasta dos negócios do reino. Foram nomeados por D. Maria a 14 de março de 1777¹²⁸.

A 26 de março foi nomeado Aires de Sá e Melo para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra¹²⁹, cargo que já desempenhava no gabinete de Pombal. Sá e Melo residiu durante muitos anos em Madrid, como ministro plenipotenciário, tendo recebido o cargo de Secretário de Estado a 15 de fevereiro de 1775. Apesar das suas novas funções, Aires de Sá era Tratado como submisso agente das ordens do Marquês, que apenas lhe atribuía os assuntos de menor relevância, por não confiar nas suas capacidades. Apesar disso, Aires de Sá não seguia o exemplo do seu colega Melo e Castro, não querendo correr o risco de ficar mal visto pela rainha após a sua ascensão ao trono, mantinha a sua posição e agradecia ao seu antigo chefe, mesmo quando este estaria prestes a perder todo o seu poder¹³⁰.

Martinho de Melo e Castro permaneceu Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios ultramarinos¹³¹, e tal como se pode ler na obra de Isabel Ferreira da Mota, a sua permanência “denota o cuidado posto na transição política entre o reinado de D. José e o de D. Maria...”¹³². Era certo que Melo e Castro protestava contra aspetos da administração de Pombal, mas depois do antigo ministro ter sido excluído do governo, o Secretário de Estado conseguia dar continuidade ao seu trabalho com maior poder e mais capacidade de ação para as mudanças que queria fazer, que serão abordadas posteriormente.

¹²⁸ Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 41.

¹²⁹ *Ibidem*, pp. 297-298.

¹³⁰ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 209-211.

¹³¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 297-298.

¹³² Isabel Ferreira da Mota, *op. cit.* pp. 48.

2. Martinho de Melo e Castro

2.1. Origens familiares e formação

Martinho de Melo e Castro nasceu a 11 de novembro de 1716, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa¹³³.

Foi descendente dos Castros de Melgaço, tronco da casa das Galveias, cujo primeiro Conde tinha sido o seu bisavô Dinis de Melo e Castro, notável soldado que combateu na Guerra da Restauração. A Casa das Galveias teve uma importância significativa ao longo dos anos, e seus os titulares foram figuras distintas em Portugal, com cargos célebres a nível militar e diplomático. Posto isto, torna-se relevante expor cada um destes titulares e perceber a linhagem de Martinho de Melo e Castro.

Dinis de Melo e Castro, 1º Conde das Galveias, foi filho de Jerónimo de Melo e Castro e D. Maria Josefa Corte-Real. Aos 16 anos, juntou-se às forças do Conde de Vimioso de forma a fortalecer as fronteiras do Alentejo, onde combateu por 28 anos¹³⁴. Durante a batalha das Linhas de Elvas, comandada pelo Conde de Cantanhede, Dinis dirigiu a cavalaria da ala esquerda da vanguarda, no posto de Tenente-General. Comandou também a cavalaria portuguesa na batalha de Montes-Claros, em 1665, na última vitória contra Espanha¹³⁵. Em 1667, tornou-se Governador de Armas da Província do Alentejo, sendo nomeado Conselheiro de Estado por D. Pedro II que, pelo reconhecimento dos seus serviços, atribuiu-lhe também o título de 1º Conde das Galveias¹³⁶.

Dinis casou com D. Ângela Maria da Silveira, filha de André Mendes Lobo e D. Leonor da Silveira, com quem teve 3 filhos: Pedro de Melo e Castro, André de Melo e Castro e Josefa de Melo Corte-Real¹³⁷.

Pedro de Melo e Castro, sendo o primogénito, foi nomeado 2º Conde das Galveias, e herdou os prestígios do pai. Tal como Dinis, Pedro de Melo e Castro seguiu a carreira militar, destacando-se principalmente na guerra da Sucessão de Espanha, atingindo os postos de Tenente-General e de General de Batalha. Casou com D. Isabel

¹³³ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 140.

¹³⁴ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 12.

¹³⁵ *Ibidem*, pp. 12.

¹³⁶ *Ibidem*, pp. 12.

¹³⁷ *Ibidem*, pp. 13.

de Bourbon, filha de D. António de Almeida Portugal e D. Maria Antónia de Bourbon, 2º Condes de Avintes. Deste casamento resultou um filho: António de Melo e Castro, 3º Conde das Galveias. António casou com D. Inês de Lancastre, não deixando descendência, pelo que, o título de 4º Conde das Galveias, passa para o segundo filho de Dinis de Melo e castro, André¹³⁸.

André de Melo e Castro foi um eclesiástico, doutorado na Universidade de Coimbra. Esteve encarregue da Capela Ducal de Vila Viçosa até 1711, data em que abandonou a sua carreira eclesiástica¹³⁹. Nesse mesmo ano, foi nomeado por D. João V para Roma como Enviado Extraordinário e foi declarado Embaixador em 1718. Anos mais tarde, em 1736, André ascendeu ao cargo de governador de Minas Gerais de 1732 a 1736 e tornou-se o quinto Vice-Rei do Brasil entre 1736 e 1749¹⁴⁰.

Foi enquanto Vice-Rei que se assistiu a uma partida em massa de pessoas para Minas Gerais, provocando um despovoamento em algumas áreas do reino. André de Melo e Castro foi o responsável pelo repovoamento no Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Reorganizou o sistema militar, e com ele socorreu a colónia do Sacramento que tinha sido atacada pelos espanhóis em 1736. Ficou ainda conhecido por ter governado o Brasil com grande prudência, justiça e zelo do serviço da Coroa¹⁴¹.

André de Melo e Castro, apesar de não ter casado, deixou um filho, Francisco de Melo e Castro, nascido em Estremoz em 1702¹⁴². Francisco herdou todos os bens patrimoniais, com exceção do título de Conde das Galveias, por impedimento régio. Este teve uma carreira militar distinta. Serviu na Índia, foi comissário da cavalaria no Alentejo e foi governador em Mazagão e em Moçambique¹⁴³, função que desempenhou até 1752¹⁴⁴.

Francisco casou com D. Maria Joaquina Xavier da Silva, filha de Manuel da Silva Pereira, um cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Guarda-Mor do Consulado da

¹³⁸ *Ibidem*, pp. 13.

¹³⁹ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 41.

¹⁴⁰ Hélder Carita, "Um equívoco com história: o palácio Melo e Castro da rua Formosa, denominada de "Bichinho de Conta", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, Nº 6, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas, 2015, pp. 239.

¹⁴¹ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 15.

¹⁴² *Ibidem*, pp. 16.

¹⁴³ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 41.

¹⁴⁴ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 15-16.

Casa das Índias, e de D. Micaela Antónia da Silva. Francisco e Maria Joaquina tiveram 7 filhos, entre os quais Martinho de Melo e Castro, Manuel Bernardo e Violante Joaquina¹⁴⁵.

D. Maria Joaquina foi uma figura importante e conhecida na sua época. O seu nome está também associado ao Palácio “Bichinho de Conta”, conhecido como Palácio das Galveias. Segundo CARITA, H., 2016¹⁴⁶, na primeira metade do século XVIII, existiam umas casas nobres, localizadas na Rua Formosa, considerada a Rua do Século, que Dona Maria Joaquina tinha herdado do seu pai. Através de alguns documentos, nomeadamente o Livro de Santa Catarina, foi possível constatar que Maria Joaquina era a proprietária “seguem-se casas e quintal de dona Maria Joaquina e o seu palácio e a esta huma propriedade de hum filho da sobredita que he eclesiástico”. Sabe-se que a casa onde residiu D. Maria Joaquina seria na rua Formosa, e após o seu falecimento, o palácio fica na posse do seu filho mais velho, Manuel Bernardo¹⁴⁷. No entanto, não foram possíveis encontrar registos que afirmem que Martinho de Melo e Castro tenha residido no Palácio.

Dos 7 irmãos, distinguiu-se o primogénito, Manuel Bernardo de Melo e Castro, 1º Visconde de Lourinhã, nascido a 16 de fevereiro de 1716¹⁴⁸. Em 1731, com apenas 15 anos, Manuel Bernardo entrou como praça de soldado no Regimento de Infantaria da Corte, foi promovido a cabo de esquadra e quatro anos depois a Capitão, chegou a coronel de infantaria do Regimento de Cascais em 1757 ocupando o cargo de governador do Grão-Pará nesse mesmo ano e até 1763¹⁴⁹. Foi ainda nomeado governador de Armas da província do Alentejo em 1771¹⁵⁰. Foi casado com D. Domingas Isabel de Noronha, sem deixar descendência¹⁵¹.

Distinguiu-se também Violante Joaquina, que herdou o título do seu irmão de Conde das Galveias, Manuel Bernardo¹⁵². Josefa de Melo e Castro, filha de Dinis e irmã de André e Pedro de Melo e Castro, casou com D. Luís de Almeida e tiveram um filho,

¹⁴⁵ *Ibidem*, pp. 16.

¹⁴⁶ Hélder Carita, *op. cit.* pp. 240.

¹⁴⁷ *Ibidem*, pp. 240.

¹⁴⁸ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 41.

¹⁴⁹ Fabiano Vilaça Santos, *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*, Programa de pós-graduação em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008, pp. 92.

¹⁵⁰ Hélder Carita, *op. cit.* pp. 240.

¹⁵¹ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 13.

¹⁵² Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 41.

D. António de Almeida Beja e Noronha, coronel de cavalaria e governador da praça de Elvas que, mais tarde, se vinha a casar com Violante Joaquina, sua prima e irmã de Martinho de Melo e Castro¹⁵³. Violante Joaquina e D. António de Almeida Beja e Noronha tiveram três filhos: D. António de Noronha e Beja, que não deixou descendência, D. Francisco de Almeida de Melo e Castro e D. João de Almeida de Melo e Castro, sucessor na representação da Casa das Galveias¹⁵⁴.

D. João de Almeida, 5º Conde das Galveias, exerceu funções como Secretário de Estado da Marinha e Ultramar durante por um curto período, passando a ministro dos Negócios e da Guerra, de 1812 a 1814. Foi casado com D. Isabel José de Meneses, filha dos 1º condes de Cavaleiros. Não tiveram filhos, pelo que Francisco de Almeida de Melo e Castro, seu irmão, foi o seu sucessor e 6º Conde da Casa das Galveias¹⁵⁵.

A Casa das Galveias teve um destaque importante na Monarquia Portuguesa, no governo do reino, nas cortes da Europa e no Império Português¹⁵⁶.

Embora Martinho de Melo e Castro não tivesse um título de nobreza, a sua ascendência de famílias nobres, fê-lo ser membro da aristocracia portuguesa setecentista e foi destinado a uma carreira eclesiástica¹⁵⁷.

Frequentou, em Évora, o Colégio do Espírito Santo, da Companhia de Jesus, onde se distinguiu pelas suas capacidades enquanto estudante¹⁵⁸. Mais tarde, também em Évora, tirou com honra o curso de Latim, Filosofia e Teologia. Dominava com grande facilidade a Dialética e a Metafísica¹⁵⁹. A Universidade de Évora teve um grande impacto na educação sua formação, pelo que é relevante abordar os aspetos desta Universidade, no subcapítulo seguinte.

Após terminar os seus estudos em Évora, Martinho de Melo e Castro seguiu para Coimbra, onde estudou Direito Canónico e obteve o seu bacharelato em 1744, após ter

¹⁵³ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 20.

¹⁵⁴ *Ibidem*, pp. 20.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 23.

¹⁵⁶ *Ibidem*, pp. 23.

¹⁵⁷ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 42.

¹⁵⁸ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 140.

¹⁵⁹ *Ibidem*, pp. 140.

prestado provas excepcionais. A sua educação foi conduzida pelos jesuítas, tendo sido influenciada tanto em Évora como em Coimbra¹⁶⁰.

As suas competências fizeram com que fosse honrado e distinguido pelos padres da Companhia. Martinho de Melo e Castro revelou-se opositor aos novos ensinamentos dos oratorianos e das ciências modernas.¹⁶¹

Em 1739, com apenas 23 anos de idade, foi nomeado Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa por D. João V, um rei que apreciava bastante as suas qualidades¹⁶². Uma sinecura que Martinho de Melo e Castro conseguiu por influência da sua família.¹⁶³ Nessa altura, ganhou a estima e a confiança do antes príncipe José I, uma vez que eram praticamente da mesma idade¹⁶⁴.

Apesar do posto prestigioso que tinha, Martinho de Melo e Castro seguiu a carreira eclesiástica por obrigação, e, apesar de a servir com dignidade, consta que aquela não era a sua vocação. Era um apaixonado pelos estudos políticos e, progressivamente, foi-se tornando notória a sua competência e indiscutível vocação, pelo que, em 1751, com 35 anos, foi nomeado por D. José I, seu Enviado junto dos Estados Gerais das províncias Unidas¹⁶⁵. Iniciou então a sua carreira diplomática em Haia¹⁶⁶.

Era um objetivo do rei D. João III, construir em Évora um colégio para a Companhia de Jesus, mas foi o seu irmão, o Cardeal D. Henrique que, em 1551, veio a realizar a obra¹⁶⁷, tendo os estudos dos jesuítas sido inaugurados a 28 de agosto de 1553¹⁶⁸. Mais tarde em 1558, por ambição do Cardeal D. Henrique, surge a Universidade de Évora¹⁶⁹.

A Universidade foi criada com os principais objetivos de transmitir aos alunos os bons costumes e formação moral¹⁷⁰, e conhecimentos de todas as ciências necessárias

¹⁶⁰ *Ibidem*, pp. 140.

¹⁶¹ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 42.

¹⁶² José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 140.

¹⁶³ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 2.

¹⁶⁴ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 42.

¹⁶⁵ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 140.

¹⁶⁶ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 2.

¹⁶⁷ José Maria de Queirós Veloso, *A Universidade de Évora: elementos para a sua história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1949, pp. 28.

¹⁶⁸ *Ibidem*, pp. 32.

¹⁶⁹ Jorge de Figueiredo, *A Antiga Universidade de Évora*, Póvoa de Varzim, A. C. Calafate, 1967, pp. 7.

¹⁷⁰ José Vaz de Carvalho, *A Universidade de Évora e a sua orientação pedagógica*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, pp. 295.

para fazer um perfeito Pároco consumado¹⁷¹. Os alunos estavam sujeitos a uma série de regras e atividades proibidas para que não se distraíssem dos seus estudos. Caso não cumprissem as mesmas eram punidos, através do pagamento de multas ou até cumprir penas na cadeia, consoante o grau da pessoa e o delito¹⁷².

A Companhia de Jesus detinha a gerência da Universidade, e este era um dos destinos Universitários mais concorridos.

Os Estudos Gerais de Évora, compreendiam três graus de ensino, que agora correspondiam ao ensino primário, secundário e universitário. Os alunos tinham duas classes de ler e escrever, quatro de Gramática, duas de Humanidades, duas de Retórica, e para completar os estudos, tinham as Faculdades de Artes, Teologia e Casos de Consciência ou Moral¹⁷³. Nas aulas de Gramática, de Humanidades e de Retórica, eram instruídos sobre as línguas clássicas, e ainda tudo o que naquele tempo se entendia por cultura. O Português era ensinado em conjunto com o Latim¹⁷⁴.

Nas aulas, o professor lia as lições que levava escritas, daí este ser referido como “lente” e, por sua vez, os alunos deviam escrever o que era passado pelo professor. No final, o professor ficava à disposição dos estudantes para esclarecer as suas dúvidas sobre as matérias lecionadas¹⁷⁵.

No século XVIII, relativamente aos lentes de filosofia, desapareceram as designações de “Priores” “Tópicos” “Físicos”, consideradas já ultrapassadas. Foi feita uma nova distribuição da matéria pelos quatro anos de curso, tendo sido adotada nomenclatura moderna como, “filosofia racional, filosofia natural, filosofia moral”. Passou também a ser lecionada a História da Filosofia¹⁷⁶.

A 3 de fevereiro de 1729, o rei D. João V passa por Évora, e faz uma visita à Universidade, tendo autorizado a englobar nas cadeiras lecionadas, a de Cânones e Leis, algo que os padres da Companhia tentavam alcançar há muito¹⁷⁷. Mas ao tomar

¹⁷¹ Maria de Fátima Nunes, *"Da Europa para Évora e de Évora para o mundo": A Universidade Jesuíta de Évora: (1559-1759)*, Évora, Instituto Superior Económico e Social, 2009, pp. 87.

¹⁷² Jorge de Figueiredo, *op. cit.* pp. 8.

¹⁷³ *Ibidem*, pp. 297.

¹⁷⁴ Maria de Fátima Nunes, *op. cit.* pp. 70.

¹⁷⁵ *Ibidem*, pp. 73, 74.

¹⁷⁶ *Ibidem*, pp. 71.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp. 72.

conhecimento da notícia, a Universidade de Coimbra usou a sua influência para impedir que o processo avançasse. E assim o conseguiu, passando o decreto a não ter sido posto em prática¹⁷⁸. Este é um dos exemplos que mostram a rivalidade entre a Universidade de Coimbra e a de Évora.

Martinho de Melo e Castro fez o curso na Faculdade de Teologia, onde os alunos tinham quatro cadeiras, sendo que três eram de Teologia Escolástica e uma de Escritura, onde eram explicados o Antigo e o Novo Testamento¹⁷⁹. Em Teologia Escolástica, eram ensinados por dois professores, em que no primeiro ano, eram lecionados sobre o mistério de Deus uno e trino, questões de justiça e de direito, religião, voto, juramento, simonia; no segundo ano, os Anjos e ainda matérias que se debruçavam sobre o fim último do homem e atos humanos voluntário e involuntários, o mistério da encarnação; no terceiro ano tinham matérias como: virtudes, vícios e pecados, leis, graça, sacramento em geral, batismo e eucaristia; no quarto ano eram abordados temas como virtudes teológicas das tradições, concílios, igreja, sumo pontífice e penitência¹⁸⁰. Na Universidade de Évora era dado um grande destaque à disciplina de Humanidades e à Filosofia, pois consideravam que tinha grande utilidade para o estudo aprofundado de Teologia¹⁸¹.

Apesar do grande estatuto da Universidade, no século XVIII entra numa fase de inatividade, e as matérias lecionadas não acompanham o desenvolvimento das novas fontes científicas, devido à forma fechada para que tendia a aprendizagem influenciada pelos jesuítas. Também as suas bibliotecas deixavam de ser atualizadas levando a Universidade a entrar em declínio¹⁸².

Pela decisão do Marquês de Pombal de expulsar os jesuítas de Portugal, foi também ordenado que se fechassem todos os colégios e estabelecimentos de ensino. A Universidade de Évora acabara por fechar em 8 de fevereiro de 1759¹⁸³.

¹⁷⁸ *Ibidem*, pp. 72.

¹⁷⁹ José Vaz de Carvalho, *op. cit.* pp. 298.

¹⁸⁰ Maria de Fátima Nunes, *op. cit.* pp. 98.

¹⁸¹ *Ibidem*, pp. 112.

¹⁸² Jorge de Figueiredo, *op. cit.* pp. 10.

¹⁸³ *Ibidem*, pp. 10.

2.2. Carreira Diplomática

2.2.1. Embaixador em Haia

Martinho de Melo e Castro tinha uma competência e vocação indiscutível para a política. Foi em 1751, com 35 anos, que começou a sua missão diplomática. D. José conhecedor da sua vocação e do seu talento, nomeou-o embaixador junto dos Estados Gerais das Províncias Unidas¹⁸⁴.

Com o fim da Guerra da Sucessão da Áustria, em 1748, a Europa começou um período de revolução diplomática fruto da quantidade de potências que surgiram depois da guerra e das novas alianças formadas entre elas¹⁸⁵. O fim da guerra, que ocorreu com a assinatura do Tratado *Aix-la-Chapelle* em 1748, levou a que a França e a Áustria se aproximassem tornando a Prússia o seu inimigo comum. A Áustria tinha como objetivo reaver a Silésia, mantendo o seu estado de potência da Europa central. A França esforçava-se para desenvolver a sua Marinha de Guerra, de forma a disputar a hegemonia marítima com Inglaterra, caso conseguisse manter o equilíbrio com as potências de leste¹⁸⁶.

Espanha ao longo do século XVIII, manteve quase sempre uma política de união com a França. Mas com a subida ao trono de Espanha do rei Fernando VI, este casou com a filha de D. João V, D. Maria Bárbara de Bragança e a posição portuguesa na Península Ibérica passa a ter maior relevância. Nesta altura, era Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Cervajal, que adota uma política de tentativa de aproximação a Inglaterra por intermédio de Portugal, com o fim de poder assegurar a sua influência no Mediterrâneo, onde Inglaterra possuía Gibraltar controlando o comércio no Mediterrâneo. Espanha pretendia reaver¹⁸⁷ esse controlo.

Para conseguir alcançar este objetivo, Espanha havia já comprometido territórios nas fronteiras do Brasil, nos acordos do Tratado de Madrid em 1750, na esperança de que Inglaterra, num gesto de gratidão, lhe entregasse Gibraltar. No entanto, Inglaterra não cede o seu território a sul de Espanha, pois este permitia-lhe controlar a navegação para

¹⁸⁴ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 141.

¹⁸⁵ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 145.

¹⁸⁶ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 300-301.

¹⁸⁷ *Ibidem*, pp. 308.

o Mediterrâneo, pelo que, devido a este desacordo, Espanha decide manter as suas ligações com França, e considera Inglaterra como sendo um adversário permanente¹⁸⁸.

A meio do século XVIII surgiu um período complicado de intensa diplomacia, numa alteração de alianças entre potências europeias. Assim surgem duas grandes frentes: de um lado, Inglaterra e a Prússia, na qual a potência marítima inglesa pretendia uma aliança com uma potência continental que pudesse fazer frente à França por terra, e a Prússia também com interesse na aliança com Inglaterra, pois esta detinha controlo do tráfego para o mar do Norte. Por outro lado, a aliança formada entre a França, a Áustria, e Espanha voltava a tomar o lado de França contra os ingleses, na qual, a Áustria poderia alcançar um maior poder militar para se defrontar com a Prússia, a Espanha que por Inglaterra não cedido Gibraltar, colocava-se numa posição de a poder reconquistar e assegurar o controlo no Mediterrâneo Ocidental, e França, com o objetivo de disputar o poder marítimo de Inglaterra, e assegurar a sua influência no mar do Norte, no oceano Atlântico e à entrada do mar Mediterrâneo. As potências de um lado impediam que as outras alcançassem a hegemonia¹⁸⁹.

Um ano depois da sua transferência para a Holanda, Melo e Castro mantinha correspondência com o Conde de Oeiras com o objetivo de se manter ligado à diplomacia e para isso dependia do apoio de Carvalho e Melo. Com este objetivo em mente, as cartas que eram trocadas mostravam sobretudo uma preocupação sobre o estado de saúde do Conde, como se constata na primeira carta com este assunto, datada de 11 de janeiro de 1752¹⁹⁰, "Ainda fico com cuidado ma mulestia (sic) de V. Exa porq. não sei se o remedio das sangrias aq. V. Exa foi obrigado sugeitar-se faria aquelle effeito q todos debes dezejar, e q. eu particularmente estimarei"¹⁹¹.

Mais tarde, numa carta de 24 de agosto do mesmo ano, compreendem-se as intenções de Melo e Castro de querer subir politicamente. Tal fica espelhado no facto de realçar os feitos de Carvalho e Melo e os seus contributos para Portugal como forma de o elogiar e ganhar o seu apoio. Menciona que apenas teria sido enviado para a Holanda

¹⁸⁸ *Ibidem*. pp. 301.

¹⁸⁹ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 145.

¹⁹⁰ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 44.

¹⁹¹ António Ferrão, *op. cit.* pp. 336.

para desenvolver os seus conhecimentos e considera Haia apenas um ponto de passagem para o desenvolvimento da sua carreira:

" Recebi hua carta de V. Ex^a com datta de 1^o de julho, em resposta de cinco q. tive a honra de lhe escrever, e sobre todo o favor q. V.Ex^a me tem feito, e espero q. m fassa, nenhu hé mais estimável q. o de nott^{as} suas; creya V.EX^a q. p^a hu auzente da sua Pátria, lhe hé tão necessario este socorro, como hé p^a vida a mesma respiração [...] Tudo agradeço a V. Ex^a como instrum.^o da m.^a Pátria, sem me lembrar de mais utilidade, do amor, e zello com q. todos devemos (sic) trabalhar, pella sua conservação e aum^o. Os papeis publicos já supõem em mim o q. sertam^{te} não tenho, que hé capassidade de instrucção p^a ser Ministro; hum q. aqui sabia Holandez diz no Cap. de P[ortug]al Que Joaquim José vay p^a Lx., q. D. José de S^a vay p^a Inglaterra, e q. Mart^o de Melo, filho do Governador de Mazagão, fica em Holanda, porem eu como sei q. V. EX^a só me mandou p^a aqui, p^a me aplicar, zombo de todas estas not.^{as}, e creyo q. são dadas por peçoas (sic) q. sabem tanto de mim, q. p^a me mostrarem no Mundo vão buscar meu pai à Africa "192.

Melo e Castro deparou-se mais estreitamente com o jogo político dos países europeus durante a revolução diplomática. Novas alianças foram formadas, de forma a que grande parte das antigas ligações entre as potências foram invertidas.

Haia foi um princípio da carreira diplomática e uma aprendizagem para Melo e Castro, e, sendo que este é transferido, mais tarde, para a Corte de Londres, é possível perceber que estava apto para desempenhar as funções que lhe tinham sido atribuídas na Holanda e às exigências da carreira diplomática, Assim, em 1754, foi transferido para a Corte de Londres¹⁹³, onde desempenhou um novo cargo com maior responsabilidade¹⁹⁴.

2.2.2. Embaixador em Londres

Foi o rei D. José que nomeou Melo e Castro para Inglaterra, na esperança de melhorar as relações de Portugal com a Grã-Bretanha, relações que estavam delicadas

¹⁹² *Ibidem*, pp. 338.

¹⁹³ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 141.

¹⁹⁴ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 46.

devido às queixas dos comerciantes ingleses relativamente às proibições da “saca do oiro” do Brasil. Melo e Castro facilmente se integrou na Corte Britânica e ganhou a confiança e o respeito dos políticos ingleses e dos diplomatas estrangeiros¹⁹⁵.

Apenas um ano depois de assumir o novo cargo em Inglaterra, Lisboa sofreu um terramoto no dia 1 de novembro de 1755. Sentiram-se fortes vibrações durante sete minutos que causaram a destruição de muitos edifícios, deixando a cidade em ruínas. De seguida, começaram os incêndios, reduzindo a cinzas o que restava e formando colunas de fumo que tornavam difícil a respiração. Uma hora e meia depois deu-se um novo abalo, desta vez de menor intensidade, no entanto um marmoto atingiu a cidade, levando consigo as embarcações que se encontravam no Tejo e inundando toda a zona baixa de Lisboa. Enquanto as pessoas fugiam para as zonas altas de Lisboa, outros aproveitaram a situação para saquear os escombros¹⁹⁶.

Foi Carvalho e Melo quem tomou a rápida iniciativa de começar a reconstruir Lisboa e atender às necessidades da população. Pôs as tropas de artilharia prontas a desempenharem tarefas de socorro, fez chegar mantimentos aos 12 bairros mais afetados e tomou medidas contra os culpados dos crimes de roubo. Foram postas pessoas a desobstruir as ruas e a recolher os corpos, ficando decidido que lhes seriam atados pesos e atirados ao mar, evitando criar-se uma pandemia. Determinou-se a melhor altura para o regresso dos moradores e que os padeiros dos arredores deveriam abastecer Lisboa de mantimentos. O ministro deu especial atenção à questão da segurança pública, mantendo a confiança da população e dos estrangeiros que residiam em Portugal¹⁹⁷.

Não foi só em Portugal que se fez sentir o sismo, também várias cidades da Andaluzia sofreram consequências dos abalos, mas foi Lisboa que sofreu o maior impacto. Rapidamente a notícia chegou a toda a Europa, tanto por correios expresso, como pela via diplomática e comercial. Lisboa passou a ser vista como uma cidade em ruínas, levando a que muitos países se dedicassem a ajudar. Hamburgo enviou quatro navios, em dezembro, transportando madeira e ferro para ajudar na reconstrução.

¹⁹⁵ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 142.

¹⁹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 27.

¹⁹⁷ *Ibidem*, pp. 30.

Também a Prússia comunicou a expressar os seus sentimentos e enviou ajuda¹⁹⁸ e a notícia também chegou a Inglaterra.

Devido ao bom relacionamento que Martinho de Melo e Castro estabelecera com os membros da corte de Londres, o ministro ganhara também a confiança do rei Jorge II que, ao receber a notícia do terramoto em Lisboa se ofereceu para ajudar entregando ao embaixador um donativo para contribuir para a reconstrução da cidade. Melo e Castro não quis aceitar a oferta, dizendo que não tinha autorização de D. José I mas, rapidamente, o rei de Inglaterra tratou de arranjar essa autorização, tendo Melo e Castro de aceitar o seu contributo. Com ele, Martinho comprou um pequeno parque de artilharia, com o objetivo de defender o reino, e ofereceu-o ao rei de Portugal¹⁹⁹. Este contributo de muito serviu para a defesa do território português, através dele, Portugal conseguiu pólvora, armas, provisões, cavalos e meios de transporte, numa altura em que era difícil arranjar tais provimentos, devido à tensão entre Inglaterra e outros países da Europa²⁰⁰.

Inglaterra era considerada uma das maiores potencias da Europa graças ao seu comércio ultramarino, o que punha em perigo o poder que países como a França e Espanha tinham²⁰¹.

Como é sabido, a Guerra dos Sete Anos travou-se em diversas frentes. No continente europeu entre a Prússia, Áustria, a Rússia, e França como secundário. Na frente marítima e nas colónias, opunham-se a Grã-Bretanha e França, mais tarde entrando Espanha como secundária²⁰².

Portugal encontrava-se em grande parte dos locais em que os conflitos entre França e Inglaterra eram mais fortes, e mantinha a sua neutralidade, apesar de demonstrar uma tendência britânica²⁰³. Ainda a lidar com as graves consequências do terramoto, não estava preparado para entrar em conflito e manteve-se fora da guerra assegurando a sua aliança com Inglaterra. Nesta altura em Portugal, e como medidas de preparação, foi remodelado o governo das praças militares, foram mandados reparar castelos e foram

¹⁹⁸ *Ibidem*, pp. 34.

¹⁹⁹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 142.

²⁰⁰ *Ibidem*, pp. 142.

²⁰¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 54.

²⁰² Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 146.

²⁰³ *Ibidem*, pp. 146.

munidos de armas, de acordo com o alvará de 7 de fevereiro de 1752 onde estavam descritos como deveriam ser arranjadas as fortalezas, quartéis, hospitais e casas anexas²⁰⁴.

Em 1756 uma maior importância foi dada a nível militar, mantendo a disciplina das tropas, foram postas em ação novas recrutas para preencher os regimentos de infantaria em vários pontos das províncias. Como constituíam um perigo à navegação, foram colocados faróis nas Berlengas, no sítio de Nossa Senhora da Guia, na fortaleza de São Lourenço, na de São Julião da Barra, na costa adjacente à foz do Douro e na barra do Lima, em Viana.²⁰⁵

Devido às dificuldades da guerra, em 1759 a França enviou para Portugal o Conde de Merle como novo embaixador e com o objetivo de assinar um Tratado de comércio²⁰⁶. Merle queixava-se de que a neutralidade portuguesa trazia prejuízos para a França²⁰⁷, e em agosto de 1759²⁰⁸, chega à costa Sul de Portugal uma esquadra francesa vinda de Toulon comandada por La Clue, que seguia com a missão de invadir a Grã-Bretanha. Em Lagos, cruzam-se com a Armada Britânica comandada pelo almirante Boscawen, e deu-se uma batalha naval em que o almirante inglês destruiu completamente os navios franceses²⁰⁹, o que levou o embaixador Merle a fazer exigências ao rei D. José I que este não pôde aceitar²¹⁰.

A indiferença de Inglaterra pelo facto da batalha ter ocorrido em águas territoriais portuguesas, trouxe complicações para Portugal conseguir defender a sua alegada neutralidade, tendo assim ficado provado a preferência portuguesa quanto a Inglaterra. Para evitar um aumento das hostilidades, foi enviado para Portugal o embaixador Lord Kinnoul e o ministro inglês teve ordens para apresentar desculpas públicas. Caso a França declarasse guerra a Portugal, William Pitt de Inglaterra, fornecia meios necessários para a sua defesa, o que não chegou a acontecer²¹¹.

²⁰⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 55.

²⁰⁵ *Ibidem*, pp. 56.

²⁰⁶ *Ibidem*, pp. 57.

²⁰⁷ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 310.

²⁰⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 56.

²⁰⁹ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 310.

²¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 57.

²¹¹ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 311.

Depois de ter subido ao trono Carlos III de Espanha, que era adepto da aliança com a França e a Áustria, estavam criadas as condições para um novo pacto²¹². A 15 de agosto de 1761, foi assinado um Pacto de Família entre os reis de França e Espanha, e entre os membros da família dos Bourbons, contra Inglaterra²¹³, tendo como objetivo a defesa mútua entre as potências envolvidas. França acreditava numa reviravolta diplomática por parte de Portugal²¹⁴ e tentou assim convencer Portugal a participar nesse pacto, por via do ministro francês Jacques O'Dunne. Ao não querer comprometer a sua aliança com Inglaterra, D. José I recusou, o que levou à rotura das negociações por parte da França. Como consequência abandonaram a capital o ministro francês Jacques O'Dunne e o embaixador de Espanha D. José Torrero.

Já se sentia a tensão junto à fronteira e era o princípio da invasão do território português²¹⁵.

Portugal não se encontrava preparado para uma guerra, e a ajuda dos aliados ingleses era muito desejada. Em Inglaterra Melo e Castro, tratava das negociações complicadas com a corte, que não tinha intenções de ajudar Portugal contra as invasões dos Espanhóis. Torna-se amigo do ministro Pitt acabando por o convencer a levar ao Parlamento (mesmo doente) a proposta e defender o apoio a Portugal. Também com o apoio dos duques de Newcastle e de Devonshire, as duas Câmaras acabam por ceder e aprovar o socorro ao reino Português. Assim foram enviados um milhão de libras esterlinas, 8000 soldados, navios que transportavam géneros e outros provimentos essenciais à guerra²¹⁶.

No mês de abril, Portugal preparava-se urgentemente para a guerra que estaria próxima: adquiriu cavalos a preços acessíveis para completar a cavalaria, determinou-se que os Sargentos-Mores de batalha passassem a chamar-se Marechais-de-Campo, que os Mestres-de-Campo-Generais fossem Tenentes-Generais e que os governadores de armas passassem a ser ‘*Marechais dos meus Exércitos*’. Foram também aumentados os números de tropas às Companhias dos Regimentos de Infantaria e Artilharia do Alentejo,

²¹² *Ibidem*, pp. 311.

²¹³ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 57.

²¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 311.

²¹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 57.

²¹⁶ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 142.

passando estas a contar com 55 homens cada uma, e 42 nas Companhias de Dragões e de Cavalaria. Construíram-se quatro novos regimentos de cavalaria, dois com o nome de Dragões de Campo Maior e de Penamacor e os outros dois com a designação de Regimentos Ligeiros de Castelo Branco e da Vila de Viana do Minho²¹⁷.

Era necessário assegurar que as tropas teriam abrigo quando precisassem, por isso foram enviadas ordens para o bispo de Coimbra proibindo que os eclesiásticos recusassem os militares nas suas casas, celeiros, adegas e outras dependências²¹⁸.

Antes da chegada dos recursos conseguidos pelo ministro em Londres, Carvalho e Melo dava ordens no sentido de preparar o reino para as invasões de Espanha. Foram construídos o forte da Nossa Senhora das Mercês de Catalazete, para auxílio do forte de São Julião da Barra e de São Lourenço da Cabeça Seca ao Bugio, e na praia do Guincho as baterias da Galé, da Alta e da Crismina que serviam para melhor defender a zona entre Cascais e o cabo da Roca. Para proteger a costa sul de Portugal, enviou baterias para o Pinhão, quatro para a praia de Monte Gordo, e para o Barranco para defender o rio Guadiana²¹⁹.

D. José da Silva, embaixador em Madrid, foi mandado regressar ao reino, enquanto Espanha atrasava a sua declaração de guerra, com a esperança de que o rei D. José ponderasse a sua posição²²⁰.

O rei português manteve a sua posição, e foi a 1 de maio que se deu a primeira invasão na zona do Douro, ficando perdidas as cidades de Miranda e de Bragança para o Marquês de Sarria e para o Marquês de Zavali. Com a invasão a começar pelo Norte e o inimigo a conseguir conquistar as terras portuguesas, surgiu a preocupação em dificultar a chegada dos espanhóis a Lisboa, foram assim fortalecidas as zonas de Beja, Estremadura e Alto Alentejo²²¹.

Um mês depois, chegam finalmente a Portugal as provisões que Martinho de Melo e Castro conseguiu obter da corte de Londres, para auxílio contra a invasão espanhola. O ministro em Inglaterra consegue assegurar para Portugal dinheiro e material

²¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 58.

²¹⁸ *Ibidem*, pp. 58.

²¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 58.

²²⁰ *Ibidem*, pp. 58.

²²¹ *Ibidem*, pp. 59.

de guerra. Foram enviados 2000 soldados, 160 mulheres para servirem a 8 por companhia, 700 000 cruzados em dinheiro, 120 peças de bronze, 13000 pelotas, 13000 catanas, 7 peças de artilharia de 24, 40000 balas de 24, 6 morteiros de 8 polegadas de mortalha, 120 granadas, 830 cartuchos, 600 caixinhas ‘de espalhar’, 200 carros de bagagem, preparos de entrincheiramento, entre outras provisões que em Portugal faziam grande falta e foram essenciais para a defesa do reino.

Outro auxílio que Portugal teve, conseguido pelo ministro Melo e Castro em Londres, foi o envio de um dos maiores Generais do seu tempo para Portugal, *Federico Guillermo de Schaumburg-Lippe*, ou Conde de Lippe, como ficou conhecido no nosso país. Este foi nomeado Marechal-General do exército luso-inglês por D. José I, a pedido do rei Jorge I de Inglaterra e deteve assim o comando das tropas de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia²²².

Os recursos de Inglaterra chegaram em boa hora, pois a 20 de julho, a França declarava guerra ao nosso país, expressando o rei Luís V, na sua declaração que pretendem, tanto França como Espanha, pôr fim ao controlo que a Inglaterra tinha sobre toda a navegação e comércio. Refere também nesta declaração que se sente forçado a declarar guerra a Portugal por D. José I ter recusado o Pacto de Família. A invasão do reino continuou ao longo da fronteira entre Alcântara e Badajoz, enquanto as nossas tropas se recolhiam no Quartel-General de Monforte²²³.

As consequências deste conflito também se fazem sentir na América do Sul. Depois de Portugal ter recusado declarar guerra a Inglaterra, e de não se ter juntado ao Pacto de Família, as tropas francesas e espanholas começam, em 1762, a invasão das colónias portuguesas, conhecida como a ‘guerra fantástica’, devido às operações militares e diplomáticas, bem como a retirada dos embaixadores dos respetivos países. Apesar da invasão nas colónias, o rei Carlos III não pretendia destruir a monarquia portuguesa pois tinha como irmã a rainha D. Mariana Victória, mulher de D. José I. As forças portuguesas acabam por receber os reforços ingleses, a que se juntaram soldados suecos, que foram organizados e treinados sob o comando do Conde de Lippe²²⁴.

²²² *Ibidem*, pp. 60.

²²³ *Ibidem*, pp. 60-62.

²²⁴ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 146-147.

No final de novembro, já se começava a ponderar os benefícios da paz, tanto em Paris como em Londres²²⁵ e os preliminares da paz foram assinados a 3 de novembro de 1762, mas só um mês depois as notícias chegaram ao Conde de Lippe²²⁶. Apesar de Portugal estar do lado vencedor, o ministro Martinho de Melo e Castro não foi chamado para fazer parte da assinatura dos preliminares²²⁷. Foi a 10 de fevereiro de 1763 que se reuniram, em Versalhes, os representantes de cada país para assinar a paz²²⁸.

Para a escolha de um representante de Portugal em Paris, D. José I recorre a Melo e Castro, pelas suas qualidades em relação à delicadeza e complexidade das tarefas preparatórias do Tratado que iria por fim às hostilidades²²⁹. No Tratado estavam presentes, de um lado Portugal e a Grã-Bretanha, do outro, Espanha e França²³⁰.

O Duque de Choiseul, representante do rei de França, pretendia que Martinho de Melo e Castro tivesse um lugar secundário em relação aos representantes de França, Inglaterra e Espanha, considerando Portugal uma potência inferior. Melo e Castro discorda e refere que:

“mais facilmente deixaria decepar a mão com que pegava na pena do que consentiria em prostituí-la à indignidade e baixeza de firmar com a sua assinatura o reconhecimento de que a Nação Portuguesa devia ser contemplada como inferior a nenhuma Nação do Mundo”.

Pelo que, o ministro do rei de França, Luís XV cede, e é assinado o Tratado de Fevereiro de 1763, que selou o fim da Guerra dos Sete Anos²³¹.

Com o Tratado de Paz, ficou acordado que a Portugal iriam ser restituídas as praças de guerra que tinham sido conquistadas durante o conflito, bem como as munições e peças de artilharia de que Espanha se tinha apoderado. Restituição de várias colónias na América do Sul como a do Sacramento e do Rio Grande de Sul e com o tratado, no artigo XXI, estava definido que “a respeito das Colónias Portuguezas da América e da África, se nellas alguma mudança ou alteração tivesse sido feita, pôr-se-ia tudo outra vez no pé

²²⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 62.

²²⁶ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 311.

²²⁷ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 147.

²²⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 62.

²²⁹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 143.

²³⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 62.

²³¹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 144.

em que se achava dantes’’²³². Já em Londres, Melo e Castro faz passar o desagrado do rei D. José I, por não ter estado a par das negociações, e por não ter sido representado em termos de igualdade²³³.

Após o Tratado de Paz de 1763, Martinho de Melo e Castro veio a Portugal tendo sido recebido pelo rei D. José com grandes honras. Conhece então o Conde de Lippe, reorganizador do exército Português, visitando-o em Elvas, onde o Conde se encontrava a realizar trabalhos de fortificação.

O rei pretendia nomeá-lo como Secretário de Estado, no entanto, o Conde de Oeiras argumentou que a continuação dos seus serviços em Londres era significativamente mais necessária, e assim voltou Martinho de Melo e Castro a Londres, a 11 de janeiro de 1764²³⁴.

Numa carta escrita por Melo e Castro ao Marquês de Pombal, a 12 de novembro de 1765²³⁵, o ministro em Londres menciona uma audiência que tivera com o Duque de Cumberland,

‘‘Sobre a audiência que tive do Duque de Cumberland, que foi no dia doze de Setembro, lhe expus substancialmente o que V Exa veria no meu officio de dezassete de Setembro, [...]’’. Menciona na mesma carta, a opinião do Duque de Cumberland relativamente à Coroa Portuguesa e dos seus interesses à vista do governo Britânico. ‘‘[...] Este príncipe depois de me ouvir com toda a atenção e bondade, me disse que ninguém reconhecia mais do que ele o quanto a Coroa de Portugal e os seus interesses deviam fazer o primeiro e o principal objecto das máximas deste governo. Que se achava instruído de quanto aqui se passara no tempo da Guerra de Portugal, e que não vira senão com admiração a constância e firmeza com que Sua Majestade Fidelíssima, não assistido dos seus aliados e injusta e vigorosamente atacado pelos seus inimigos sustentara ainda assim com

²³² Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 62.

²³³ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 147.

²³⁴ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 144.

²³⁵ Martinho de Melo e Castro, ‘‘Carta de Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Pombal’’, *Cartas do vice-rei do Brasil, Marquês de Lavradio, dirigidas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado acerca de assuntos de governo e Marinha do Brasil*, Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, Maço Diplomacia, 635, nº 26, Londres, 12 de novembro de 1765, pp. 174-177, transcrição de Jorge Semedo de Matos.

glória do seu NOME a sua justificadíssima causa. Que assim o tinha dito a El-Rei da Grande Bretanha. E que não sendo nem lisonjeiro nem prevenido, assim o repetia em todas as ocasiões em que se tratava sobre o artigo de Portugal. [...]”.

Aponta a curiosidade do Duque no estado das tropas portuguesas, e na escolha do Conde de Lippe para as comandar, fazendo referência à falta que este fazia na organização das tropas em Inglaterra. Podemos assim deduzir as capacidades e a importância que o Conde de Lippe tinha em Inglaterra, e na confiança para o enviarem para comandar as tropas portuguesas.

“ [...] Passou depois a perguntar o estado das tropas portuguesas e o das praças. Louvou muito a escolha que Sua Majestade fizera do Conde de La Lippe para as comandar. Perguntou-me quando voltaria a Lisboa; reflectindo o quanto se fazia necessária a presença de hum general para a boa disciplina das tropas. Que entre as relações que mandam regularmente os comandantes dos corpos e os mesmos corpos vistos e examinados pelo cheffe havia huma diferença infenita. E que El Rei de Prússia, que neste século hera o mestre sobre o artigo do militar, não passava anno que não corresse todas as províncias do seu Reyno para passar em -revista as suas tropas, e remediar os deffeitos que subalternos não vião ou de que fazião pouco caso. [...]”.

Outro tema sobre o qual discutem, é o estado da Marinha, mencionando o Duque que a Grã-Bretanha detinha o monopólio marítimo, contudo, poderia perder esse poder para a França e Espanha, que trabalhavam para se desenvolverem, no entanto, contavam com os aliados portugueses para equiparar as forças. Isto demonstra o quanto a Inglaterra também estava dependente de Portugal, para fazer face aos seus adversários.

“ [...] Também me perguntou pelo estado da Marinha, como artigo que parecia o mais importante para Portugal, e não menos para a Grande Bretanha, principalmente nas presentes circunstâncias; fazendo-me sobre este ponto a reflexão seguinte: que era certo que a Grande Bretanha se achava siufficientemente poderosa por Mar, e que no ano próximo se poria em muito melhor estado, mas a França e a Hespanha trabalhavam nos seus portos com tanto calor que juntas ganhariam por fim huma superioridade às forças

britânicas, ao menos em número; a qual só se poderia igualar com o aumento que a corte de Portugal fizesse na sua Marinha. [...]”.

Outro ponto importante, é o facto de mencionar o estado militar e a disciplina da Marinha, que compara à dos espanhóis e franceses que não tinham estes aspetos bem implementados. Importa realçar, que estes fatores foram decisivos para o sucesso das suas guerras, mais do que a superioridade de forças.

“[...] Perguntou-me mais pelo estado militar e Disciplina da mesma Marinha, reflectindo que a ela, mais que à superioridade das forças, deveu esta Nação todos os sucessos da presente guerra. Que os hespanhoes a tinham esquecido e que os franceses eram incapazes de aprender, sendo neste caso humana de guerra com equipagem bem exercitada o equivalente a duas onde faltava disciplina. [...]”.

Por fim, Melo e Castro menciona ao Duque de Cumberland a importância de defender as colónias no Brasil, e que isto deveria ser uma prioridade, pois se desviassem as suas atenções para outras frentes, o Brasil ficaria desprotegido e tornar-se-ia um território fácil de tomar pelos espanhóis e pelos franceses.

“ [...] Enfim ao despedir-me lhe disse que pedia a Sua Alteza fizesse a reflexão de que deixando-se as colonias portuguesas com os hespanhoes às portas das minas e com os franceses reforçando-se cada dia mais em Cayenne, hera querer perdelas irremediavelmente. E que todo o plano que não começasse por salvar o Brasil seria o mesmo que hir hostilizar o inimigo a huma distancia, deixando-o às portas da nossa casa para entrar como e quando lhe parecesse.”

Martinho de Melo e Castro faz questão de enviar a carta ao Marquês de Pombal, mencionando a conversa que tivera com o Duque de Cumberland, com o fim de lhe mostrar a sua preocupação com o estado da Marinha e do Exército português. Este aspeto, era até comentado na corte de Londres e considerado como o “o mais importante para Portugal”, devido a Inglaterra, apesar de se considerar “sufficientemente poderosa por Mar”, necessitar do apoio naval dos portugueses, devido à intensa construção naval dos seus inimigos, França e Espanha. Assim, Melo e Castro pretendia demonstrar ao Conde de Oeiras a importância e a mais valia do investimento numa Marinha forte, até para

defesa das colónias portuguesas na América do Sul, nomeadamente o Brasil que era tão cobiçado pelos espanhóis.

Nos anos seguintes da sua permanência em Londres, Melo e Castro interveio nos conflitos entre Portugal e Inglaterra, a grande maioria em torno do comércio do vinho do Porto devido à sua grande procura. O ministro em Londres procurou resolver os conflitos mantendo a união e aliança entre os dois países²³⁶.

Contudo, Melo e Castro não concordava com a ideia de pôr Inglaterra sempre em primeiro lugar nas decisões, o que o demonstra numa carta ao Marquês de Pombal a 7 de abril de 1766:

"nem mais pronto, nem mais solido recurso, que o das suas próprias forças; empregando nellas todos os meyo e faculdades; e fazendo contribuir todos os seus vassallos, de qualquer estado e condição, que elles seijão para a sua própria preservação. E só quando a Grande Bretanha vir a Coroa Portuguesa poderosa e rezoluta, então he que a há de tratar como aliada e não como dependente"²³⁷.

Achava sim mais importante focar as atenções numa possível invasão do Brasil que já era evidente, devido à pressão que se fazia sentir por Espanha a sul do Brasil, o que quebrava as normas do Tratado de Paris²³⁸.

Carvalho e Melo acreditava que Portugal e Inglaterra apesar dos seus desacordos se uniam contra tudo e todos o que demonstra numa carta a Melo e Castro: " A Inglaterra e Portugal são como marido e mulher, que tem suas discussões domésticas, mas que se unirão para se defenderem contra qualquer um que venha perturbar a paz familiar"²³⁹. No entanto o embaixador em Londres sabia que Inglaterra estava apenas interessada nas vantagens do comércio com o Brasil²⁴⁰.

²³⁶ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 49.

²³⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, *Inventário dos Manuscritos: Secção XIII: Collecção Pombalina*, Lisboa, 1891, *apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 50.

²³⁸ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 50.

²³⁹ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, pp. 58.

²⁴⁰ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 51.

Do ponto de vista do ministro Melo e Castro, que pretendia fazer ver ao Conde de Oeiras a importância de uma Marinha bem desenvolvida para defesa das colónias, assim o Marquês de Pombal, com receio de sofrer um ataque à colónia, encarrega Melo e Castro de assegurar a ajuda da Grã-Bretanha contra os invasores do Brasil.

Durante os seis anos que permaneceu em Londres como ministro plenipotenciário, Melo e Castro prestou serviços de grande relevância para Portugal, trabalhando sempre no sentido de assegurar os melhores interesses do reino²⁴¹.

²⁴¹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 144.

3. Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos

Em 1737, a Marinha teve um aumento dos seus navios, que se deveu ao receio de entrar em guerra com Espanha. Os governantes portugueses tomaram medidas e foram lançadas à água 18 naus, foram compradas outras 4 e foram também lançados vários navios mais pequenos, mostrando o progresso que se fazia sentir com o objetivo de evoluir a Marinha ainda no reinado de D. João V²⁴².

A 28 de julho de 1736, foram criadas por Alvará de D. João V, as Secretarias de Estado. Este diploma veio estabelecer que todas as secretarias até então passariam a denominar-se Secretarias de Estado, e referia que os ministros desempenhariam a função de Secretário de Estado. Foi então criada a Secretaria dos Negócios Internos do reino, da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra²⁴³.

À Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar competem todos os negócios relativos ao Ultramar e todos os órgãos sob a alçada da Marinha. É também da sua responsabilidade, a administração da Justiça, da Fazenda Real, do comércio, do governo dos Domínios Ultramarinos e Negócios das Missões, fazer a nomeação dos Vice-Reis, Governadores, Capitães-Generais e de todos os cargos civis e militares do ultramar²⁴⁴. É um órgão bastante presente na direção dos negócios coloniais²⁴⁵.

A 20 de março de 1760, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, como descrito anteriormente.

A sua falta foi bastante sentida depois de ter saído do Brasil onde foi Governador do Estado de Grão-Pará e Maranhão e os seus feitos enaltecidos em cartas enviadas ao Marquês de Pombal. O Bispo do Pará, em carta de 28 de fevereiro de 1759, comenta a falta que todo o Estado iria sentir de Mendonça Furtado. Noutra carta ao Marquês, escreve o juiz de fora Feliciano Ramos Nobre Mourão, que Francisco Xavier deixa o seu nome

²⁴² *Ibidem*, pp. 23.

²⁴³ Teixeira de Sampayo, “O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, in *Arquivo de História e Bibliografia*, Vol. 2, Coimbra, 1925, pp. 172.

²⁴⁴ Érika de Almeida Dias, “Martinho de Melo e Castro e a extinção da companhia pombalina em Pernambuco”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, pp. 2.

²⁴⁵ Mário Francisco Simões Júnior, *A secretaria de estado do ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real, Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)*, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2017, pp. 1.

na memória de todos, pelas suas virtudes e ações heroicas, e fez referência dos seus feitos de incentivar a liberdade dos índios, proteger os moradores, do desenvolvimento do comércio e no aumento das rendas derivado da criação de gado e da produção de diversos géneros²⁴⁶.

Com o falecimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, surgiu a necessidade de nomear alguém com capacidades e da confiança do rei para desempenhar esta função. Em 1769 já se falava em Lisboa num possível retorno ao reino do embaixador em Londres para um cargo de Secretário de Estado, ou até mesmo para substituir o Marquês de Pombal. O Marquês de Clemont, ministro francês em Portugal, já em 13 de junho escrevia ao duque de Choiseul em Paris sobre uma possível mudança de ministério, referindo o nome de Martinho de Melo e Castro como sucessor do Conde de Oeiras²⁴⁷.

Segundo o diplomata inglês Walpole, foi chamado Martinho de Melo ao reino pelo rei D. José I, a fim de o nomear Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, sem sequer ter consultado o Conde Oeiras²⁴⁸. No entanto, outra fonte bibliográfica comprova que Melo e Castro foi chamado para regressar ao reino por D. José, tendo sido o Marquês de Pombal a informar o ministro por meio de uma carta, das intenções do rei de se apresentar no reino de Portugal com a maior brevidade possível²⁴⁹.

“Sua mage tem nomeado a V. Exa para Secretário de Estado da Marinha, e Domínios Ultramarinos [...]. E querendo o mesmo Senhor, que V. Exa principie a exercitar o dito importante Emprego com toda a mayor brevidade, que couber no possível. Ordena, que V. Exa logo que receber este Avizo, parta para Palmouth e que se embarque no primeiro Paquet bot, que sahyr daquelle Porto para passar a esta corte”.²⁵⁰

Assim, a 3 de janeiro chega Martinho de Melo e Castro a Lisboa, sendo nessa mesma noite levado ao rei por Carvalho e Melo, onde assinou o despacho que o nomeava Secretário de Estado²⁵¹. Desde o dia 4 de janeiro de 1770 até a sua morte, em 1795,

²⁴⁶ Fabiano Vilaça Santos, *op. cit.* pp. 46-47.

²⁴⁷ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 145.

²⁴⁸ *Ibidem*, pp. 144-145.

²⁴⁹ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 52.

²⁵⁰ A.N.T.T., *Ministério dos Negócios Estrangeiros: Do Conde de Oeiras a Melo e Castro*, Lº 121, 20 de novembro de 1769 *apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 52.

²⁵¹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 145.

desempenhou o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, o que representou um dos mandatos de maior duração no governo português do século XVIII²⁵².

A escolha de Melo e Castro para despenhar o cargo anteriormente representado por Francisco Xavier de Mendonça, mostra a confiança que Carvalho e Melo tinha no seu novo parceiro. Contudo, julga-se que a decisão de chamar o embaixador em Londres tenha sido uma iniciativa do monarca, que o tinha como pessoa de grande competência, devido aos sucessos que teve como embaixador. E é provável que o tenha feito, com o intuito de que ele viesse a desempenhar o cargo do Marquês de Pombal, quando este deixasse vago o seu lugar²⁵³.

Por esta razão e para agradar a D. José, Carvalho e Melo fez questão de assegurar a confiança do seu novo ministro, dando-lhe toda a atenção quando chegou a Lisboa, e mostrando-lhe tudo o que havia de novo na cidade. Contudo, é evidente que o Conde de Oeiras teria preferido alguém menos perspicaz nos assuntos do Estado e com menos capacidade de lhe fazer frente²⁵⁴.

Durante todos os anos que passou no estrangeiro como embaixador, Melo e Castro pôde observar e comparar a situação administrativa de outros países com o que se vivia agora em Portugal. Serviu isto para, com o seu novo cargo de Secretário de Estado, apontar os defeitos da administração Pombalina²⁵⁵.

Depravava-se com a situação precária em que se encontrava o Exército - desorganizado, sem disciplina e com o pagamento de vencimentos em atraso - e a Marinha, sem quadros eficientes, poucos navios e em muito mau estado. Apontava também como erro da administração a acumulação de dívidas do Estado e sem prazo para serem saldadas, a crise que se fazia sentir nos vários monopólios e no atraso dos despachos das Secretarias de Estado. Criticava assim a administração de Pombal, que deixou a situação do país chegar a tal estado, pois Carvalho e Melo queria ter mão em todos os assuntos²⁵⁶.

²⁵² Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 52.

²⁵³ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 14.

²⁵⁴ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 146.

²⁵⁵ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 14.

²⁵⁶ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 146.

Em 1772, a Marinha era composta por doze navios que se encontravam todos parados no porto de Lisboa, merecendo do Marquês de Clemon, ministro da França em Portugal, o comentário de " para lastimar que uma nação que se cobrira de glória, abrindo aos outros povos da Europa, caminhos até aí desconhecidos, se achasse em tamanha decadência’’²⁵⁷.

Melo e Castro procurou também desenvolver a indústria da pesca, no Algarve com a Companhia Geral das Pescarias Reais do mesmo Reino. Com diploma de 1774 cobrou a prática de aluguer das câmaras dos navios a particulares, e em 1775 publicou um diploma a proibir o uso de terrenos públicos junto ao rio Tejo para disfrute próprio. Fechou o Almojarifado em Val-de-Zebro que armazenava o biscoito de embarque e municiação de pão, e em 1776 transferiu esta administração para a Junta dos Provimientos das Munições da Tropa do Reino²⁵⁸.

Pombal, de forma a desagrar as críticas que Melo e Castro fazia questão de publicar sobre a sua administração, quando apenas teria assumido o cargo de Secretário de Estado há poucos dias, pretendia livrar-se dele e encaminhá-lo para o desterro, como já teria feito com outros seus colegas. No entanto, o Secretário de Estado permanecia sob a alçada do rei, e não permitia ao Conde de Oeiras tratá-lo da mesma forma²⁵⁹.

Apesar das críticas que fazia ao governo de Pombal, Melo e Castro nem sempre estava em desacordo, ainda quando representava Portugal em Londres, o ministro por vezes concordava com a forma de pensar do Conde, mesmo que às vezes fosse para o agradar²⁶⁰.

Devido às disputas entre os dois, Melo e Castro nos seus primeiros anos como Secretário de Estado não conseguiu fazer as reformas na Marinha que pretendia, com Carvalho e Melo a controlar todos os seus movimentos. Apenas depois do falecimento de D. José e do afastamento do Marquês, conseguiu dedicar à Secretaria de Estado a atenção que ela merecia e fazer as reformas que tinha em mente, há muito tempo. ²⁶¹, e ao serviço público, que eram as suas características mais reconhecidas e que o definiam como

²⁵⁷ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 15.

²⁵⁸ *Ibidem*, pp. 15.

²⁵⁹ *Ibidem*, pp. 14.

²⁶⁰ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 54.

²⁶¹ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 14.

estadista²⁶². Sendo de realçar que, ao contrário de outros ministros da época, nunca se aproveitou do seu estatuto para benefício próprio²⁶³. É elogiada a forma como geria o seu tempo e como fazia questão de estar presente nos serviços que superintendia, visitando-os com frequência. Fazia-se temer e respeitar, dedicava pouco tempo ao sono e punha o trabalho à frente dos prazeres. Raramente convidava o corpo diplomático para banquetes.

É a Martinho de Melo e Castro que se devem algumas medidas que recuperaram a situação precária em que se encontrava a Marinha, mesmo durante o reinado de D. José I e antes da saída do Conde de Oeiras do governo²⁶⁴. Foi sob a sua gerência, que a Marinha teve o seu desenvolvimento e lhe deu grande valor aos olhos do mundo²⁶⁵.

O ministro achou importante melhorar a situação da Marinha, devido à necessidade de proteção do comércio, principalmente para o Brasil, para proteção da costa portuguesa e proteção da Índia. Considerava que um país com colónias, mas sem Marinha, era uma tarefa difícil de gerir. Para isso, tomou medidas no sentido de a melhorar, através da regulamentação dos postos da Armada, da fixação dos vencimentos da Armada, da reorganização do Dique da Ribeira das Naus, da estruturação da Cordoaria Nacional, da reorganização do Arsenal de Goa²⁶⁶.

Durante a sua gerência, o ministro em 7 anos mandou construir 18 navios, dos quais 4 eram naus. Quando saiu do governo em 1795, a Marinha contava com 12 naus, 13 fragatas, 2 corvetas, 12 bergantins e 6 charruas, além de 26 navios menores²⁶⁷.

3.1. Fábrica Nacional da Cordoaria

Há muito que eram fabricadas as velas, tão necessárias à navegação, no norte do país, entre o Douro e o Minho, tendo sido tomadas as providencias já por D. Fernando, para assegurar que as velas fossem marcadas, para que se soubesse sempre a sua origem. Também a produção de cordoalha não era estranha à indústria portuguesa, no entanto nem

²⁶² José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 146.

²⁶³ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 14.

²⁶⁴ *Ibidem*, pp. 15.

²⁶⁵ António Marques Esparteiro, *Causas da decadência e do Ressurgimento da Marinha, Subsídios para a História da Marinha de Guerra II*, Lisboa, Tip. Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1940, pp. 24.

²⁶⁶ *Ibidem*, pp. 24-25.

²⁶⁷ *Ibidem*, pp. 25.

todos os tipos de cabos eram produzidos no reino, tendo por isso, de ser comprados ao estrangeiro com custos bastante elevados²⁶⁸.

Antes de 1755, existia no Arsenal da Ribeira das Naus uma oficina de cordoaria dirigida pelo mestre cardoeiro Manuel Pereira Soares. Contudo, devido ao incêndio que ocorreu após o terramoto em 1755, ficou destruído todo o cartório do Arsenal, perdendo-se a documentação acerca da oficina dos cardoeiros e os seus métodos de trabalho²⁶⁹.

Anos mais tarde, em 1770, chegou à presença do Marquês de Pombal, o cordoeiro António Baptista de Sá, proveniente do Porto, que se tinha especializado no fabrico de cabos grossos de amarração em Inglaterra e desenvolvera a técnica de alcatroamento do fio de enxárcia que em Portugal era desconhecida. Propôs assim a Carvalho e Melo a ideia de construir uma cordoaria em Portugal, na qual ele iria produzir cordoalha e fornecê-la ao Arsenal de Marinha²⁷⁰.

Tal ideia suscitou interesse por parte do Marquês, mas, antes de aceitar, queria provas da competência de António Baptista de Sá, submetendo-o a um exame na cordoaria do Arsenal de Marinha. Foi na presença do Patrão-Mor do Arsenal, Capitão-Tenente João dos Santos, do Secretário da Marinha Martinho de Melo e Castro e do próprio Marquês de Pombal, que António Baptista provou a qualidade das grossas cabresteiros por ele fabricadas. Foi a 6 de junho de 1771 nomeado mestre cordoeiro do Arsenal de Marinha, pelo Conde de Oeiras²⁷¹.

António Batista de Sá rapidamente revolucionou os métodos de trabalho com novas técnicas de fabrico de enxárcia. As naus começaram a ser aparelhadas com os cabos de fabrico nacional, que rivalizavam com os de origem estrangeira²⁷². Contudo, cedo percebeu que não dispunha de espaço necessário ao fabrico das compridas espias de amarração dos navios. A Praia da Junqueira foi o local designado para as novas

²⁶⁸ Henrique Alexandre da Fonseca, *A Fábrica Nacional de Cordoaria: Breve resumo da sua história*, Academia de Marinha, Lisboa, Academia de Marinha, 1993, pp. 4.

²⁶⁹ José Mártires dos Santos, “A cordoaria nacional e a sua história”, in *Separata do Seminário Blocos de Belém*, Lisboa, 1962, pp. 5.

²⁷⁰ Henrique Alexandre da Fonseca, *op. cit.* pp. 5.

²⁷¹ *Ibidem*, pp. 5.

²⁷² José Mártires dos Santos, *op. cit.* pp. 8.

instalações, sendo António Baptista de Sá nomeado por Decreto de 29 de julho de 1775, mestre e administrador da nova cordoaria da Junqueira²⁷³.

Com a autorização do Marquês de Pombal, foi criado um plano para a construção de um edifício na Junqueira, com o fim de se tornar numa fábrica da cordoaria²⁷⁴. Foi fundada por D. José I a fábrica da cordoaria na Praia da Junqueira, que supostamente teria o início da sua construção para breve e até lá funcionava a céu aberto²⁷⁵.

Em 1777, com o falecimento de D. José I e com a subida de D. Maria ao trono, o Marquês de Pombal foi demitido, pelo que a construção da fábrica não chegou a começar. O Marquês de Angeja passou a desempenhar as funções do Marquês de Pombal. Ainda assim, a sua construção não foi iniciada até à morte deste, e a pasta da Marinha ter passado por completo para Martinho de Melo e Castro em 1788. Nesse ano, iniciou-se a construção e a mesma ficou concluída²⁷⁶.

D. Maria, na sua visita à cordoaria, manifestou o seu agrado perante a obra realizada, ressaltando que iria trazer grandes vantagens para o estado, uma vez que o fabrico de cordoame passava a ser feito com mais regularidade e perfeição²⁷⁷.

O valor da Fábrica da Cordoaria vinha a ser reconhecido, tendo um período de grande prosperidade rendendo um lucro significativo, justificando-se o lugar de um inspetor com o objetivo de promover e ampliar a mesma. Foi nomeado o primeiro inspetor Pedro de Mariz de Sousa Sarmento, que exerceu este cargo até 1818²⁷⁸.

Em 1801, de forma a promover a exportação de enxárcia, esta fica isenta de direitos de saída do reino e de entrada no Brasil e, em 1803, foi proibida a sua importação. Infelizmente, após as invasões francesas e a partida da família Real para o Brasil em 1807, houve um período de decadência na cordoaria²⁷⁹.

Em 1818, após a morte de Pedro Mariz de Sousa Sarmento, foi nomeado inspetor da Cordoaria o Coronel da Brigada Real de Marinha Marino Miguel Franzini, que exerceu

²⁷³ Henrique Alexandre da Fonseca, *op. cit.* pp. 5.

²⁷⁴ *Ibidem*, pp. 6-7.

²⁷⁵ José Mártires dos Santos, *op. cit.* pp. 11.

²⁷⁶ Henrique Alexandre da Fonseca, *op. cit.* pp. 6-7.

²⁷⁷ José Mártires dos Santos, *op. cit.* pp. 14.

²⁷⁸ Henrique Alexandre da Fonseca, *op. cit.* pp. 7-8.

²⁷⁹ *Ibidem*, pp. 9.

o cargo durante 35 anos. Enquanto exercia o seu cargo, a Fábrica da Cordoaria sofreu novamente um incêndio a 18 de fevereiro de 1826, trazendo alguns estragos nas instalações²⁸⁰.

Apesar de todos os esforços de Franzini, a falta de meios financeiros que se faziam sentir acentuavam a decadência da cordoaria. No entanto, todos os esforços compensaram e em 1877, a cordoaria adquiria máquinas a vapor e mesmo após os incêndios ocorridos a 13 de julho de 1881 e a 10 de fevereiro de 1949, a Fábrica Nacional da Cordoaria prosperou e permitiu pôr fim a uma dependência nacional²⁸¹.

3.2. Fábrica de Pólvora de Barcarena

As origens da Fábrica da Pólvora de Barcarena remontam ao século XVI, a uma época de grande crescimento comercial e industrial, que fez impor a criação de oficinas e fábricas de pólvora. Em Barcarena, para além da existência de um moinho de pólvora, eram também fabricadas armas brancas e de fogo. Esta fábrica foi aumentando a sua produção ao longo dos tempos, com a aquisição de novos engenhos e esforços do reino, mas, ainda assim, a quantidade produzida não correspondia as necessidades de Portugal, sendo necessária a importação da mesma²⁸².

A 1729, é reinaugurada a Real Fábrica da Pólvora de Barcarena, no que viria a corresponder a um dos mais altos períodos da sua prosperidade, durante a administração de António Cremer, que introduziu melhorias técnicas no processo de fabrico de pólvora. Após a sua morte, sucede-lhe a sua esposa, D. Catarina Cremer de Wanzeller, na administração da fábrica. Esta revelar-se-á também merecedora de tal²⁸³. No entanto, a 29 de janeiro de 1753, foi emitido um decreto-lei que decidia que a concessão fosse atribuída por arrematação e não mais por sucessão. A 30 de junho do mesmo ano, a fábrica fica sob alçada do Ministério da Marinha e a sua administração ficaria a cargo dos Condes de Rezende ou Condes Almirantes. Esta decisão provocou uma desordem administrativa e também a diminuição significativa da produção da fábrica²⁸⁴.

²⁸⁰ *Ibidem*, pp. 10.

²⁸¹ *Ibidem*, pp. 14-16.

²⁸² António de Carvalho Quintela, et al, *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 1995, pp. 83-85.

²⁸³ *Ibidem*, pp. 89-90.

²⁸⁴ *Ibidem*, pp. 90.

É nesta situação que o fabrico da pólvora em Barcarena se encontra quando Martinho de Melo e Castro toma posse como Secretário da Marinha. Interessado no desenvolvimento da fábrica, e supondo-se que Portugal e Espanha viessem a entrar em guerra por causa das fronteiras do Brasil, aproveita as circunstâncias e toma a decisão de recuperar e desenvolver a Fábrica de Pólvora de Barcarena. Assim, ao aperceber-se do estado da fábrica, contrata Bartholomeu da Costa para dirigir o projeto²⁸⁵.

Bartholomeu da Costa, filho de Manoel da Costa, nasceu em Belém em 1731. Em 1744, com apenas 12 anos, ingressou na Marinha como artilheiro na 5ª Esquadra. Em 1758, foi promovido a Condestável-Mor de Artilharia da Guarnição da Corte e Marinha, tendo sido enviado para servir no Arsenal do Exército, onde através das suas construções e ideias ficou conhecido²⁸⁶.

Melo e Castro ordenou que se fizesse uma planta da fábrica. O seu plano de reedificação incluía a construção de dois novos moinhos, o aumento do edifício em si, com a introdução de novas oficinas e o aperfeiçoamento do sistema hidráulico, bem como a adoção de importantes medidas de segurança²⁸⁷.

Com Bartholomeu na direção, a fábrica recebeu uma modernização na laboração, tendo inventado granuladores para a pólvora, um paneiro de forma cilíndrica para separar as várias qualidades daquela substância. Construiu também uma máquina que fazia a mistura dos componentes da pólvora e descobriu uma preparação que aumentava o poder da pólvora e ao mesmo tempo mantinha as armas secas. Foi ele, também, que implementou medidas de segurança no trabalho, o que para a época era algo pouco comum²⁸⁸. A fábrica aumentou assim a produção anual, de 10546 arrobas (uma antiga unidade de massa usada em Portugal e no Brasil, que fazia parte do antigo sistema imperial de medidas), em 1775, para 22032 arrobas em 1776²⁸⁹. Os melhoramentos foram

²⁸⁵ António Estácio dos Reis, *O Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1988, pp. 20-21.

²⁸⁶ Direção de Infra-Estruturas da Superintendência dos serviços do material, *Dique da Ribeira das Naus*, 2º centenário, Lisboa, s.n., 1993, pp. 5-6.

²⁸⁷ *Ibidem*, pp. 90-91.

²⁸⁸ António Estácio dos Reis, *op. cit.* pp. 21.

²⁸⁹ António de Carvalho Quintela, *et al, op. cit.* pp. 90.

feitos de tal forma que a produção de pólvora ultrapassara todas as necessidades do país²⁹⁰.

Assim, Melo e Castro influencia o alvará de 28 de janeiro de 1778, que abolia os privilégios de exclusividade de venda no reino por particulares e libertava os direitos a exportação da pólvora portuguesa para países estrangeiros. Obteve assim o controlo do fabrico e venda da pólvora, e nesse ano, no Arsenal do Exército é criado um cofre denominado Cofre Grande da Pólvora para o seu armazenamento²⁹¹.

Com o excesso de produção, surgiu a necessidade de expandir as vendas deste produto, e assim a pólvora era exportada para as colónias ultramarinas, ganhando uma grande expansão, com a sua venda tanto nos Açores, Madeira e Cabo Verde, como também em todos os portos dominados pelos portugueses em África, Ásia, na América e no Brasil. Este processo teve o seu máximo de prosperidade até à Revolução Francesa, quando a procura da pólvora levou ao aumento de preços e à escassez de salitre, essencial para o seu fabrico²⁹². Bartholomeu da Costa mandou construir um cofre, que ficou sob a sua responsabilidade, no qual se arrecadou uma receita de 877 497\$150 reis, com a venda da pólvora, entre 1 de janeiro de 1791 e 31 de dezembro de 1799. Foi com esta verba que foi possível fazer melhorias no Arsenal de Marinha, e financiar a construção do Dique da Ribeira das Naus²⁹³.

3.3. Dique da Ribeira das Naus

Como Secretário de Estado, deu especial atenção às obras que se encontravam já há muito tempo em atraso, nomeadamente a Ribeira das Naus ou Arsenal de Marinha²⁹⁴. O porto de Lisboa era uma zona fundamental que recebia vários navios e pessoas de toda a parte do mundo e que se reuniam naquela zona para realizar trocas comerciais²⁹⁵.

²⁹⁰ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

²⁹¹ António de Carvalho Quintela, *et al, op. cit.* pp. 105.

²⁹² *Ibidem*, pp. 105.

²⁹³ António Estácio dos Reis, *op. cit.* pp. 22.

²⁹⁴ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 15.

²⁹⁵ Inês Calais dos Santos Faria, *Ribeira das Naus, Espaço Público na Sociedade Contemporânea, Dissertação* de Mestrado, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, 2016, pp. 43.

Para se fazerem as reparações ou apenas para serem observadas as obras vivas dos navios, estes teriam de ser encalhados durante uma preia-mar. No caso de os fabricos serem mais demorados, era escolhida a altura de uma maré de águas-vivas, que ocorria de 15 em 15 dias. Devido à dificuldade deste processo e da dependência perante as condições meteorológicas, surgiu a necessidade de construir um local que possibilitasse a reparação dos navios, estando estes completamente secos por mais de uma maré²⁹⁶. Muitos projetos de construção de docas secas foram desenvolvidos pela Europa, tendo sido a primeira em Inglaterra em 1495, construída em Portsmouth por Henrique VII. Também em França começaram a sua construção em 1682, e mais tarde em Espanha em 1758.²⁹⁷

Vários foram os problemas com que se depararam todas elas, e um deles foi o esgotamento das docas, relativamente às bombas e à energia necessária para as manter a funcionar. Inicialmente, foram atribuídos presos a fazer esse trabalho. Em Rochefort, usavam um parafuso de Arquimedes, substituído por uma bomba de baldes em 1725, e na Suécia, por exemplo, recorriam a moinhos de vento. Contudo, todos estes processos eram complicados e bastante dispendiosos²⁹⁸.

Em Portugal, a primeira tentativa de construção de uma doca seca para reparo e construção dos nossos navios foi em 1693, onde foi escavada uma caldeira na Ribeira das Naus. No entanto, este projeto não foi o mais adequado e não se previa que durasse muito tempo²⁹⁹.

Foi em 1788 que o Arsenal de Marinha recebeu uma intervenção e foi construída uma doca seca, a mando de Martinho de Melo e Castro, por se ter apercebido das suas vantagens quando esteve como diplomata em Londres. Já tinha essa ideia em 1770, quando assumiu o novo cargo³⁰⁰. Em 1774, o edifício passava a designar-se de Arsenal

²⁹⁶ António Estácio dos Reis, *op. cit.* pp. 13.

²⁹⁷ *Ibidem*, pp. 14-15.

²⁹⁸ *Ibidem*, pp. 15.

²⁹⁹ *Ibidem*, pp. 17.

³⁰⁰ *Ibidem*, pp. 19.

de Marinha, associada a duas carreiras de construção de embarcações, armazéns e oficiais³⁰¹.

Com a ideia de manter a sua função essencial, o plano para a sua construção já tinha sido feito em 1750, por Carlos Mardel, tendo sido considerado um plano de referência para a Europa na altura. Este tinha como objetivo a construção de um passeio público ao longo da linha de costa que se estendia desde o Terreiro do Paço até Belém, o que acabaria por mudar a imagem da cidade, estando aí incluído o Dique. Contudo, esta construção não teria sido possível de acabar, devido ao terramoto de 1755, cujas consequências tiveram especial impacto na zona baixa de Lisboa. Sobretudo porque o maremoto e o incêndio que lhe sucederam deixaram tudo em ruínas. Com a gerência do Marquês de Pombal, foram elaborados planos para a reconstrução da cidade. Estes planos contemplavam a ligação da Baixa com o Rossio e com Terreiro do Paço³⁰².

Para a construção do Dique, Melo e Castro escolheu novamente Bartholomeu da Costa que já estivera na reconstrução e renovação da Fábrica da Pólvora de Barcarena. Na sua opinião, o local mais apropriado para a construção do Dique (ou da doca) era a região entre o Pontão de Cacilhas e a Cova da Piedade, onde o fundo era mais sólido e a obra ficaria mais barata. Nessa zona havia também menos probabilidade de acumulação de lodo, e permitiria que os navios nas proximidades se pudessem abrigar das tempestades. Várias pessoas partilhavam desta mesma opinião, mas consideravam que ia requerer bastante manutenção³⁰³. No entanto, o plano de construção não foi alterado e a construção do Dique manteve-se na zona ribeirinha. Ainda assim, apesar do dinheiro gasto para a sua construção ter sido menos de metade do que estava previsto, as despesas na sua manutenção e o período em que esteve inutilizável, mostraram que Bartholomeu da Costa estava certo³⁰⁴.

Os trabalhos começaram em junho de 1788, e só terminaram a 31 de outubro de 1792, com vários percalços pelo meio. A construção do Dique, as obras do Arsenal Real de Marinha, o cais e o canal de acesso, levaram a um gasto de vários milhares de reis.

³⁰¹DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E UNIDADE DE APOIO ÀS INSTALAÇÕES CENTRAIS DE MARINHA, “Ribeira das Naus: Projeto de Requalificação”, in *Revista da Armada*, nº 484, abril 2014, Lisboa, 2014, pp. 13.

³⁰² Inês Calais dos Santos Faria, *op. cit.* pp. 43.

³⁰³ António Estácio dos Reis, *op. cit.*, pp. 24.

³⁰⁴ *Ibidem*, pp. 24.

Mas - como foi dito - a despesa foi coberta pela verba do cofre da Fábrica da Pólvora de Barcarena³⁰⁵.

O Dique da Ribeira das Naus foi considerado um dos melhores da Europa na época. Entre os anos de 1750 a 1800, foram construídas 23 naus e 35 novas fragatas e fizeram-se várias reconstruções de navios, sendo Melo e Castro reconhecido pela sua intervenção no Dique.³⁰⁶

3.4. Reformas da Marinha

Como visto anteriormente, no reinado de D. Maria I deram-se várias alterações no governo. Pombal foi substituído na pasta do reino por Dom Pedro José de Noronha, tendo-lhe sido atribuída a administração das armadas, como Capitão-General dos galeões de alto bordo e, mais tarde, com o Comando Supremos das Forças Armadas³⁰⁷. D. Tomás Xavier De Lima, 14º Visconde de Vila Nova de Cerveira, assumiu a gerência administrativa, tendo-lhe sido atribuída a pasta dos negócios do reino. Aires de Sá e Melo manteve o seu cargo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, assim como Martinho de Melo e Castro, que permaneceu Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos³⁰⁸.

Com o novo reinado, Melo e Castro que tinha criticado a forma de dirigir o país de Pombal, contribuiu para o retorno do bispo de Coimbra, a quem tinham sido retirados os poderes durante o governo anterior. Contudo, Martinho de Melo e Castro manteve-se sempre numa postura neutra, quanto aos Jesuítas, apesar de não ter uma boa relação com a Companhia³⁰⁹.

Melo e Castro, mantendo as suas funções de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, criou em 1790 o Conselho do Almirantado, elevando-o à categoria de Tribunal Régio e dando-lhe novo Regimento. Criou também a Majoria General da Armada que tinha com objetivo intervir diretamente na organização das esquadras, e criou a função de Major-General da Armada Real³¹⁰.

³⁰⁵ *Ibidem*, pp. 24-25.

³⁰⁶ *Ibidem*, pp. 26-27.

³⁰⁷ José Maria Latino Coelho, *op. cit.* pp. 187.

³⁰⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 297-298.

³⁰⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, *op. cit. apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 54-55.

³¹⁰ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 16.

Para além da Armada, deu também grandes contributos à marinha mercante, elevando o Tribunal Régio à antiga Junta do Comércio. Estabeleceu o serviço de paquetes ou correios marítimos para as colónias, o que permitiu a livre navegação entre o Brasil e Portugal, e ordenou que se fizesse uma listagem do número de navios de guerra que saíssem para o Brasil durante o ano, controlando assim, separadamente, os navios de guerra e os de navegação comercial³¹¹.

Deu muita atenção ao desenvolvimento e ao funcionamento do Arsenal da Marinha e por isso fazia visitas para o seu controlo, reparando na falta de material nos depósitos e que não existia registo de movimento de material, em 1792 ordenou que se alterasse o método de registo do Arsenal e que fosse criado um inventário detalhado de todos estes materiais pertencentes ao Arsenal³¹².

A criação do Pinhal de Leiria data da altura do reinado de D. Diniz I, onde foram mandados semear vários pinheiros que tinham o propósito de engrandecer a Marinha de Guerra. Já no reinado de D. Manuel (1495 - 1521), as madeiras provenientes do Pinhal foram postas a grande uso, servindo para a vasta construção de navios que foram utilizados para a descoberta de novos mundos. Mais tarde, com a descoberta do Brasil, e com acesso à sua abundância de madeira, o Pinhal de Leiria foi entrando em desuso e deixado ao abandono³¹³. Foi apenas durante o mandato do ministro Martinho de Melo e Castro, que se deu início à inspeção dos Pinhais do Estado³¹⁴. Após uma visita ao Pinhal, apercebeu-se do seu potencial, pelos recursos fundamentais para a construção naval³¹⁵ e ficou com o objetivo de passar a gestão dos pinhais para a Marinha³¹⁶.

No entanto, o Pinhal de Leiria encontrava-se livre das superintendências e dos couteiros que eram normalmente lavradores, a quem convinha este lugar pelos privilégios que lhes trazia, de isenção de certos encargos³¹⁷. A entrada para o Pinhal era livre por qualquer ponto e o gado que ali passava comia ou pisava os pinheiros mais pequenos.

³¹¹ *Ibidem*, pp. 17.

³¹² *Ibidem*, pp. 17.

³¹³ Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, “Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria, suas madeiras e produtos resinosos” in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, pp. 2.

³¹⁴ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 17.

³¹⁵ Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, *op. cit.* pp. 4.

³¹⁶ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 17.

³¹⁷ Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, *op. cit.* pp. 4.

Era também fácil o acesso a pessoas que queriam cortar árvores para uso pessoal³¹⁸. Melo e Castro suspendeu de imediato a transferência de gestão por parte da Marinha³¹⁹, e passou assim a administração do Pinhal das superintendências e dos seus couteiros³²⁰ para a correição de Leiria, que detinha os poderes para punir quem tinha cometido os abusos³²¹. Mandou construir à volta do Pinhal, casas para os guardas, que marcavam os únicos locais de entrada, onde as pessoas que entravam e saíam eram revistadas, evitando os roubos e a destruição que acontecia quando o acesso era feito por qualquer ponto do Pinhal³²².

Não se sabe ao certo quando começou a exploração de produtos resinosos em Portugal, apenas se tem conhecimento que eram utilizadas as resinas das árvores do Pinhal de Leiria para calafetar os navios. Só com Martinho de Melo como Secretário da Marinha começou oficialmente a exploração deste recurso. Em 1790, o ministro mandou chamar um mestre para o fabrico de alcatrão e foi construída uma fábrica de alcatrão e pez, sob a dependência da administração dos pinhais, possibilitando o fornecimento de materiais necessários à construção naval³²³. Durante vinte anos foram utilizados 16 fornos, que em 1822 foram substituídos por fornos cilíndricos, e por destilação eram obtidos o pinho, o alcatrão, a água-raz e o ácido pirolenhoso. Melo e Castro mandou ainda que se fizessem os embarques das madeiras diretamente para Lisboa, o que contribuiu para economizar dinheiro da Fazenda Nacional. A Marinha Portuguesa teve um grande desenvolvimento, graças à visão do ministro, que conseguiu ver o potencial do Pinhal de Leiria, que tinha sido deixado ao abandono³²⁴.

Apesar de grande parte do investimento que fazia ser em prole da construção naval do Estado, no Arsenal de Lisboa e no Arsenal de Goa, não deixou de intervir na conservação dos navios mercantes privados. Em 1793, impôs a beneficiação regular das querenas para esses navios, determinou também que o Patrão-Mor do Douro tivesse

³¹⁸ *Ibidem*, pp. 4.

³¹⁹ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 17.

³²⁰ Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, *op. cit.* pp. 4.

³²¹ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 17.

³²² Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, *op. cit.* pp. 4.

³²³ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 17.

³²⁴ Francisco Maria Pereira da Silva, Caetano Maria Batalha, *op. cit.* pp. 5.

sempre duas barcaças em estado de servir à querenagem dos navios e beneficiação dos seus fundos.

Em termos de legislação, estabeleceu que nunca se fundeasse uma âncora sem boia, e sempre com amarra suficiente para qualquer estado de maré. Fez exigir também, o exame para patrões de embarcações fluviais³²⁵ e, em 1779, estabeleceu as matérias dos exames dos pilotos, sendo também indicadas as suas condições de admissão³²⁶.

Até ao reinado de D. João V, os postos de trabalho eram colocados a artilheiros, populares e alguns fidalgos ligados à carreira das armas. A bordo dos navios, não existiam condições de saúde e a taxa de mortalidade durante longas viagens era elevada. No reinado de D. José I., tentaram criar-se profissionais exclusivos da Armada e, mesmo não havendo escolas para o ensino de náutica, pilotagem ou tática, Martinho de Melo e Castro criou a classe de Guardas-Marinha, em 1761. Investiu ainda na técnica náutica. Sabia que a artilharia naval era bastante mais complexa que a terrestre e por isso em 1791, reorganizou o Regimento de Artilharia de Marinha, que surgira apenas uns anos antes para substituir o troço de 300 artilheiros navais³²⁷.

Apesar de terem sido regulados em 1761, foi Melo e Castro que os implementou de forma mais rigorosa e foram completamente estabelecidos os uniformes do pessoal da Armada. Mais alterações fizera o ministro em 1789, quando introduziu os novos postos de Segundo-Tenente, Capitão de Fragata e Vice-Almirante, dando forma a hierarquia do Corpo de Oficiais da Armada. No ano seguinte, estabeleceu de forma justa os vencimentos dos oficiais, e criou a classe de Cirurgião da Armada. Foi também estabelecido o quadro efetivo do Corpo de oficiais da Armada, com a lotação tanto para os diversos serviços, como para o Estado Maior de cada navio³²⁸.

Um dos problemas para os quais ainda faltava solução era a forma de punição pelas faltas cometidas pelo pessoal da Armada. Depois de se avaliar várias formas de castigo, chegou-se à conclusão de que a diminuição forçada dos lucros era a forma mais eficaz de manter a disciplina, e deste modo, foram criadas as multas como forma de

³²⁵ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³²⁶ *Ibidem*, pp. 18.

³²⁷ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³²⁸ *Ibidem*, pp. 18.

castigo. Este método de penalização ainda hoje é temido tanto por civis como militares, tendo sido implementada pelo astuto ministro³²⁹.

Ordenou ainda, para que todas situações de manobras e ordens dadas a bordo ficassem registadas, fosse instituído um diário de bordo, que deveria ser assinado pelo comandante³³⁰.

Devido a inúmeras medidas administrativas, tomadas por iniciativa do ministro, em 1780 a Marinha também se desenvolveu, constituída por uma poderosa esquadra de naus³³¹.

3.5. O Ensino na Marinha

A abordagem ao método de ensino da navegação mudou com o decreto de 2 de julho de 1761, criando a classe de Guardas-Marinhas, que integra os jovens oficiais em formação e teria 24 Guardas-Marinhas.³³² Para serem admitidos, os candidatos tinham de provar a sua origem nobre e idade entre os 15 e os 20 anos. As provas de nobreza eram passadas por um auditor geral de Marinha, e os candidatos eram inquiridos para se saber se era necessária uma certidão do assento do batismo³³³.

Após a criação da classe de Guardas-Marinhas, a sua formação começou quase de imediato, com a aquisição de material a 25 de julho de 1761. Contudo, a criação do posto não era suficiente, evidenciado pelos fracos resultados dos alunos e de não cumprirem as necessidades do reino, o que levou à sua suspensão em 1774³³⁴. Neste mesmo ano surgiram os Voluntários da Armada³³⁵. Estes tinham de ter idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos e eram escolhidos por Comandantes de navios de guerras, tendo depois a possibilidade de embarcar em naus ou fragatas³³⁶.

Um dos aspetos ao qual se deu bastante atenção, foi à formação dos jovens oficiais da Marinha Mercante e da Marinha de Guerra³³⁷. Aprimorou a formação dos

³²⁹ *Ibidem*, pp. 19.

³³⁰ *Ibidem*, pp. 19.

³³¹ *Ibidem*, pp. 19.

³³² Nuno Martins Ferreira, *A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1807)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017, pp. 86.

³³³ *Ibidem*, pp. 87.

³³⁴ *Ibidem*, pp. 89.

³³⁵ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³³⁶ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 89.

³³⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 313.

pilotos através das aulas por eles ministradas, e que passariam a ser lecionadas na Academia Real da Marinha, fundada a 5 de agosto de 1774, e instalada no espaço destinado ao Colégio dos Nobres, com melhores condições de aprendizagem³³⁸. Esta Academia tinha como objetivo formar os jovens oficiais de Marinha³³⁹, bem como pilotos qualificados e capazes de servir o comércio marítimo com total segurança, o que até então não se verificava. Este interesse pela formação dos pilotos e novas formas de ensino, devia-se à importância do comércio marítimo e para assegurar o sucesso das longas viagens que eram realizadas. No próprio documento legislativo de criação da Academia, é demonstrada a vontade da coroa em criar uma escola para formar oficiais³⁴⁰.

A Academia Real da Marinha foi estabelecida em Lisboa, como forma de remediar o insucesso da formação dos Guardas-Marinhas em 1774, e é considerada a primeira instituição criada com o objetivo de formação de oficiais. Esta era uma academia civil, e para entrar, os candidatos não tinham de apresentar provas de nobreza. Encontrava-se sob a superintendência do inspetor geral da Marinha, que regulava a Academia e fazia com que os seus estatutos fossem cumpridos³⁴¹.

Aos alunos eram ensinadas as ciências exatas, mais especificamente no aperfeiçoamento da arte de navegar, eram ministrados cursos aos futuros oficiais de Marinha, mas também aos engenheiros, que passaram a ter a sua escola própria em 1790³⁴². Para serem admitidos, os alunos tinham de ter pelo menos 14 anos, e dominar as quatro operações básicas da matemática, para isso eram postos à prova por um professor de geometria da Academia³⁴³. As aulas eram dadas pelos lentes, que tinham obrigatoriamente de ter a licenciatura em matemática, feita na Universidade de Coimbra, e as regras, tanto para professores como para alunos, eram as mesmas da Universidade³⁴⁴.

Nos três anos de formação, os alunos aprendiam no primeiro ano sobre Aritmética, Geometria, Trigonometria plana e seu uso prático, princípios elementares de

³³⁸ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³³⁹ Augusto Salgado, *Escola Naval Talant de Bien Faire*, Lisboa, Base Naval de Lisboa Escola Naval, 2013, pp. 50.

³⁴⁰ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 143.

³⁴¹ *Ibidem*, pp. 143.

³⁴² *Ibidem*, pp. 144.

³⁴³ *Ibidem*, pp. 145.

³⁴⁴ *Ibidem*, pp. 144.

Álgebra e equações de 2.º grau; no segundo ano aprendiam Álgebra aplicada à Geometria, Cálculo Diferencial e Integral, princípios de Estática, Dinâmica, Hidrostática, Hidráulica e Ótica; e, por fim, aprendiam Trigonometria Esférica e a arte de Navegação teórica e prática³⁴⁵.

A Academia Real de Marinha não era suficiente para atender às necessidades de um oficial de Marinha, pois não tinha qualquer caráter militar e a preparação era simplesmente acadêmica³⁴⁶. Assim, a mando de Martinho de Melo e Castro, e por decreto da rainha D. Maria I³⁴⁷, foi criada a 14 de dezembro de 1782 a Academia Real dos Guardas-Marinhas, na qual estava integrada a Companhia dos Guardas-Marinhas. Os critérios de admissão eram mais exigentes do que na Academia Real de Marinha, e era por vezes interpretada como uma diferenciação entre nobres e plebeus. Para serem admitidos, os candidatos tinham de submeter provas de nobreza, e qualquer grau de incapacidade física era impeditivo de ingresso na Academia³⁴⁸.

A Companhia admitia 48 Guardas-Marinhas, com idade limitada entre os 14 e os 18 anos³⁴⁹, e para o comprovar tinham de submeter uma certidão onde constava a sua idade. Eram submetidos às provas já exigidas aos cadetes das tropas de terra pelo alvará de 16 de março de 1757³⁵⁰. Contudo, caso fossem filhos de oficiais de Marinha ou do Exército, com patente superior a Capitão-Tenente, não teriam de apresentar provas³⁵¹. Apesar da Companhia de Guardas-Marinhas ter sido criada em 1782, a instrução nela ministrada, só iria ser institucionalizada legalmente em 1796³⁵². Assim, pode-se concluir que a formação dos Guardas-Marinhas foi iniciada 14 anos antes da sua regulamentação e ainda sem instalações próprias, sendo algumas aulas ministradas na Casa das Formas do Arsenal Real da Marinha³⁵³.

³⁴⁵ *Ibidem*, pp. 144.

³⁴⁶ Carlos Francisco Moura, *O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no Século XVIII*, Lisboa, Academia de Marinha, 2019, pp. 35.

³⁴⁷ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³⁴⁸ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 194.

³⁴⁹ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 18.

³⁵⁰ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 174-175.

³⁵¹ *Ibidem*, pp. 175.

³⁵² *Ibidem*, pp. 181.

³⁵³ *Ibidem*, pp. 184.

Em carta do Conde de São Vicente, primeiro comandante da Companhia, ao ministro Martinho de Melo e Castro, datada de 27 de abril de 1788, o Conde refere que durante os anos que assumiu o comando da Companhia, esta ainda não tinha sido estruturada, e propõe várias medidas que considerava necessárias. Desta iniciativa, resultou o decreto de 14 de julho de 1788 que reformula a Companhia³⁵⁴.

As novas medidas englobavam a criação do posto de aspirante com um máximo de 24 alunos, o aumento para 60 o número de Guardas-Marinhas admitidos, e a idade de admissão que não podia exceder os 14 anos. Para passarem ao posto de Guardas-Marinhas, os aspirantes tinham de apresentar a prova de nobreza, e ao fim de um ano, ter completado um exame e mostrar que se tinham aplicado nos exercícios práticos³⁵⁵. Este processo de admissão dos candidatos a aspirantes e a Guardas-Marinhas estava sob o cargo do Conselho do Almirantado que era responsável por analisar os pedidos de entrada, que só podiam ser feitos pelo Comandante de Companhia e pelo corpo de professores³⁵⁶.

Os Guardas-Marinhas, na Academia, tinham aulas obrigatórias, e aprendiam sobre Aritmética, Geometria, Cosmografia, Trigonometria e Astronomia, com problemas relacionados com a prática da navegação. Para além destas, eram ensinados sobre manobra, tática, aparelho e construção naval. Estas aulas eram complementadas com a parte prática que era feita por embarques³⁵⁷.

Por vezes, a rainha D. Maria I visitava a Casa das Fôrmas e assistia às aulas teóricas e práticas dos jovens Guardas-Marinhas. Como pode ser evidenciado num quadro onde está pintado um grande salão com um veleiro, denominado *Paciência*, navio que serviu para dar formação durante 130 anos, acabando por ser destruído a 18 de abril de 1916 num incêndio que destruiu a Sala do Risco. Esse salão era na Casa das Fôrmas e mais tarde passou a chamar-se Sala do Risco, sede da instituição no Arsenal Real da Marinha, em Lisboa. Era o salão onde os alunos da Real Academia dos Guardas-Marinhas recebiam grande parte da sua formação³⁵⁸.

³⁵⁴ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 70.

³⁵⁵ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 189.

³⁵⁶ *Ibidem*, pp. 195.

³⁵⁷ *Ibidem*, pp. 177, 178.

³⁵⁸ Carlos Francisco Moura, *op. cit.* pp. 15.

Com a criação da Academia Real de Guardas-Marinhas em 1782, Portugal passava a ter duas instituições para formação de oficiais, onde os seus alunos tinham a possibilidade de fazer do mar uma carreira profissional³⁵⁹.

³⁵⁹ Nuno Martins Ferreira, *op. cit.* pp. 181.

4. Brasil durante o mandato de Martinho de Melo e Castro

Enquanto na Europa oriental a estratégia continental da Prússia e da Polónia ganhavam maior relevância, na Europa ocidental o Atlântico passava a ser o centro das atenções³⁶⁰. Até 1763 as lutas marítimas resultavam dos conflitos que ocorriam na Europa, das relações entre as cinco potências, sendo elas Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Holanda. Também as lutas nas colónias sobre a posse de territórios representavam os conflitos que ocorriam no continente europeu³⁶¹. Quanto a Portugal, estes fizeram-se sentir nas relações com Espanha pelo território Sul Americano.

O esforço para a aproximação com Inglaterra, que o rei Fernando VI de Espanha pretendia resultou num fracasso, dado que os ingleses se recusaram a entregar Gibraltar, e pela incapacidade de imporem à Marinha Inglesa que deixasse a pirataria das colónias espanholas e de contrabando no Rio de Prata.

No entanto, esta tentativa de ligação da Espanha com Inglaterra teve Portugal como intermediário, o que resultou na aproximação das cortes Espanhola e Portuguesa e possibilitou a preparação de planos para a criação do Tratado de Madrid a 13 de janeiro de 1750, o chamado Tratado dos “limites”. Com este novo Tratado, foram anuladas as disposições da *bula inter Cetera*, assinada pelo Papa Alexandre VI a 4 de maio de 1493, do Tratado de Tordesilhas de 7 de julho de 1499, da escritura de Saragoça entre D. João III e Carlos V a 22 de abril de 1529, do Tratado de Lisboa de maio de 1671 e do Tratado de Utreque de 6 de fevereiro de 1715³⁶².

Neste novo acordo, pretendiam ser definidas novas fronteiras hispano-portuguesas na América do Sul, e resolver conflitos em diversos lugares³⁶³. Portugal reconhece o poder de Espanha nas Filipinas e Espanha reconhece a soberania de Portugal no Maranhão e Mato Grosso³⁶⁴, foram também discutidos os conflitos no Amazonas e nas fronteiras interiores do continente. Foram feitas compensações tanto nos territórios portugueses como nos espanhóis, por forma a que os limites fossem estabelecidos com base em fronteiras naturais e com demarcações visuais ao longo do Rio Prata. Estas alterações forçavam a deslocação de populações indígenas, e afetavam regiões sobre as

³⁶⁰ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 305.

³⁶¹ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 148.

³⁶² Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 308.

³⁶³ *Ibidem*, pp. 308.

³⁶⁴ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 144.

quais a Ordem dos Jesuítas, responsável pela promoção da evangelização, o que dificultava a sua colaboração. Por esta razão, foram responsabilizados pela resistência dos índios, o que contribuiu para a sua expulsão das colónias, de Portugal e de Espanha³⁶⁵.

Mais tarde, o Tratado do Pardo em 1761, deixa pouco claro o estabelecimento de fronteiras nas colónias e a diplomacia de Pombal não conseguia controlar todos os conflitos que iam surgindo em diversas frentes na América do Sul tomando proporções cada vez maiores. Portugal necessitava do auxílio de Inglaterra para os conseguir deter, mas esta ajuda não foi enviada e assim D. José I toma medidas e em 1766 lança uma operação no Rio Grande³⁶⁶, por forma a restituir os territórios que considerava que deviam pertencer a Portugal. Inicialmente, Portugal teve sucesso e ocupou o Rio Grande do Sul, mas, em 1777, os espanhóis responderam com a criação do vice-reinado de *La Plata*, sediada em Buenos Aires e com uma frota de guerra, ocuparam a ilha de Santa Catarina e todos os territórios anteriormente conquistados por Portugal, incluindo a Colónia do Sacramento³⁶⁷.

Só aquando da subida ao trono de D. Maria I e depois do afastamento do Marquês de Pombal do governo, é que a 1 de outubro de 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso com o objetivo de resolver estas disputas.

Este mesmo Tratado delimitava as zonas Portuguesas e Espanholas na América do Sul³⁶⁸. Nessa altura, Espanha recebe a Colónia do Sacramento, todo o território situado entre o Rio da Prata e o Rio Grande do Sul e as ilhas africanas Fernando Pó e Ano Bom. E em troca Portugal recupera a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul³⁶⁹, terminando assim a definição das fronteiras com as possessões espanholas.

Porém, em setembro desse mesmo ano, antes da assinatura do Tratado, os espanhóis desembarcaram na ilha de Santa Catarina, levando os portugueses a renderem-se, tendo também conseguido conquistar a Colónia do Sacramento. Ainda que a Espanha quisesse continuar a posse do continente, chegaram as notícias da paz na Europa e do tratado de Santo Ildefonso, o que levou a que cessassem os conflitos³⁷⁰.

³⁶⁵ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.* pp. 309.

³⁶⁶ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 148.

³⁶⁷ *Ibidem*, pp. 148.

³⁶⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 298.

³⁶⁹ Ana Leal de Faria, *op. cit.* pp. 149.

³⁷⁰ Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 315-316.*

Esta disputa entre Espanha e Portugal pelos territórios da América do Sul, que levava à criação de tratados para delimitar as zonas pertencentes a cada uma das partes, devia-se às riquezas e matérias-primas que daí provinham e que contribuía para a evolução da metrópole. As vantagens que as colónias traziam para as capitais eram já há muito conhecidas e grande parte dos conflitos que existiam entre outros países da Europa surgiam pelo mesmo motivo.

Para Portugal, a colónia brasileira assegurava o equilíbrio económico, social e político. Através do comércio realizado com Inglaterra, em que os portugueses importavam produtos manufaturados, essencialmente têxteis como tecidos, e para onde era exportado vinho, e produtos das colónias, essencialmente do Brasil³⁷¹. E para manter este processo rentável, a relação com a colónia era de exclusividade comercial, em que Portugal detinha o monopólio de compra no Brasil a preços mais baixos, obtendo lucro na sua revenda³⁷². Desta forma, a exploração da colónia era feita com o ponto de vista de ser útil à metrópole, sendo especificado que:

“1º devem estar sob sua dependência imediata e por consequência sob sua proteção; 2º que o comércio deve ser exclusivo dos fundadores.” Refere também que: “uma colônia preenche melhor seu objetivo à medida em que faz aumentar o produto das terras da metrópole, que faz subsistir um maior número de seus homens, e contribui ao ganho de comércio com as outras nações. os produtos da colônia não devem jamais ser de natureza a entrar em concorrência com os da metrópole” e ainda que “o comércio que a colônia fizer com estrangeiros será «um roubo feito à metrópole»”³⁷³.

Martinho de Melo e Castro tinha conhecimento desta vantagem que as colónias traziam para o reino, como referia em 1772:

“Todo o mundo sabe que as colónias ultramarinas, sendo sempre estabelecidas com preciso objeto de utilidade da Metrópole, ou da cidade capital do reino, ou estado a que são pertencentes, resultaram dessa essencial certeza

³⁷¹ Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 10.

³⁷² Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 66.

³⁷³ Denis Diderot, *Encyclopedie, ou Dictionnaire Raisonne des Sciences, des Arts et des Métiers*, Paris, Tome Premier, 1751, *apud* Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*, Tese de Doutoramento, Coleção Estudos Históricos direção de Fernando A. Novais, Brasil, Universidade de São Paulo, Editora Hucitec, 1981, pp. 146.

máximas tão infalíveis, e tão universalmente observadas na prática de todas as nações”³⁷⁴.

Esta importância que as colónias tinham ficou bem evidenciada depois da Revolução Americana, com a assinatura do Tratado de Versalhes, em que Inglaterra perde o monopólio que tinha sobre a colónia americana, a qual era fonte de matérias-primas, levando os ingleses à procura desses produtos nas colónias de Portugal e de Espanha³⁷⁵.

Devido a estes perigos para as colónias portuguesas que se faziam sentir por parte de outros países, como Espanha pela invasão das fronteiras, e por Inglaterra pela procura de matérias-primas em território ultramarino português, a 24 de janeiro de 1775, o ministro Melo e Castro faz referência às diretivas do rei D. José I sobre as colónias, que se prendem com o assegurar a defesa desses mesmos territórios, em instruções enviadas a D. António de Noronha, governador de Minas Gerais:

“entre as muitas, e muito úteis disposições que el-rei nosso senhor tem mandado estabelecer nos seus domínios ultramarinos, uma das mais importantes é a que tem por objeto a defesa, conservação e segurança de todos, e cada um deles”³⁷⁶.

Esta perspectiva de defesa do território era também reforçada por Martinho de Melo e Castro nas instruções que enviava para as colónias, referindo a importância da “conservação das tropas na América, particularmente no Rio de Janeiro” e que, “é demonstrativamente certo que, sem Brasil, Portugal é uma insignificante potência; e que o Brasil sem forças, é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem o quiser ocupar”. Refere também o facto de Portugal ter várias colónias espalhadas pelo mundo, e a dificuldade de manter seguro o seu território e ao mesmo tempo os domínios ultramarinos:

“que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos, muito distantes, e muito separados uns dos outros, quais são os seus domínios ultramarinos nas quatro partes do mundo, não pode ter meios, nem forças, com

³⁷⁴ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, *apud* Madalena Serrão Franco Schedel, *op. cit.* pp. 10.

³⁷⁵ Fernando A. Novais, *op. cit.* pp. 121.

³⁷⁶ *Ibidem*, pp. 141.

que se defenda a si próprio, e com que acuda ao mesmo tempo com grande socorro à preservação, e segurança dos mesmos domínios”³⁷⁷.

Refere ainda que:

“nenhuma potência, por mais formidável que seja, pode, nem intentou até o presente, defender as suas colônias com as únicas forças do país dominante ou do seu próprio continente [...] o mais, que até agora se tem descoberto, e praticado para ocorrer a esta impossibilidade, foi de fazer servir as mesmas colônias para a própria e natural defesa delas”,

Concluindo assim com estas afirmações que: “nesta certeza, as principais forças, que hão de defender o Brasil, são as do mesmo Brasil”. Por fim relembra que:

“com elas foram os holandeses lançados fora de Pernambuco, com elas se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com elas foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro, e com elas enfim, em tempos mais felizes que os nossos, destruíram os paulistas as missões do Uruguai e Paraguai”³⁷⁸.

A preocupação pela defesa do património, mantém-se um ponto principal na política ultramarina, mencionado nas instruções de Luís de Vasconcelos ao Marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal, (mais tarde Vice-Rei e Capitão de Mar-e-Terra do Estado do Brasil), onde insistia no “estabelecimento de um bom, e bem discutido sistema para a defesa externa” e na “criação de Junta militar para formar, e discernir os Planos para a defesa da mesma capitania, e para a ereção e conservação das Fortalezas”³⁷⁹.

Contudo, não eram apenas os perigos externos que ameaçavam a colónia, dado que também se ganhava consciência dos riscos que surgiam com o desenvolvimento do domínio ultramarino.

O Brasil era fonte de uma quantidade imensa de matérias primas como madeira das árvores, campos férteis, açúcar, tabaco e algodão. A Cana-de-açúcar foi o produto

³⁷⁷ *Ibidem*, pp. 138-139.

³⁷⁸ *Ibidem*, pp. 139.

³⁷⁹ *Ibidem*, pp. 140.

que trouxe maior êxito a Portugal, com uma maior quantidade de exportação até que o ouro³⁸⁰.

O tabaco também tinha uma grande procura e foi cultivado em São Paulo e no Rio de Janeiro, acabando por ser proibida a sua produção em 1757 para a mão-de-obra escrava não ser desviada da procura do ouro que era mais rentável para o estado português³⁸¹.

Para a exploração do ouro e das pedras preciosas, era necessário menos recursos e conhecimentos técnicos, daí que grande parte dos colonos na América do Sul se dedicassem à sua extração³⁸².

Por estes fatores, a colónia brasileira começou a ser alvo de um aumento de colonos que abandonavam o reino, pelos rumores de grandes riquezas, pela existência de minas de ouro, e a promessa de uma vida melhor. As pessoas saíam de diversas zonas, mas principalmente do Norte, da Madeira e dos Açores³⁸³.

Também o algodão teve uma grande produção, chegando a equiparar-se à do açúcar na segunda metade do século XVIII, pela sua procura³⁸⁴. Com ele, começou a ser desenvolvida a manufatura na colónia para produção de tecido para roupa de escravo, e em várias fazendas apareciam os teares. Estes desenvolvimentos na colónia não eram bem vistos por Melo e Castro:

“Os dittos habitantes porém, não satisfeitos com os tesouros que a terra lhes oferecia, nem com o útil comércio que, d’ellas se resulta, estendendo as suas visitas a outros objectos, se determinaram a estabelecer em Minas Gerais diferentes fábricas e manufaturas”³⁸⁵.

Com a evolução deste processo de produção na colónia, chegaram mesmo a ser produzidos tecidos de qualidade, que acabavam por ser exportados. Isto fez com que

³⁸⁰Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 71.

³⁸¹ *Ibidem*, pp. 73.

³⁸² *Ibidem*, pp. 79.

³⁸³ José Carlos Vilhena Mesquita, *A Importância do Brasil na economia portuguesa do século XVIII*, *Faro*, Jornal de Famalicão, 1984, pp 7-10.

³⁸⁴ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 71.

³⁸⁵ Martinho de Melo e Castro, “Instrução para o Visconde de Barbacenas, Luiz António Furtado de Mendonça, Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 21, abril 1844, Rio de Janeiro, 1844, pp. 39 *apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 85.

surgissem grupos na colônia, que aumentavam a sua riqueza, e que dessa forma iam contra o processo do pacto colonial³⁸⁶.

Martinho de Melo e Castro acreditava que os trabalhadores do reino deveriam ter as melhores condições comparativamente com os das colônias, e, com esta maneira de pensar, as medidas tomadas pelo ministro foram no sentido colocar em primeiro lugar os homens do reino, comparativamente com os das colônias que trabalhassem no mesmo setor³⁸⁷. Pretendia, assim, voltar a pôr em prática as normas do pacto colonial e mudar a centralização do poder novamente para a burguesia metropolitana³⁸⁸.

Assim, criou o Alvará de 5 de janeiro de 1785, alvará que proibiu a instalação de manufaturas, incluindo as fábricas de tecidos nas colônias. Autorizou apenas o fabrico de tecidos para vestes de escravos e esta proibição surgiu com o fim de evitar concorrência, mantendo a exportação das fábricas da metrópole, para impedir o aumento do contrabando, especialmente dos ingleses. A colônia brasileira era obrigada a comprar os tecidos a Portugal a preços muito superiores aos dos tecidos fabricados no Brasil³⁸⁹. Com esta medida, o ministro evitava também que se gerasse a independência político-económica do Brasil³⁹⁰.

Na segunda metade do século XVIII, a indústria começa a evoluir, nomeadamente em Inglaterra. Esta trazia consigo a necessidade de grandes quantidades de matérias-primas, e perde o monopólio que tinha destes produtos que originavam no seu território ultramarino na América do Norte, depois da Independência dos Estados Unidos e com a assinatura do Tratado de Versalhes. Devido a esta escassez, a Grã-Bretanha viu-se forçada a explorar intensivamente as suas colônias até em território ultramarino Português e Espanhol³⁹¹.

Esta dependência incentivou o comércio de contrabando, que era feito, não só pelos ingleses, mas também por holandeses e franceses, como refere Melo e Castro num ofício de 1785, em que refere o transporte clandestino de escravos de África para o Brasil, e o comércio ilegal que era realizado pelos navios da carreira da Índia. As ações que os

³⁸⁶ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 105.

³⁸⁷ Marcos Carneiro de Mendonça, *op. cit.* pp. 3.

³⁸⁸ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 105.

³⁸⁹ *Ibidem*, pp. 87.

³⁹⁰ *Ibidem*, pp. 58.

³⁹¹ Fernando A. Novais, *op. cit.* pp. 121.

países tinham no sentido de se aproveitarem das colónias que estavam sob o domínio de outra potência, iam contra a relação de exclusividade comercial que existia entre a metrópole e a colónia, o que punha em causa o antigo sistema colonial³⁹².

Martinho de Melo e Castro tinha noção das grandes vantagens que as colónias traziam para a metrópole, nomeadamente o Brasil. As medidas que toma, são no sentido de proteger essas mais-valias que asseguravam o desenvolvimento económico de Portugal. Para isso, de uma perspectiva de perigo interno, pretendia evitar que surgissem processos mais desenvolvidos na colónia que se pudessem tornar uma ameaça para o rendimento da metrópole.

De uma perspectiva de perigo externo, dedica-se a manter a defesa do território ultramarino, que foi durante muito tempo disputado entre espanhóis e portugueses. Essas mesmas riquezas eram cada vez mais ambicionadas por outras potências devido aos novos processos de maquinofatura que exigiam um aumento de fluxo de matérias-primas para a metrópole.

³⁹² *Ibidem*, pp. 196.

5. O Legado de Martinho de Melo e Castro

Em 1786, após morte de Aires de Sá e Melo, Martinho de Melo e Castro assume o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, desempenhando esta função interinamente. Com este cargo, o ministro continua as negociações, já começadas por Aires de Sá e Melo, com a Rússia.

Ainda no reinado de D. José I, em 1776, Portugal apercebe-se dos valores elevados que tinha de pagar todos os anos pelos “géneros do Báltico”, que eram transportados por intermédio de holandeses, ingleses, suecos e dinamarqueses. O reino acabava por ter de pagar cerca de um milhão e meio de cruzados por ano aos intermediários. Melo e Castro acreditava que estes gastos só poderiam ser evitados, com um comércio intenso e direto, para tal foi enviado um representante português: José de Nápoles Telo de Menezes para a corte da Imperatriz Catarina³⁹³.

As relações entre Portugal e a Rússia tiveram um momento importante em 1755, quando parte para a Rússia um negociante português, que tomava a iniciativa de criar um mercado e estabelecer uma ou mais Casas de Comércio. Na altura, Martinho de Melo e Castro encontrava-se em Londres, como ministro plenipotenciário e é avisado por D. Luís da Cunha Manuel desta intenção do negociante português. Entra, então, em contacto com o ministro da Rússia em Londres, para ajudar no processo de receção do negociante português naquele país. Este foi um processo inicial que facilitou o muito ambicionado Tratado de Amizade, Navegação e Comércio com a Rússia³⁹⁴.

Começa uma correspondência entre o embaixador português e o ministro na Rússia, sobre a autorização para que os navios russos fossem enviados para Portugal e, ao mesmo tempo, navios portugueses para a Rússia³⁹⁵. Em 1776, ainda no reinado de D. José I, é ministro plenipotenciário em São Petersburgo, José de Nápoles Teles de Meneses, e mais tarde, em 1779, Francisco José da Horta Machado. Em 1780, também a imperatriz Catarina II da Rússia nomeia o seu ministro para Portugal, sendo ele o Conde de Nesselrode. Com a troca de ministros entre os dois países, estavam criadas as condições para a criação do Tratado de Comércio³⁹⁶.

³⁹³ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 149.

³⁹⁴ Rómulo de Carvalho, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Sá da Costa Editora, 1ª Edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979, pp. 80-81.

³⁹⁵ *Ibidem*, pp. 83.

³⁹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 306.

A imperatriz propõe que as mercadorias dos países em guerra pudessem ser transportadas em embarcações de outros países, sem sofrerem consequências, opondo-se desta forma à supremacia marítima britânica. Para as nações neutras, como Portugal, esta medida permitia a abertura de novas rotas de comércio externo. E, apesar de se manter aliado a Inglaterra, e de estas medidas irem contra as normas desta ligação, Portugal reconhecia as vantagens que a proposta da Rússia trazia³⁹⁷. Era uma situação delicada para o país, porque os ingleses utilizavam os portos portugueses como se fossem deles. Assim, seria necessário assegurar um sistema que facilitasse o acesso aos navios de nações neutras. O novo método surgiu como proposta da Rússia, sobre o princípio de que a ‘Bandeira cobre a mercadoria’, portanto, a bandeira do país neutro assegura que a mercadoria não era contrabando bélico e que podia seguir rota³⁹⁸.

Com D. Maria I, deu-se uma nova atenção às relações comerciais com a Rússia, entrando Portugal no Tratado da Neutralidade Armada, assinado em Petersburgo em 1783, onde era salvaguardada a navegação livre dos navios neutros, desde que estes não fizessem o transporte de contrabando. Desta forma, estavam as condições asseguradas para a criação do Tratado de Comércio com a Rússia³⁹⁹.

Com a vinda do ministro Horta Machado a Portugal, e em reunião com o governo, foram discutidas propostas do Tratado que, em 1787, se encarregou de apresentar aos delegados russos. Após a sua análise, foi assinado em dezembro de 1787, com o nome de Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, onde constam 41 artigos, que definiam a criação de consulados e vice-consulados, tanto na Rússia como em Portugal, para proteção do comércio e a navegação de cada país⁴⁰⁰. Era objetivo do Tratado aumentar a circulação mercantil e tinha a ambição de promover a indústria, o comércio e a navegação direta, permitindo que os navios portugueses e russos beneficiassem sempre da proteção do país para onde vão. A Rússia reduziu também as taxas à entrada dos vinhos portugueses (incluindo a Madeira e o vinho do Pico). Portugal, pelo seu lado, reduziu as taxas cobradas sobre o cânhamo, linhaça, óleo, ferro de várias dimensões, peças de artilharia, projéteis e bombas, que podiam ser transportados por navios russos ou portugueses⁴⁰¹.

³⁹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, pp. 306.

³⁹⁸ Rómulo de Carvalho, *op. cit.* pp. 87-95.

³⁹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, pp. 306.

⁴⁰⁰ Rómulo de Carvalho, *op. cit.* pp. 85-105.

⁴⁰¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 307.

Após a criação dos consulados na Rússia, surgiu também em Riga o primeiro consulado, tendo sido nomeado para primeiro cônsul, José Severim, substituído a 23 de setembro de 1791, por Venceslau Teodoro Glama, que exerceu funções nos escritórios da Companhia do Alto Douro⁴⁰².

Desta forma, Melo e Castro deu continuidade aos esforços diplomáticos começados pelo rei D. José I e o ministro Aires de Sá e Melo, até ter sido conseguida a assinatura, em São Petersburgo, do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre D. Maria I e Catarina II⁴⁰³. Ficam asseguradas as relações comerciais entre Portugal e Rússia até ao final do século XVIII.

Com a morte de D. Pedro José de Noronha, o Marquês de Angeja, em 1788, o cargo de Presidente do Erário Régio, passou a ser responsabilidade de Martinho de Melo e Castro, cargo que desempenhou durante 7 anos⁴⁰⁴, acumulando ainda os cargos de Ministro da Marinha e dos Negócios do Ultramar e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴⁰⁵. Desempenhava, assim, três funções, o que revela a confiança e o elevado nível de admiração que tinham, a rainha D. Maria I e os restantes membros do Governo, nas capacidades e dedicação de Martinho de Melo e Castro no exercício de um cargo de servidor do Estado.

A pasta de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos depois de ser deixada por Martinho de Melo e Castro, quando este morreu, passou para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que deu continuidade ao trabalho do seu antecessor. Aumentou para 1200 o número de praças de cada regimento de artilharia e da Marinha, criou o Conselho do Almirantado em 1795, a Academia de Construção para formação dos Engenheiros Construtores, a Brigada de Marinha em 1797 e o Observatório de Marinha em 1798⁴⁰⁶.

Sousa Coutinho continuou o desenvolvimento, começado por Martinho de Melo e Castro da Armada Portuguesa, e em 1800 a Marinha era composta por 13 naus, 16 fragatas, 3 corvetas, 17 brigues e 8 charruas, entre outros navios menores. Na Índia, a Armada era composta por 1 nau e 7 fragatas, e vários navios de menor porte⁴⁰⁷.

⁴⁰² Rómulo de Carvalho, *op. cit.* pp. 108-112.

⁴⁰³ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 149.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, pp. 148.

⁴⁰⁵ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 61.

⁴⁰⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* pp. 319.

⁴⁰⁷ António Marques Esparteiro, *op. cit.* pp. 29.

Em 1807, devido à mudança da corte para o Brasil, esta foi acompanhada por, 7 naus, 5 fragatas, 3 brigues, uma escuna e cerca de 40 navios mercantes, com ao todo 770 peças de artilharia. Ainda em Lisboa permaneceram 4 naus e 5 fragatas⁴⁰⁸.

Relativamente à sua personalidade, existem diferentes opiniões quanto às suas intenções e o seu carácter, defendendo aspetos diferentes sobre a sua ambição e altruísmo perante a carreira que seguiu e as suas ações. Por um lado, José Carlos Amado que se refere a Martinho de Melo e Castro como: ‘‘Despido de ambição, totalmente consagrado ao serviço do País’’ e que ‘‘ fugindo a honrarias e aos prazeres do Mundo, ele pode bem ser apontado como o modelo do homem que serve uma vocação política’’⁴⁰⁹. A opinião de Virgínia Maria Valadares, contudo, aponta a acumulação de três cargos que relaciona essa situação com uma falsa consciência, definindo-o como detentor de um carácter egocêntrico.⁴¹⁰ Também se pode considerar o patriotismo do ministro, que colocava em primeiro lugar os cidadãos, e as medidas que era preciso tomar no reino, enquanto o Marquês de Pombal mostrava maior dedicação ao Brasil, como refere Marcos de Mendonça⁴¹¹.

Em carta de 11 de novembro de 1788, de Martinho de Melo e Castro para Luís Pinto de Sousa, já se queixava de dores nos joelhos:

‘‘Como o ataque de Gota, que já me embaraçava no dia trinta e hum do mez passado, como disse a V.S^a, se foi aumentando de forte que me obrigou a ficar oito dias de cama com dores insuportáveis nos joelhos, que ainda que principiaram a moderar-se quarta feira passada, não só me não ficaram ainda livres os movimentos para sahir e me demorar fora da cama senão por muito pouco tempo’’⁴¹².

A *Gazeta de Lisboa* publica a notícia da morte do ministro a 28 de março de 1797. Contudo, a data correta da sua morte é o dia 24 de março de 1795, com 79 anos⁴¹³.

⁴⁰⁸ Quirino da Fonseca, *op. cit.* pp. 22.

⁴⁰⁹ José Carlos Amado, *op. cit.* pp. 149.

⁴¹⁰ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 61.

⁴¹¹ Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1960, pp. 4.

⁴¹² A.N.T.T., *Ministério dos Negócios Estrangeiros: De Melo e Castro a Luiz Pinto de Souza*, L^o 125, 11 de novembro de 1788 *apud* Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 62.

⁴¹³ Virgínia Maria Valadares, *op. cit.* pp. 62.

Martinho de Melo e Castro foi sem dúvida uma figura de grande importância para Portugal e, especialmente, para a Marinha Portuguesa. A ele se devem as mudanças e as medidas tomadas com o fim de reerguer a Marinha Portuguesa, marcando este período, como o apogeu do ressurgimento da Armada.

Conclusão

Esta Dissertação de Mestrado teve como principal objetivo o estudo da vida de Martinho de Melo e Castro e dos seus contributos para a Marinha Portuguesa e para Portugal.

Começou-se por procurar fazer um enquadramento histórico do tempo em que viveu o biografado, estudando as profundas alterações que ocorreram na Europa, em termos culturais, religiosos, políticos e até na forma de pensar das pessoas e sobretudo dos soberanos de cada potência, que foi influenciado pelos meios de comunicação e pelas novas possibilidades de acesso a informação por uma maior parte da população.

Um ponto importante, e que não podia ter deixado de ser abordado, foram os conflitos que ocorreram durante o século XVIII entre as grandes potências europeias. Estes foram a base do processo que definiu os países e as ações das forças armadas e em especial da diplomacia como forma de comunicação e passagem de informação, que ora tanto servia para gerar conflitos, como para os terminar e na construção e destruição de alianças.

O século XVIII foi marcado por um amplo movimento de ideias, que se manifestaram na sociedade e em especial nos governos e nos monarcas. O estudo destas novas ideias foi importante para perceber os modos de atuar dos governantes, e a forma como estas chegaram a Portugal e se manifestou nos reinados de D. João V, e com maior ênfase, no reinado de D. José I e de D. Maria I.

O início da carreira diplomática de Martinho de Melo e Castro foi durante o reinado de D. José I, o que é impossível descrever sem compreender quem foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Assim, foi abordado o seu percurso, a forma como chegou ao governo e a importância e influência que este teve na direção de Portugal. Outro fator que levou a procurar compreender a vida deste, foi, por grande parte da vida de Martinho de Melo e Castro estar ligada a Carvalho Melo, neste sentido o estudo da correspondência entre ambos foi crucial para compreender a sua relação, não só quando desempenhava as suas funções diplomáticas em Haia e em Londres, mas também quando assumiu a pasta de Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

Após o falecimento de D. José I, subiu ao trono D. Maria I e assistiram-se às alterações no governo. A demissão do Marquês deu-se dias após a morte do rei, tendo

sido aceite por D. Maria I. Para o substituir, chegou ao governo Dom Pedro José de Noronha, terceiro Marquês de Angeja. Foi também nomeado Tomás Xavier De Lima, 14º visconde de vila nova de Cerveira, que assumiu a gerência administrativa. Manteve-se no governo Aires de Sá e Melo e Martinho de Castro que conseguiu concretizar as suas ideias, após a saída do Marquês de Pombal.

Para melhor conhecer a história do biografado, foi importante pesquisar sobre a sua família, de onde faziam parte os membros da Casa das Galveias com nomes importantes como o seu avô, André de Melo e Castro, quarto Conde das Galveias, e o seu sobrinho D. João de Almeida de Melo e Castro, quinto Conde das Galveias. Ainda no segundo capítulo, outro aspeto considerado importante foi a educação que Melo e Castro teve, pelo que se procurou compreender a sua forma de ensino na Universidade de Évora por onde passou, e que era feita pelos Jesuítas, que em grande parte do século XVIII eram os responsáveis pelas formas de ensino em Portugal, o que terminou com a sua expulsão do país, pelo Marquês de Pombal em 1759. Melo e Castro revelou ser um brilhante aluno, sendo até elogiado pelos padres da Companhia.

Para chegar à Secretaria de Estado, começou por desempenhar o cargo de diplomata, inicialmente nos Estados Gerais das Províncias Unidas, e mais tarde em Londres. No capítulo três foi apresentada esta fase da vida do ministro que serviu como rampa de lançamento para cargos mais altos, e onde foi concluído que era uma ambição sua. Com as suas funções inicialmente em Haia, é deduzido que o seu método de trabalho era eficaz e bastante elogiado pelos seus colegas, e até mesmo pelo Marquês de Pombal. Pelo seu distinto trabalho diplomático, foi apontado para ministro plenipotenciário em Londres, onde teve um papel de extrema importância no auxílio a Lisboa depois do terramoto, e na defesa do reino de Portugal contra os espanhóis. Nesta fase da sua carreira, é possível compreender a estima e a confiança no trabalho do ministro por D. José I, quando este o nomeia representante de Portugal para assinar a paz em Paris após a Guerra dos Sete Anos. Nesta conferência, compreende-se a dedicação do ministro ao impor-se perante o representante de França o Duque de Choiseul na imposição de Portugal como uma potência de igual importância.

Conforme foi mencionado anteriormente, Melo e Castro pretendia alcançar um maior estatuto político, e em 1770, é chamado pelo próprio rei D. José I, por intermédio do Marquês de Pombal para assumir o cargo de Secretário de Estado da Marinha e dos

Domínios Ultramarinos. O capítulo quatro revela vários aspetos que o ministro desenvolveu na Marinha. Compreende-se que o tempo que passou como diplomata, tanto em Haia como em Londres, serviu para que o ministro se tenha apercebido dos problemas em Portugal, com uma perspetiva exterior e com a observação de outros governos estrangeiros. É importante referir o seu envolvimento na construção da Fábrica da Cordoaria, no desenvolvimento da Fábrica de Pólvora de Barcarena e na construção do Dique da Ribeira das Naus.

Melo e Castro foi responsável por várias reformas na Marinha de Guerra e na Marinha Mercante. Criou o Conselho do Almirantado, a Majoria General da Armada, estabeleceu a livre navegação entre o Brasil e Portugal, iniciou a inspeção do Pinhal de Leiria, fundamental para a construção naval, reorganizou o Regimento de Artilharia, introduziu novos postos, hierarquizou o Corpo de Oficiais da Armada e os seus vencimentos e ordenou a realização de Diários de quarto a bordo dos navios. Todas as medidas tomadas por ele permitiram a evolução da Marinha Portuguesa. Relativamente ao ensino de oficiais, este teve também um papel fulcral, criando a classe de Guardas-Marinhas e mais tarde a Academia Real dos Guardas-Marinhas, investindo na formação dos oficiais.

Como Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, foi também importante referir o seu ponto de vista quanto às colónias, mais especificamente o Brasil, onde o Ministro teve uma grande influência na sua gestão. Começou, por ser feito um enquadramento sobre a forma como a América do Sul foi alvo de grandes disputas por parte das potências europeias, e a luta de Portugal para manter o Brasil sob o seu domínio. De seguida foi abordada a maneira como as colónias eram vistas pelas metrópoles, tendo uma relação baseada no pacto colonial, e no modo como o Brasil era explorado para benefício de Portugal. A colónia brasileira foi alvo de grande procura por diversos países europeus, devido às suas riquezas naturais, e Melo e Castro tinha conhecimento sobre as vantagens que esta trazia para o reino, e as suas medidas são no sentido de a manter sobre o domínio de Portugal. Desta forma compreende que a única maneira de uma potência manter as suas colónias é por conseguir protegê-las, e para isso a metrópole tinha de investir no desenvolvimento de uma forte Marinha.

Com este objetivo em mente, é possível concluir que o ministro deu um maior ênfase à sua proteção e à exploração do Brasil para o benefício da metrópole, do que para

o desenvolvimento do país em si, o que se comprova com a criação do Alvará de 5 de janeiro de 1785, que proíbe a criação de fábricas e a instalação de manufaturas, o que limita o processo de industrialização que veio, mais tarde, a ser uma grande vantagem.

É feita referência às ligações comerciais que foram estabelecidas com a Rússia e a importância de Martinho de Melo e Castro neste contexto. São mencionados os cargos que acumulou no final da sua carreira, de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e mais tarde, de Presidente do Erário Régio, o que continua a demonstrar a confiança dos seus superiores nas suas capacidades, e na continuação do trabalho dos ministros que veio substituir.

Os contributos que fez para a Marinha não foram deixados ao acaso, e é mencionado o seu sucessor, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como um digno continuador do seu trabalho, elevando a Marinha a um novo patamar.

Para terminar, é feita uma abordagem sobre a sua personalidade, e os motivos que o levaram a atingir a posição onde chegou, do que se pode concluir que, apesar da sua ambição, porque de facto a tinha, Martinho de Melo e Castro foi a figura histórica que deve ser recordada como um patriota sem limites, e que deu toda a sua dedicação para colocar a Marinha numa posição de potência naval de grande valor aos olhos do mundo.

A maior dificuldade sentida ao longo da elaboração da presente Dissertação de Mestrado, teve a ver com a pandemia de COVID-19, que obrigou ao encerramento dos estabelecimentos utilizados para a procura de fontes bibliográficas. Ficaram assim por estudar fontes que poderiam ter tido um impacto significativo neste trabalho.

Fontes e Bibliografia

Fontes

A.N.T.T., *Ministério dos Negócios Estrangeiros: De Melo e Castro a Luiz Pinto de Souza*, L° 125, 11 de novembro de 1788.

A.N.T.T., *Ministério dos Negócios Estrangeiros: Do Conde de Oeiras a Melo e Castro*, L° 121, 20 de novembro de 1769.

Biblioteca Nacional de Portugal, *inventário dos Manuscritos: Secção XIII: Collecção Pombalina*, Lisboa, 1891.

CASTRO, Martinho de Melo e, “Carta de Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Pombal”, *Cartas do vice-rei do Brasil, Marquês de Lavradio, dirigidas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado acerca de assuntos de governo e Marinha do Brasil*, Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, Maço Diplomacia, 635, n° 26, Londres, 12 de novembro de 1765, pp. 174-177, transcrição de Jorge Semedo de Matos.

OLIVEIRA, Timóteo de, *Colecção de Várias Obras Latinas e Portuguesa. Anagrama do nome do auctor Tito Aurelio Hemides [...] Oração a Fidelissima Rainha Nossa Senhora no dia da sua feliz Acclamação*, manuscrito, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1751-1800.

Bibliografia

AMADO, José Carlos, “Martinho de Melo e Castro”, *Duzentos Anos da Companhia de Guardas-Marinha e da sua Real Academia: discursos das / Comemorações do Bicentenário da Companhia de Guardas-Marinha e da sua Real Academia*, Lisboa, maio 1982 - março 1983, 1985, pp. 141-150.

BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

BLACK, Jeremy, *Warfare in the Eighteenth Century*, Londres, Cassell, 1999.

BLANNING, Timothy Charles William, *The Eighteenth Century Europe 1688-1815*, New York, University of Oxford, Oxford University Press, 2000.

- BORRÊCHO, Maria do Céu, *D. Maria Francisca de Princesa da Beira a Princesa do Brasil*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011.
- CABRAL, Maria Luísa Rosendo, *Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800*, Vol. 1, Tese de Doutoramento em História Moderna, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas, 2013.
- CARITA, Hélder, “Um equívoco com história: o palácio Melo e Castro da rua Formosa, denominada de "Bichinho de Conta", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, Nº 6, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas, 2015, pp. 237-244.
- CARVALHO, José Vaz de, *A Universidade de Évora e a sua orientação pedagógica*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.
- CARVALHO, Rómulo de, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, 1ª Edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979.
- CASTRO, Martinho de Melo e, “Instrução para o Visconde de Barbacenas, Luiz António Furtado de Mendonça, Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 21, abril 1844, Rio de Janeiro, 1844, pp. 39.
- COELHO, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*, Vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- DIAS, Érika de Almeida, “Martinho de Melo e Castro e a extinção da companhia pombalina em Pernambuco”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.
- DIDEROT, Denis, *Encyclopedie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, Paris, Tome Premier, 1751.
- DIREÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO MATERIAL, *Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, s.n., 1993.

- DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E UNIDADE DE APOIO ÀS INSTALAÇÕES CENTRAIS DE MARINHA, “Ribeira das Naus: Projeto de Requalificação”, in *Revista da Armada* n° 484, abril 2014, Lisboa, 2014, pp. 13-15.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Causas da decadência e do Ressurgimento da Marinha, Subsídios para a História da Marinha de Guerra II*, Lisboa, Tip. Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1940.
- FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, 1ª edição, Lisboa, Tribuna da História-Edição de Livros e revistas, Lda, 2008.
- FARIA, Inês Calais dos Santos, *Ribeira das Naus, Lisboa: Espaço Público na Sociedade Contemporânea*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, 2016.
- FERREIRA, Nuno Martins, *A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1807)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017.
- FFRRAO, António, “Martinho de Melo e Castro e o Marquês de Pombal: O princípio a o fim de uma amizade (1752-1777)”, in *BOLETIM da Segunda Classe - Actas e pareceres, estudos, documentos e notícias*, Vol. 20, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Ottes Gráfica, 1926.
- FIGUEIREDO, Jorge de, *A Antiga Universidade de Évora*, Póvoa de Varzim, A. C. Calafate, 1967.
- FONSECA, Henrique Alexandre da, *A Fábrica Nacional de Cordoaria: Breve resumo da sua história*, Lisboa, Academia de Marinha, 1993.
- FONSECA, Quirino da, “A Marinha Portuguesa sob a gerência de Martinho de Melo e Castro (1770 a 1795)”, in *Revista de Marinha*, Vol. 2, n. 19, Lisboa, 1938, pp. 13-22.
- FRANCO, José Eduardo, “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memória e mito”, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano VIII, N° 15, Lisboa, 2009, pp. 283-301.

- JÚNIOR, Mário Francisco Simões, *A secretaria de estado do ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real, Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)*, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2017.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, Estudo de Geopolítica, Vol. 1, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História-Edição de Livros e revistas, Lda, 2006.
- MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1960.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, *A Importância do Brasil na economia portuguesa do século XVIII*, Faro, Jornal de Famalicão, 1984.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *D. Maria I: A Piedosa: Dinastia de Bragança 1777-1816*, Lisboa, QuidNovi, 2009.
- MOURA, Carlos Francisco, *O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no Século XVIII*, Lisboa, Academia de Marinha, 2019.
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*, Tese de Doutorado, Coleção Estudos Históricos direção de Fernando A. Novais, Brasil, Universidade de São Paulo, Editora Hucitec, 1981.
- NUNES, Maria de Fátima, *"Da Europa para Évora e de Évora para o mundo": A Universidade Jesuíta de Évora: (1559-1759)*, Évora, Instituto Superior Económico e Social, 2009.
- QUINTELA, António de Carvalho *et al*, *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de
- REIS, António Estácio dos, *O Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1988.

- RODRIGUES, Adriano Vasco, *O despotismo e a Igreja: Cartas régias para o Bispo da Guarda na época pombalina*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 1981.
- SALGADO, Augusto, *Escola Naval Talant de Bien Faire*, Lisboa, Base Naval de Lisboa Escola Naval, 2013.
- SAMPAYO, Teixeira de, “O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, in *Arquivo de História e Bibliografia*, Vol. 2, Coimbra, 1925.
- SANTOS, Fabiano Vilaça, *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*, Programa de pós-graduação em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008.
- SANTOS, José Mártires dos, “A cordoaria nacional e a sua história”, in *Separata do Seminário Blocos de Belém*, Lisboa, 1962.
- SCHEDDEL, Madalena Serrão Franco, *Guerra na Europa e interesses de Portugal: As colónias e o comércio ultramarino: A ação política e diplomática de D. João de Melo e Castro, conde das Galveias, (1792-1814)*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Vol. VI, Lisboa, Editorial VERBO, 1997.
- SILVA, Francisco Maria Pereira da, BATALHA, Caetano Maria, “*Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria, suas madeiras e produtos resinosos*” in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843.
- VALADARES, Virgínia Maria, “*A sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*”, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997.
- VELOSO, José Maria de Queirós, *A Universidade de Évora: Elementos para a sua história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1949.
- VICENTE, António Pedro, *Anunciando as invasões Francesas, O Domínio Inglês em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.